



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**26ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de  
Qualidade  
Ambiental e Gestão de Resíduos – CTQAGR.**

Brasília/DF.  
25 de Outubro de 2017.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Bom  
2 dia. Vamos sentar. Eu pediria que num primeiro momento ocupasse a mesa só os  
3 conselheiros. Só aqueles que forem conselheiros. Não importa se for mais de  
4 uma, de uma, é, representação, mas somente aqueles que têm assento nessa  
5 Câmara Técnica. Já temos quórum? Um, dois, três, quatro, cinco, seis. Seis.  
6 Temos sim. Bom dia. Está aqui ou está na outra? Vocês tão na biodiversidade.  
7 Tchou. Passa para ele aqui. Bom dia. Quem que confirmou antes de ONG? Bom  
8 dia. Bom dia. Eu acho que a tua plaquinha está lá, não? Bom dia. Peço que os  
9 conselheiros ocupem a mesa. Os demais fiquem na fila de trás. Vamos fazer uma  
10 rodada de apresentação e começar a reunião. A gente tem que aprovar a, a, o  
11 relato da última reunião, né? Da última reunião. Ân? É, da última reunião da  
12 Câmara Técnica. A transcrição. Não é bem a transcrição. É o resumo da reunião,  
13 né. Oi? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Quem é aquela mulher que  
14 está sentada do lado do Bocuhy? É conselheira? Eu peço que somente os  
15 conselheiros fiquem à mesa para gente poder fazer a contagem de quórum. Os  
16 que não forem conselheiros se sentem na fila de trás, por gentileza. Eles terão a  
17 palavra assim que um conselheiro der. Nós estamos na Câmara Técnica. As  
18 regras de procedimento são um pouco diferentes do Grupo de Trabalho. Bom dia.  
19 A senhora é conselheira? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Sim. Mas a  
20 senhora é conselheira então? Ela é conselheira? *(Intervenção fora do microfone.*  
21 *Inaudível)*. Mas a senhora não está nessa Câmara Técnica? *(Intervenção fora do*  
22 *microfone. Inaudível)*. Pode participar, sem problema algum. *(Intervenção fora do*  
23 *microfone. Inaudível)*. Pode. Eu tava fazendo a contagem. *(Intervenção fora do*  
24 *microfone. Inaudível)*. Eu estava marcando porque se não todo mundo senta à  
25 mesa. Todo mundo pega o microfone na hora que tem que falar. A gente tem que  
26 ter um mínimo de organização para trabalhar, né. *(Intervenção fora do microfone.*  
27 *Inaudível)*. Não. Pode ficar. Já temos quórum? Vinicius, vamos colocar na tela a  
28 pauta? Foi buscar o quê? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. A pauta.  
29 Arquivo de quê? *(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis)*. Olímpio que não  
30 pode sentar ali. Olímpio é que não pode sentar ali. O Olímpio não pode sentar ali.  
31 Oh, Bocuhy. Bocuhy. Bocuhy. Bocuhy, o Olímpio não é conselheiro.

32

33

34 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Deixa  
35 eu lhe fazer uma, uma solicitação do.

36

37

38 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
39 não posso ficar abrindo exceção, entendeu?

40

41

42 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Sim.  
43 Mas o engenheiro Olimpio, ele é assistente técnico do PROAM.

44

45

46 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Oi?**

47

48

49 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Ele é**  
50 **assistente técnico do PROAM e nós estamos trabalhando.**

51

52

53 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**  
54 **sei. Mas eu também tenho os meus assistentes técnicos que tão sentados na**  
55 **fileira de trás. Então, eu peço que a gente tenha...**

56

57

58 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Todos**  
59 **eles?**

60

61

62 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**  
63 **mesma regra paratodos. Não cabe todo mundo na mesa.**

64

65

66 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Eu**  
67 **vou pedir a senhora que se houver espaço à mesa, então, após o início da**  
68 **reunião, que ele possa ficar ao meu lado parame auxiliar.**

69

70

71 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Pois**  
72 **é. Mas a gente. A presidência tem uma regra. A regra. A exceção da resgata para**  
73 **quem não é conselheiro, é para quem é conselheiro do Conama. Agora, suporte**  
74 **técnico que acompanha os conselheiros, sentam na fileira de trás. Isso acontece**  
75 **com a CETESB, trouxe outras pessoas. Têm gente dos órgãos ambientais, do**  
76 **Ibama. Eles não, eles não são conselheiros, eles sentam na fileira de trás. Por**  
77 **favor, vamos fazer a regra seguir, é, dentro do esperado. Por gentileza. Eu que**  
78 **sou a presidente da Câmara Técnica chego cedo. O apoio do CONAMA tem que**  
79 **chegar cedo também. Vamo lá. Bom dia novamente. Vamos fazer uma**  
80 **apresentação. É. Temos alguns, alguns representantes novos. Vamos fazer uma**  
81 **apresentação. Começo por mim. Zilda Veloso. Eu sou diretora de Qualidade**  
82 **Ambiental e Gestão de Resíduos do Ministério do Meio Ambiente e presido essa**  
83 **Câmara Técnica. Jacimara.**

84

85

86 **A SR<sup>a</sup>. JACIMARA GUERRA MACHADO – TITULAR (IBAMA) – Bom dia. Eu sou**  
87 **Jacimara, represento aqui o Governo Federal, o Ibama. E como titular na Câmara**  
88 **Técnica.**

89

90

91 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Bom dia.  
92 Adriana Mandarino. Diretora do DConama.

93

94

95 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Bom dia.  
96 Wanderley Baptista. Representante do Confederação Nacional da Indústria.

97

98

99 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Bom dia. Bernardo Souto, pela  
100 CNC.

101

102

103 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – *(Fala fora do*  
104 *microfone)*. Fátima Borghi. *(Fala fora do microfone. Inaudível)*.

105

106

107 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
108 **(Apramac)** – Bom dia. Evangelina Vormittag, como suplente da Zuleica Nycz, do  
109 APROMAC.

110

111

112 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** –  
113 Carlos Bocuhy, do PROAM. Representante das ONGs.

114

115

116 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Bom dia. André França,  
117 representante da ABEMA.

118

119

120 **A SR<sup>a</sup>. CELMA ALVES DOS ANJOS – SUPLENTE (Anamma Centro-Oeste)** –  
121 Celma Alves, representante da Anamma Centro-Oeste.

122

123

124 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Bom dia. Alfredo,  
125 representante do Governo do Estado de São Paulo. Sou da CETESB.

126

127

128 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Anamma/Nacional)** –  
129 Bom dia. Vitor Hugo, representante da Anamma Nacional.

130

131

132 **O SR. DANILLO ALMEIDA DOS SANTOS (DConama)** – Bom dia. Eu sou o  
133 Danillo. Departamento de Apoio ao CONAMA.

134

135

136 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Por  
137 favor. Só um minutinho. Vou lá pegar o microfone. Calma aí. Deixar gravado.  
138  
139  
140 **O SR. GUSTAVO (Ministério da Saúde)** – Bom dia. Gustavo, Ministério da  
141 Saúde.  
142  
143  
144 **O SR. FÁBIO (Ministério da Saúde)** – Bom dia. Fábio, Ministério da Saúde.  
145  
146  
147 **O SR. DIEGO (MMA)** – Diego. É. Ministério do Meio Ambiente.  
148  
149  
150 **O SR. GILBERTO WERNECK DE CAPISTRANO FILHO (IBAMA)** – Gilberto  
151 Werneck, do Ibama.  
152  
153  
154 **A SRª. VANESSA FÉLIX (IEMA/ES)** – Vanessa Félix, do IEMA Espírito Santo.  
155  
156  
157 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Jesuíno Romano. CETESB, São Paulo.  
158  
159  
160 **O SR. CLAUDELON (CETESB)** – Claudelon, CETESB.  
161  
162  
163 **A SRª. GLENDA (Petrobrás)** – Glenda, Petrobrás.  
164  
165  
166 **A SRª. MARIANA (Petrobrás)** – Mariana, Petrobrás.  
167  
168  
169 **A SRª. ANA PAULA RAMOS (Petrobrás)** – Ana Paula Ramos, Petrobrás.  
170  
171  
172 **O SR. FLÁVIO FERREIRA (FEAM/MG)** – Flávio Ferreira, FEAM Minas Gerais.  
173  
174  
175 **A SRª. ÉRICA MARCOS (CNT)** – Bom dia. Érica Marcos, CNT, Confederação  
176 Nacional do Transporte.  
177  
178  
179 **O SR. GUSTAVO WILLIAN (CNT)** – Gustavo Willian, também da CNT. Bom dia.  
180  
181

182 **O SR. DÁLIO RIBEIRO DE MENDONÇA FILHO (Secretaria de Meio**  
183 **Ambiente/DF)** – Bom dia. Dálio Ribeiro, Secretaria de Meio Ambiente. Perdão.  
184 Distrito Federal.

185

186

187 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Para  
188 trás tem mais alguém? O Olímpio lá atrás.

189

190

191 **O SR. OLÍMPIO DE MELO ÁLVARES JR (PROAM)** – Olímpio Álvares, é,  
192 assistente técnico do PROAM.

193

194

195 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Deu?  
196 Alguma. Volta a pauta lá para mim, Fábio, por favor. Alguma. Vamos para o  
197 primeiro. Já foi feita a abertura. Nós temos um ponto de pauta na reunião de hoje,  
198 que é a revisão da Resolução CONAMA 03, a qual vou fazer um relato. Mas,  
199 antes eu queria saber se algum dos conselheiros têm alguma alteração ou a fazer  
200 ou alguma sugestão, é, na transcrição da 25ª Reunião Ordinária que ocorreu em 4  
201 e 5 de abril. Não havendo nenhuma manifestação, eu considero aprovada a  
202 transcrição. Então, está aprovado a transcrição. Então, nós temos na Ordem do  
203 Dia a revisão da Resolução CONAMA 03 de 90. É. Proposta do PROAM. Nós  
204 tivemos uma segunda etapa desse GT, num Grupo de Trabalho que se reuniu até,  
205 é, até. Tem um erro ali. Vitor. Vitor. A procedência da 4ª reunião do GT de? Ah tá!  
206 É. A última reunião do GT. Tá! Tá! perfeito. A última reunião do GT ocorreu em  
207 agosto passado, dias 14 e 15. É. A matéria foi pautada em 2010 pelo PROAM,  
208 exatamente numa intercessão de mudança de Regimento. O Ministério do Meio  
209 Ambiente apresentou uma proposta de texto de revisão. Apresentou ao CONAMA,  
210 em 2013, final de 2013. Esse grupo se reuniu numa primeira fase em 2014, sob a  
211 minha coordenação. Houve uma suspensão de deliberação por essa Câmara  
212 Técnica, em novembro de 2014, aguardando a realização de um seminário. Esse  
213 seminário ocorreu em novembro do ano passado. E, e neste ano a reunião foi  
214 retomada. Nós tivemos quatro reuniões do Grupo de Trabalho. Onde nós não  
215 conseguimos chegar a um consenso. Então, eu vou tentar apresentar para os  
216 senhores agora. Eu fiz. Nós fizemos uma apresentação no Ministério, sobre o  
217 trabalho desenvolvido ao longo dessas quatro reuniões realizadas em 2017. Pois  
218 não?

219

220

221 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – É só  
222 para. Uma questão de ordem. Da Ordem do Dia, consta dois pontos de pauta. A  
223 discussão da minuta e uma apresentação pela ABEMA de uma proposta sobre  
224 prazo, é isso?

225

226

227 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

228 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
229 Proposta sobre prazos? Não entendi.

230

231

232 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Sim.**  
233 Qual é a pauta de hoje, por gentileza?

234

235

236 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É a**  
237 revisão da 03.

238

239

240 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Mas**  
241 há mais um ponto de pauta que é proposta. *(Fala sobreposta).*

242

243

244 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É.**  
245 Mas isso daí foi colocado. Mas qual é a estratégia? A proposta da ABEMA, ela  
246 não é um novo ponto de pauta, ela tem a ver com a revisão da 03. Eu acho que  
247 houve um erro aí do CONAMA colocar isso na pauta.

248

249

250 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Sim.**  
251 Porque no meu entendimento.

252

253

254 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**  
255 Houve um erro. É. Houve um erro. Mas não tem problema. Não tem problema.  
256 Qual é a ideia desta?

257

258

259 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Dra.**  
260 Zilda, só uma questão. Uma vez pautado isso, esse documento não teria que estar  
261 disponível para os conselheiros

262

263

264 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Pois**  
265 é.

266

267

268 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) – Posso,**  
269 posso esclarecer?

270

271

272 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
273 Pode.

274 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – A gente não  
275 tinha ainda, Bocuhy esse documento como recebemos agora, essa apresentação,  
276 e ele está como mais um ponto de pauta. Levanta um pouquinho mais, Danilo, o  
277 contrário. Veja que o ponto 3, antes ainda. Ordem do Dia, o ponto 3. O ponto 4 é a  
278 proposta da ABEMA, exatamente porque ela não é deliberativa. Como nós não  
279 tínhamos esse documento antes, ele não está como Ordem do Dia, ele não é para  
280 deliberação. Entendeu? É uma apresentação que nós não dispúnhamos dela  
281 porque ainda não estava pronta, nos 15 dias de antecedência ou quando foi feita  
282 essa pauta.

283

284

285 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** –  
286 Então, a forma como está colocada aqui, proposta da ABEMA, teria que vir como  
287 informe da ABEMA.

288

289

290 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Seria um  
291 informe. O que está escrito como proposta da ABEMA seria um informe.  
292 Exatamente. Ele não um ponto de deliberação, porque a Ordem do Dia é apenas o  
293 ponto 3. Ordem do Dia, 3.1. Que é o que os membros da Câmara deliberam.  
294 O.K.?

295

296

297 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – E está  
298 bem.. Obrigado.

299

300

301 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Qual  
302 é a estratégia dessa coordenação? Neste caso, além de presidir essa Câmara  
303 Técnica, eu fui coordenadora do Grupo de Trabalho. Então, eu vou fazer uma  
304 apresentação, principalmente, apresentando aos senhores conselheiros para  
305 posterior deliberação. Os consensos e os dissensos do Grupo de Trabalho. E  
306 depois, em seguida, eu abro a palavra para todos aqueles que queiram se  
307 manifestar, que participaram do Grupo de Trabalho. Mas, basicamente, nós temos  
308 quatro propostas diferentes, em relação a padrões e prazos. Uma proposta dos  
309 órgãos ambientais, alguma. Uma proposta da CNI, outra Ibama, ABEMA e  
310 Ministério. Perdão. Ibama, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, que  
311 isso vai está claro no texto, quando a gente fizer a apresentação. E da sociedade  
312 civil, da representação da sociedade civil. Então, nós estamos revisando a  
313 Resolução 03 de 90, que dispõe sobre os Padrões de Qualidades do Ar, previstas  
314 no PRONAR. A proposta do Grupo de Trabalho. Essa é a cara da, da fase inicial  
315 da Resolução, com os seus três considerandos. Acho que tem mais até. Próximo.  
316 São os três considerando. Então, ela estabelece padrões, é, ela revisa os padrões  
317 da 06. Estabelece Padrões de Qualidade do Ar para o Brasil em linha com o  
318 desenvolvimento sustentável. É essa a proposta que saiu da 4ª Reunião da, do  
319 Grupo de Trabalho. Define poluente atmosférico, como toda, como qualquer forma



320 de matéria ou quantidade, concentração, tempo ou características que tornem ou  
321 possa tornar o ar impróprio: nocivo, ofensivo; inconveniente ao bem-estar público;  
322 danoso aos materiais da fauna e a flora ou prejudicial à segurança, ao uso e ao  
323 gozo de propriedades. Aí, uma proposta. Isso é a definição de poluente  
324 atmosférico. Para poluente atmosférico nós só temos essa definição. Mas há  
325 algumas propostas diferentes para Padrão de Qualidade do Ar. A proposta  
326 PROAM, Ministério Público Federal e FURPA. Pera um pouquinho, deixa eu pegar  
327 meu texto que... Ela considera Padrão de Qualidade do Ar um instrumento de  
328 gestão na qualidade do ar no território nacional, determinado nesta Resolução  
329 como valor de concentração de um poluente específico na atmosfera. Artigo  
330 posterior define que poluentes são esses. Visando a preservação da saúde, o  
331 bem-estar da população e meio ambiente. Próximo. Há uma proposta de emenda  
332 do 3º GT que insere o, episódio crítico de poluição do ar, como uma das  
333 definições, como sendo a presença de altas concentrações de poluentes na  
334 atmosfera em curto período de tempo, resultante da ocorrência de condições  
335 meteorológicas desfavoráveis à sua dispersão. Proposta de São Paulo para  
336 Padrões de Qualidades do Ar Final. Essas propostas têm todas a ver com cada  
337 um dos textos que define quais são as me... Quais são os padrões, quais são as  
338 metas que esses padrões, é, é, terão. Então, temos aí uma proposta de São Paulo  
339 para padrão de qualidade do ar. Se não me falhe a memória, a de consideração  
340 de episódio crítico foi uma proposta feita pela sociedade civil. A gente não colocou  
341 aí no texto, mas no 3º GT foi uma proposta da sociedade civil, se não me falhe a  
342 memória. E São Paulo propôs aí Padrão de Qualidade do Ar Intermediário que  
343 tem coerência com o texto que os Estados estão propondo. E o episódio crítico de  
344 poluição. Próximo. Vamos entrar direto no... A proposta. O art. 3º define as, os  
345 prazos de implementação dos Padrões de Qualidade Intermediários para que se  
346 chegue aos padrões finais. Então, a proposta do PROAM, Ministério Público  
347 Federal e FURPA, ela cria o valor, o valor P1, né, o valor intermediário 1, para  
348 entrar em vigor a partir da publicação da Resolução. O 2 em três anos,  
349 sequencialmente e restritivamente. Eles são serão detalhados no art. 4º, se não  
350 me falhe a memória. É. O Padrão de Qualidade do Ar Intermediário P3, três anos  
351 depois do P2. Ou seja, dá um gatilho de o P1 começa a vigorar a partir da  
352 publicação, o P2 três anos, e o P3 seis anos depois da publicação da Resolução.  
353 E o Final entrará em vigor três anos depois. Ou seja, em nove anos se chega ao  
354 padrão final. Essa é a proposta da sociedade civil. Na proposta do Ibama,  
355 Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Saúde, o Padrão de Qualidade do Ar  
356 será norteado pelos valores de referência, os valores-guia, né, da OMS, de 2005,  
357 com prazo de implementação até 2030. Então, aí a gente tem um prazo.  
358 Sociedade civil está dando um prazo de nove anos. Aqui, se a gente conseguir  
359 aprovar essa Resolução até o início de 2018, seriam 12 (doze) anos para se  
360 chegar aos padrões OMS. E a, dá cinco anos. Dá só. A diferença, teria um padrão  
361 inicial que entra em vigor a partir da publicação da norma, um padrão  
362 intermediário e o final até 2030, com estratégia de chegar ao final. Essa é a. Aí  
363 temos proposta de parágrafos para o mesmo art. 3º. A proposta que está primeiro  
364 aí na tela é do MMA, Ibama e Ministério da Saúde. Ela é baseada na  
365 apresentação dos Relatórios de Qualidade do Ar, contendo os dados de

366 monitoramento. É uma proposta incremental em que se mesmo se tendo ali o  
367 prazo definido no caput do artigo, ela coloca uma avaliação intermediária, digamos  
368 assim. Então, ou seja, é o plano com o monitoramento e a Avaliação da Evolução  
369 da Qualidade do Ar, é que vai nos dar a possibilidade de se chegar aos valores-  
370 guias da, da OMS até 2030. O §2º fala que os relatórios vão ser encaminhados  
371 até, ao Ministério do Meio Ambiente, para consolidação ao final do quarto e do  
372 nono ano após a entrada em vigor. O prazo então diferente da proposta da  
373 sociedade civil. E o Ministério consolidará e apresentará esses relatórios ao  
374 CONAMA. O Ministério do Meio Ambiente aí se propõe, nessa proposta que ele  
375 endossa, apresentar ao CONAMA, no décimo ano após a entrada em vigor, um  
376 estudo de Avaliação da Qualidade do Ar Nacional, com um alcance progressivo  
377 dos padrões definidos no artigo de referência. Próximo. É. A proposta do §5º.  
378 Então, ele vai, além disso, o Ministério do Meio Ambiente se compromete a  
379 elaborar um Termo de Referência, em até 18 (dezoito) meses depois da entrada  
380 em vigor dessa Resolução, com o conteúdo mínimo, desde que esse plano vai ter,  
381 vai conter e que os Estados vão ter que apresentar ao Ministério. É. Os Padrões  
382 de Qualidade do Ar poderão ser revistos no décimo ano da entrada em vigor  
383 dessa Resolução pelo CONAMA, com base nos relatórios apresentados ao  
384 Ministério. Naturalmente, se houver essa cláusula de revisão, isso implica  
385 encaminhar ao conselho uma proposta de revisão dos valores anteriormente  
386 acordados. O §7º, trata do. Os órgãos estaduais que não monitora a qualidade do  
387 ar, deve enviar um comunicado ao Ministério do Meio Ambiente sobre a sua  
388 impossibilidade de elaborar relatórios dos mesmos prazos definidos no § 2º. Ou  
389 seja, nos prazos de cinco anos, nove anos e depois doze anos. Próximo. Há pela  
390 CNI uma proposta de inserção de um artigo novo, após o terceiro. A plena  
391 vigência dos Padrões Qualidades do Ar nos Estados e no Distrito Federal fica  
392 condicionada à implementação de Padrões de Qualidade do Ar Intermediários,  
393 entendidos como Padrões Intermediários a serem alcançados numa redução  
394 progressiva da poluição do ar. Aí tem um §1º, onde ele coloca a proposta deles. O  
395 Padrão de Qualidade do Ar Intermediários pode ser estabelecidos em até três  
396 etapas, designadas Padrão Intermediário Etapa 1 – PI1 que deverá ser respeitado  
397 a partir de sua publicação, Padrão Intermediários 2 e 3 que devem ser respeitados  
398 subsequentemente. A proposta da CNI não está aí o prazo. Mas fala respeitado  
399 subsequentemente ao padrão 1 e ao padrão PI1 e PI2. O §2º, mudança de um  
400 padrão intermediário para o seguinte deve ser baseada. É. Não tem um prazo  
401 específico. Há uma exigência de justificativa técnica fundamentada em  
402 informações consistentes de monitoramento da qualidade do ar, impactos na  
403 saúde impactos no meio ambiente, medidas de prevenção e controle da poluição,  
404 prevista e implementadas, resultados obtidos dessas medidas, estudos realizados,  
405 análises de viabilidade técnica e econômica, e benefícios obtidos e esperados  
406 com a mudança. Próximo. Proposta dos órgãos estaduais presentes no Grupo de  
407 Trabalho. Presentes ou com os quais, basicamente, em todas as reuniões tiveram  
408 presentes: Rio, São Paulo, é, Rio Grande do Sul em uma, Espírito Santo. Houve  
409 essa troca com esses quatro órgãos mesmo. Minas Gerais. Está faltando Minas  
410 Gerais ali. É. Mas isso também não importa. É só apresentação. Mas participaram  
411 do Grupo de Trabalho: Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. E eles interagiram com

412 o Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Com a ABEMA, de uma maneira geral. O  
413 André vai fazer depois uma apresentação de uma proposta que leva o nome da  
414 ABEMA. Eu vou abrir a palavra depois para que cada que tenha opinião específica  
415 e divergente dos demais faça uma justificativa do seu posicionamento. Também é  
416 proposta do OEMAS, exarada dos grupos, das quatro reuniões dos Grupos de  
417 Trabalho. Que os Padrões de Qualidade do Ar definidos no art. 4º são adotados  
418 sequencialmente, sendo que os Padrões de Qualidade do Ar Intermediários P1,  
419 entram em vigor a partir da publicação. Os subsequentes serão adotados a partir  
420 de uma avaliação prévia, né, efetuada a cada cinco anos pelo CONAMA, com  
421 base em proposta conjunta do Ministério do Meio Ambiente e órgãos estaduais de  
422 meio ambiente. Levando em consideração os relatórios que são, que são  
423 apresentados. Ou seja, nesse parágrafo, mesmo seja uma proposta dos Estados,  
424 ele incorpora aquela previsão feita pelo Ministério do Meio Ambiente, Ibama e  
425 Ministério da Saúde, de receber as propostas, os planos, né, fazer uma avaliação  
426 e apresentar ou bater o martelo na evolução ou propor um novo padrão  
427 intermediário. Próximo. Proposta do Governo de São Paulo, específica no GT4.  
428 Depois nós vamos saber se a proposta hoje foi estendida a ABEMA ou não. Mas o  
429 Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar deve conter os dados de  
430 monitoramento, a evolução da qualidade do ar e medidas de prevenção e controle  
431 da poluição previstas e implementadas. Os relatórios deverão ser apresentados no  
432 ano anterior a avaliação a ser encaminhado ao CONAMA. Há uma emenda da  
433 CNI de um novo artigo. Deverá ser observado o Padrão de Qualidade do Ar,  
434 adotado de forma sequencial, conforme definido no parágrafo que defino o, o P11  
435 e o P12, para efeitos de licenciamento ambiental. Há uma proposta também de  
436 emenda de, dos órgãos ambientais presentes ao Grupo de Trabalho, que para, de  
437 um novo artigo, para gestão da qualidade do ar serão considerados Padrões de  
438 Qualidade do Ar e diretrizes definidas no PRONAR, cabendo aos órgãos  
439 ambientais competentes, por regulamentação própria, o estabelecimento dos  
440 critérios para licenciamento ambiental. Que foi uma coisa muito discutida no Grupo  
441 de Trabalho. Próximo. O art. 4º. E aí, nós temos é, uma parte dos dissensos.  
442 Então, a proposta inicial é a proposta em negro, na tela, sobre o Material  
443 Particulado 10. É o primeiro poluente, que consta da lista do art. 4º. Na proposta  
444 Ibama, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente, há uma abreviação  
445 dos Padrões Intermediários. Então, seria só o inicial um intermediário final. Com  
446 um prazo maior de avaliação entre eles. Na proposta original há um segundo  
447 padrão, o Padrão Intermediário 3. O que a gente fez foi, na proposta de, do  
448 Governo Federal, eliminar o Padrão Intermediário 3, e com isso, você já sair do 1,  
449 do inicial 120 para o100 e depois para o50, que é o final. Próximo. Material  
450 Particulado 2,5. Também o que daí eu tenho uma proposta também da CNI,  
451 diferente. O que está na tabela é, na tabela 2, que a gente chama. É. A proposta  
452 original consta lá também com o Padrão Inicial 2 Intermediários e um final.  
453 Proposta do Governo Federal é eliminação de um Padrão Intermediário. Na  
454 proposta da CNI, ela chama não de Padrão Intermediário, mais, sim, de Meta  
455 Intermediária. E coloca duas, uma inicial, duas Metas Intermediárias e Padrão de  
456 Qualidade do Ar Final. O que muda é exatamente é o tempo e a quantidade de  
457 Padrões Intermediários. O próximo. Dióxido de Enxofre. É. Também da mesma

458 forma. Há uma redução dos Padrões Intermediários. É basicamente todos estão  
459 propondo o mesmo valor de Padrão Final. O que que muda? Já para os senhores  
460 ficarem atento, atentos, senhores conselheiros. Muda a maneira como eu chego  
461 nesse Padrão Final e o prazo como eu chego nesse Padrão Final. É basicamente  
462 o que muda de um para o outro. Próximo. Na proposta dos Estados, não há um  
463 prazo específico. Não é nem 2020, nem 2000. Perdão. Na proposta das ONGs, se  
464 é nove anos para chegar ao Padrão Final e, se for aprovado em 2018, a gente  
465 chega ao Padrão Final em 2027. Na proposta do Governo Federal chega, chega-  
466 se ao Padrão Final em 2030. Na proposta dos Estados, não há, se chega àquele  
467 padrão final, mas sem um prazo hoje estabelecido. Né. É um prazo que vai ser  
468 estabelecido com as Avaliações Intermediárias propostas pelos Estados. É. Se  
469 não me falhe a... Aí, aí, a CNI depois coloca a proposta dela. Mas a proposta da  
470 CNI também não coloca esse prazo ou de nove anos, ou de 12 (doze) anos para  
471 chegar ao Padrão Final. É. Foi discutido algumas coisas. Chegou a dizer 30  
472 (trinta) anos, mas acho que a CNI não colocou no papel uma proposta formal de  
473 se chegar. Então nesse aspecto as duas propostas são similares, o que muda é o  
474 procedimento de como chegar lá. O próximo. Aí, é uma dife... Perdão. Volta lá no  
475 anterior. Nessa aí há uma diferença de, para chegar... Não, é a mesma coisa. 106  
476 (cento e seis). É que está meio apagadinho. Também a mesma coisa. Muda a  
477 quantidade de Padrões Intermediários e os prazos de como chegar lá. Mas os  
478 valores finais permanecessem os mesmos. Mesma coisa. Aí também. Também  
479 em relação à fumaça. § 1º do art. 4º. É. O chumbo no Material Particulado é um  
480 parâmetro a ser monitorado em áreas específicas, em função da tipologia das  
481 fontes de emissões atmosferas e a critério dos órgãos ambientais. Então, há aí  
482 uma proposta de § 2º para as Partículas Totais em Suspensão e o Material  
483 Particulado em Suspensão na forma de fumaça, que são parâmetros auxiliares, a  
484 serem utilizados em situações específicas, a critério do órgão ambiental  
485 competente. O §3º define que ficam definidas as condições de referência a  
486 temperatura de 25°C e a pressão de 760 milímetros de coluna de mercúrio. Para  
487 que a gente possa fazer uma avaliação da ocorrência desses poluentes. A opção  
488 pela utilização dos métodos de referências ou dos métodos equivalentes fica a  
489 critério dos órgãos ambientais competentes. Próximo. É. A proposta de novo artigo  
490 que saiu da 3ª reunião do GT, sobre os métodos de referência. São critérios para  
491 ser para aceitação dos métodos equivalentes para medição da qualidade do ar. A  
492 gente viu, e aí, eu vou pedir que a ABEMA explique um pouco melhor isso. Havia  
493 uma proposta do Rio de Janeiro, que era um pouco diferente das demais. Pelo Rio  
494 de Janeiro, tem um método específico de avaliação, é, diferente de São Paulo.  
495 Tem uma pequena diferença. E aí, é, nesta divergência, que eu não sei se isso  
496 também foi agora é, harmonizado, havia uma proposta desse novo artigo que fala  
497 entre os critérios de aceitação de métodos equivalentes para medição de  
498 qualidade do ar. Tendo em vista que órgãos ambientais tinham métodos  
499 diferentes. Não precisa ter o mesmo método. A gente. Mas, era para garantir  
500 como esses novos métodos poderiam ser propostos e para se ter valores  
501 comparáveis no final, né. Porque se não vai chegar um relatório aqui ao Ministério  
502 do Meio Ambiente e que a gente não vai saber muito bem o que fazer com ele, né,  
503 porque já não vai conversar entre si os dados. E isso não é novidade. Isso é

504 recorrente nas resoluções que tratam de qualidade do, da água, qualidade do  
505 solo, isso é comum. § 1º Até a publicação do guia técnico mencionado no *caput*.  
506 Então, está mencionado no *caput* um guia técnico a ser elaborado pelo MMA que  
507 vai, é. Isso já começou a ser escrito, né, com o apoio do Ibama. O que ficou foi a  
508 tarefa para o MMA publicar. Para o guia não ficar atrelado a resolução, esse guia  
509 é disponibilizado na Internet. À luz de outros guias e de outros procedimentos que  
510 a gente tem em outras resoluções. Proposta de emenda do 4GT. O guia deverá  
511 ser submetido a consulta pública. Isso é perfeitamente aceitável. E hoje em dia, eu  
512 acho que é muito raro documento que a gente não publica. É. O que eu. Eu me  
513 lembro que o que eu ponderei na reunião é o seguinte, diferentemente de uma  
514 portaria, de uma instrução normativa, que é um ato legal, formal, é, ele passa por  
515 uma consulta pública e o que vale é o texto publicado no Diário Oficial. Correto? É.  
516 O, um guia ao ser colocado na Internet, e ao apresentar, por hipótese,  
517 desatualizações ou incorreções, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, ou  
518 qualquer órgão que ficar com a tutela de gerenciar esse guia, a partir da indicação  
519 de que há uma necessidade de aperfeiçoamento do texto, imediatamente. Mas a  
520 gente também não viu nenhum impedimento de ter consulta pública. A consulta  
521 pública é permanente no caso de um documento técnico desses. Mas pode haver  
522 uma consulta pública formal. É que para haver consulta pública formal tem  
523 procedimentos específicos que a gente tem que seguir. São prazos, avaliação técnica e  
524 jurídica e tal, tal e tal. Para poder entrar em consulta pública a gente tem que  
525 responder a todos àqueles que propuseram alterações ao texto. Nós já estamos  
526 ficando bem especialistas em consulta pública dentro do Ministério. E é positivo,  
527 isso, extremamente positivo. A proposta de emenda do quarto, da 4ª reunião do  
528 GT. É. A gestão do monitoramento da qualidade do ar é atribuição dos órgãos  
529 estaduais e do Distrito Federal. É. Não se prevê nesta Resolução, até o momento,  
530 os senhores podem deliberar o contrário, que o monitoramento seja feito pelos  
531 municípios. Se prevê que isso seja feito pelos Estados à luz do que já havia na 03.  
532 Próximo. Uma proposta de emenda da 3ª reunião do GT. Os órgãos estaduais de  
533 meio ambiente deverão elaborar um Plano de Emergência para os Episódios  
534 Críticos de Poluição do Ar, a ser deverão elaborar em plano de emergência a ser,  
535 a ser submetido a autoridade competente, visando medidas preventivas com o  
536 objetivo de evitar graves e iminentes riscos de saúde da população. Bom, só uma  
537 explicaçãozinha pequena. Vocês podem me perguntar o seguinte, como que é, o  
538 órgão ambiental vai submeter a quem? Bom, quando a gente fala de emergência,  
539 o escopo dentro do Estado é muito mais amplo do que simplesmente o órgão  
540 ambiental. Tem a Defesa Civil e o órgão de saúde. E ele envolve os, nesse caso,  
541 envolve os órgãos municipais, com medidas específicas. Então, por isso que a  
542 gente faz. Esse é um decreto do governador. É um outro tipo de Resolução do  
543 Conselho, não sei. Não é definido aqui. Mas é. Vai ser submetido a autoridade  
544 competente para que o Plano de Emergência possa entrar em vigor. E esse Plano  
545 de Emergência, ele vai ter o seguinte conteúdo mínimo, ele que vai definir se os  
546 níveis de atenção, essa é proposta da 3ª reunião do GT. Níveis de Atenção de  
547 Alerta de emergência, propostos nessa Resolução, mas restritivos relativos as  
548 concentração de Dióxido de Enxofre, Material Particulado MP10 e MP2,5,  
549 Monóxido de Carbono, Dióxido de Nitrogênio, Ozônio. O inciso II, Detalhar as

550 ações e providências a serem tomadas e os responsáveis a partir das ocorrências  
551 dos níveis de Atenção e de Alerta a fim de evitar o atingimento do Nível de  
552 Emergência. E propor medidas restritivas durante a permanência dos níveis  
553 referidos acima, sobre as fontes de poluição das áreas atingidas. Próximo. Acho  
554 que nós já estamos chegando no fim. Parágrafo único. O Plano de Emergência  
555 deverá indicar responsáveis pela declaração dos diversos. Como a gente está  
556 dizendo que o Plano de Emergência, ele vai ter que ser homologado pela  
557 autoridade estadual, então é ele que vai definir como ele vai ser é, ele começa a  
558 vigorar, né. Então, que gatilhos ele vai ter de criticidade, quem vai emitir essa  
559 declaração. É isso que está dizendo esse parágrafo único. A proposta do PROAM,  
560 Ministério Público Federal e FURPA. Os órgãos estaduais e o Distrito Federal de  
561 meio ambiente. É. Tem uma coisa aí que não está bem. A gente normalmente usa  
562 os órgãos estaduais de meio ambiente e do Distrito Federal. Compete a aplicação  
563 dessa Resolução. Parágrafo único. Na ausência ou omissão do órgão estadual de  
564 controle ambiental, o IBAMA atuará, diretamente, em caráter supletivo. Isso aí foi  
565 excluído na reunião do 3º GT, por entender que esse parágrafo único, ele fere a  
566 Lei Complementar 140, que é quem regulamenta as competências, é, da União e  
567 dos Estados para as ações de controle e fiscalização ambiental. Mas houve um  
568 pedido de manutenção para deliberação nessa Câmara Técnica e o texto, é, é,  
569 permaneceu. Mas, há um problema legal em relação a esse parágrafo único. A  
570 resolução não pode dar esse caráter de 'supletividade'. Não. Eu só estou fazendo,  
571 eu não vou entrar no debate ainda. Eu não vou entrar no debate. Eu só estou  
572 dizendo é que nós retiramos no 3º GT e foi retornado é, ao texto, mas ainda há um  
573 posicionamento nosso de que isso não é legal, do ponto de vista da Lei  
574 Complementar 140. Próximo. Eu já estou terminando. A proposta do PROAM,  
575 Ministério Público Federal e FURPA. E também, em sequência a esse assunto.  
576 Órgãos estaduais de controle ambiental informarão a população, mediante  
577 inserções na mídia impressa, digital, radio difusora e televisiva, sempre que forem  
578 atingidos os níveis de Alerta, Atenção e Emergência. É fazendo um detalhamento  
579 um pouco maior do que está no Plano de Emergência. Ainda esclarecendo-se as  
580 medidas adotadas pelos órgãos de controle e aquelas que devem ser tomadas  
581 pela população para minimizar possíveis danos à saúde. Proposta da PROAM,  
582 Ministério Público Federal e FURPA. Cabe aos Estados a elaboração dos Planos  
583 de Atenção e Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar. Perdão. Um  
584 novo artigo. Parágrafo único. Os Planos contemplarão medidas de prevenção de  
585 aumento de poluentes e medidas de diminuição da emissão de poluentes, bem  
586 como medidas para salvaguarda da população frente à exposição, com o objetivo  
587 de evitar iminentes riscos à saúde humana. À saúde da população. Próximo.  
588 Proposta do 4º GT. Para o, o art. 9º, que aí são os níveis de Atenção Alerta e  
589 Emergência, que se referem o artigo anterior, o art. 8º. Serão declarados quando,  
590 prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas  
591 desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas  
592 subsequentes, for excedida uma ou mais condições especificadas nos níveis da  
593 tabela a seguir. Tá? Então, ele define quais são os valores numéricos de Atenção,  
594 Alerta e Emergência, para que se declare os níveis de Atenção, Alerta e  
595 Emergência. Para SO<sub>2</sub>, Material Particulado 10 e 2,5, CO e Ozônio e NO<sub>2</sub>.

596 Próximo. Proposta de parágrafo, o mesmo art. 9º. Será declarado o Nível de Alerta  
597 quando. De Atenção, perdão. Quando, prevendo-se a manutenção das emissões.  
598 Cadê minha bolsa? (*Intervenções fora do microfone. Inaudíveis*). Agora, eu vi. Eu  
599 estou atrás da bolsa que eu quero o mesmo papel. Cadê minha bolsa? Culpa do  
600 Diego. Ele vai me escutar aqui depois. Só um minutinho, por gentileza. É. Será  
601 declarado então o ni... Esse aí eu já li, né. Prevendo-se a manutenção das  
602 emissões nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, for excedida uma ou mais  
603 condições do Nível de Atenção da tabela, do, da, do slide anterior. Aí, o §2º é  
604 para, para declaração do Nível de Alerta. E o § 3º, é o Nível de Emergência.  
605 Quando se prevê que em 24 (vinte e quatro) horas for excedido uma ou mais  
606 condições enumeradas no Nível de Emergência. Ou seja, um ou mais poluentes  
607 enumerados na tabela anterior quando forem, quando foram atingidos será  
608 declarado emergência. Próximo. Proposta do PROAM, Ministério Público Federal  
609 e FURPA. Excluído o artigo no, inteiro no artigo, o art. 3º. Perdão. Excluído o  
610 artigo inteiro no 3º GT. Um Sistema Nacional é. Há uma proposta de criação de  
611 um Sistema Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar. Há um entendimento  
612 na regra que fala de instrumentos legais, que eu só posso criar programa,  
613 sistemas, fundos por lei, não por Resolução do CONAMA. Então, há uma, há uma,  
614 também uma divergência, isso foi retirado da 3ª reunião do GT. E nós recebemos  
615 um ofício do Ministério Público pedindo que fosse incluído para deliberação dos  
616 senhores na Câmara Técnica. Houve uma interferência no GT, o que nos parece  
617 até uma coisa errada, porque qualquer conselheiro pode reposicionar textos  
618 excluídos a qualquer momento. Só que o que se pretende no GT é trazer para  
619 essa Câmara Técnica um texto o mais enxuto possível, para facilitar a deliberação  
620 dos senhores. O que não foi possível nesse caso. Esse texto foi trazido com  
621 basicamente quatro propostas diferentes por conta dessas diferentes  
622 intervenções. E dos dissensos que nós, nós chegamos. Mas, há um entendimento,  
623 eu fiz na ocasião uma consulta ao chefe da consultoria jurídica. Eu reforço que a  
624 consultoria jurídica do Ministério, ela nos apoia verbalmente, é, e pontualmente,  
625 quando há necessidade, mas ela se manifesta efetivamente quando a proposta de  
626 Resolução vai para Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. É. Então, aí, coloca  
627 competências esse artigo que havia sido excluído e agora foi mantido. Compete  
628 aos órgãos estaduais de controle do meio ambiente, a divulgação diária de sítio  
629 eletrônico. Isso também está relacionado a esse artigo. Dos dados objetos e  
630 monitoramento compete ao Ibama a divulgação anual em seu sítio eletrônico dos  
631 relatórios enviados pelos órgãos ambientais estaduais. O §1º. Serão divulgados,  
632 diariamente, os quantitativos dos poluentes monitorados, em tabela que indique o  
633 valor aferido e o padrão aferido de cada poluente. §2º. A gente teve que colocar  
634 na sequencialmente para poder caber no slide. Poderão ser divulgados, a critério  
635 dos órgãos ambientais competentes, índices qualitativos, desde que se esclareça  
636 a metodologia de qualificação adotada dos respectivos valores de referência. §3º  
637 Os órgãos de controle ambiental estaduais apresentarão ao Ibama A relatórios  
638 anuais de monitoramento da qualidade do ar, e de medidas adotadas, caso  
639 tenham ocorrido episódios críticos no período a que se refere o relatório. Próximo.  
640 Também foi excluído que é o para... E retornou ao texto, a pedido do Ministério  
641 Público. Ficam estabelecidos os níveis de qualidade do ar que caracterizam os

642 episódios críticos de poluição do ar, visando a elaboração de Plano de  
643 Emergência com ações dos governos do Estado, dos municípios, das entidades  
644 privadas e da comunidade com o objetivo de evitar graves e iminentes riscos à  
645 saúde da população. Próximo. Também proposta de um novo artigo, PROAM,  
646 Ministério Público Federal e FURPA. Ficam estabelecidos os Níveis de Qualidade  
647 do Ar para elaboração dos Planos de Atenção e Emergência para Episódios  
648 Críticos de Poluição. Considera-se episódio de poluição na atmosfera em curto  
649 período de tempo, 24 (vinte e quatro) horas em condições meteorológicas  
650 desfavoráveis a sua dispersão dos poluentes. Ele é pouca coisa diferente da  
651 proposta original, que estava no texto. Mas tem algumas diferenças a partir disso.  
652 Para execução do Plano de Atenção e Emergência fica estabelecido os dois níveis  
653 de concentração de poluentes, atenção e emergência. § 3º, para a ocorrência de  
654 qualquer dos níveis enumerados serão consideradas as concentrações dos  
655 seguintes poluentes. Também são os mesmos que estavam na versão anterior.  
656 Bem como as previsões meteorológicas e os fatos e fatores intervenientes,  
657 previstos e inesperados. Parágrafo, é § 4º, as providências a serem tomadas a  
658 partir da ocorrência dos níveis de Atenção têm por objetivo evitar o atingimento do  
659 Nível de Emergência. Próximo. É. Uma outra proposta de um novo artigo. Durante  
660 período em que perdurarem os Padrões de Qualidade do Ar Intermediário será  
661 declarado o nível de Emergência quando, prevendo-se a manutenção das  
662 emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão nas 24  
663 (vinte e quatro) horas subseqüentes, forem excedidos os valores de concentração  
664 de poluentes equivalentes ao Padrão Intermediário vigente no momento. Proposta  
665 de redação para o art. 12. Ao se atingir os Padrões Finais de Qualidade de Ar  
666 desta Resolução, será declarado o Nível de Atenção quando, prevendo-se a  
667 manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à  
668 dispersão dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subseqüentes, for excedida  
669 uma ou mais das seguintes condições: I – concentração de Dióxido. É o que  
670 basicamente acho que é o que está na, naquela tabela anterior é colocado na  
671 seqüência do texto. Então, a concentração de Dióxido de Enxofre (SO<sub>2</sub>), média de  
672 24 (vinte e quatro) horas, de 20 (vinte) microgramas por metro cúbico. Próximo. É.  
673 Para os demais poluentes também especificado. Isso talvez, se essa proposta for  
674 aceita, talvez seja mais didático se colocar essas concentrações numa tabela. Eu  
675 acho que da, a forma do que estava no texto original. Caso essa proposta seja  
676 aprovada pelos senhores. Só fazer uma adequação de forma. Né. Então, assim,  
677 há uma, há uma diferença aí também no prazo de atingimento das concentrações.  
678 Material Particulado são 24 (vinte e quatro) horas, 50 microgramas por metro  
679 cúbico. Material Particulado 10. O 2,5, 24 (vinte e quatro) horas. E aí, Monóxido de  
680 Carbono, oito horas, e nove partes por... Por milhão. Ozônio, oito horas, uma  
681 média de oito horas, e 100 (cem) microgramas por metro cúbico. E Dióxido de  
682 Nitrogênio, uma hora e 200 (duzentos) microgramas por método, metro cúbico.  
683 Próximo. Aí também é uma proposta específica. É uma tabela transcrita em texto,  
684 né, dos, do nível de Emergência. Também com essas colocações, essas  
685 diferenciações. Nem todos os poluentes são tratados em 24 (vinte e quatro) horas.  
686 Monóxido de Carbono é oito horas, Ozônio oito horas, e Dióxido de Nitrogênio  
687 uma hora. Próximo. Também na seqüência é o restante do que seria uma tabela.



688 É. Isso também foi retirado no 3º GT, né. O não cumprimento de legislação  
689 ambiental. O não cumprimento do disposto nessa Resolução sujeitará os  
690 infratores as sanções previstas na Lei 6.938 e 9.605. Há um entendimento legal de  
691 que quem regulamenta a Lei de Crimes Ambientais para o não cumprimento de  
692 regras são decretos, e não Resoluções do CONAMA. Né. Então, por isso foi  
693 retirado e a pedido do Ministério Público foi retornado ao texto para deliberação  
694 dos senhores. Já aconteceu em resoluções anteriores, de texto similares para  
695 Câmara de Assuntos Jurídicos e retornar com essa justificativa. Então, nós  
696 tentamos diminuir o trabalho de todos ao retirar pontos que não são aplicáveis,  
697 mas houve um entendimento que isso deveria ser mantido. E... Depois estará para  
698 os senhores para discussão e deliberação. Próximo. Já está no fim. Agora está no  
699 fim mesmo. Ministério do Meio Ambiente deverá encaminhar ao CONAMA  
700 proposta de Resolução estabelecer um novo Programa de Qualidade do Ar, no  
701 prazo. Isso é Resolução, basicamente, a 05 de, de 89. O CONAMA. Proposta do  
702 Ministério, do PROAM, Ministério Público Federal e FURPA. O CONAMA deverá  
703 requerer ao Ministério do Meio Ambiente, que no prazo de... (*Intervenções fora do*  
704 *microfone. Inaudíveis*). (*Risos!*). Lá na ponta, lá na ponta tem. Puxa uma daquelas  
705 cadeiras da mesa. Seja bem-vinda Cristina Iuan. Espero que não tenha se  
706 machucado. Foi um escorregão. Se emocionou. Vamos lá. A proposta PROAM,  
707 Ministério Público Federal e FURPA. O CONAMA 'requerer' ao Ministério do Meio  
708 Ambiente que no prazo de 12 (doze) meses seja feita a criação de um Comitê de  
709 Acompanhamento de Avaliação do Programa Nacional de Qualidade do Ar. É. Aí,  
710 há uma coisa também a se ver. Esta Resolução não está tratando do PRONAR. A  
711 que vai tratar do PRONAR é a 05. Essa Resolução só está revisando padrões.  
712 Então, eu estou antecipando pontos da revisão do 05, que deve se dar na  
713 sequência desta. E ela entra em vigor na data de sua publicação, é, revogando a  
714 03 e alguns itens da 05 de 89. Acho que agora sim é o último. E o Anexo. O  
715 Anexo, nós fizemos na última reunião com a proposta resumida do que São Paulo  
716 tem no seu Plano Estadual de Qualidade do Ar, e colocamos aí o conteúdo  
717 mínimo para o Relatório Estadual de Monitoramento da Qualidade do Ar. Acho  
718 que só tem essa e a sequência. Então, foi isso que foi deliberado das quatro  
719 reuniões da Câmara Técnica. Perdão. Do Grupo de Trabalho de Revisão da 03 de  
720 90, dos Padrões de Qualidade do Ar. Onde nós temos aí quatro posições é,  
721 distintas para serem absorvidas pelo seus conselheiros. Antes de abrir a palavra,  
722 eu queria fazer um pedido a todos. É. seria de praxe a gente já começar a votar o  
723 texto propriamente dito. Como eu trouxe esse assunto da Câmara, do Grupo de  
724 Trabalho sem consenso, eu acho muito difícil os senhores conselheiros se  
725 apropriarem rapidamente, aqueles que não acompanharam o GT, do conteúdo  
726 para poder deliberar sobre o tema. Então, o que eu sugiro? Sugiro que, e aí eu  
727 submeto aos conselheiros se concordam com a proposta dessa presidência. É.  
728 Abrir a palavra, principalmente, para todos, naturalmente, mas principalmente para  
729 que na sequência do que eu relatei é, os setores que têm posicionamento  
730 distintos, sociedade civil e Ministério Público, ABEMA, CNI, coloquem as suas  
731 posições. A partir disso, a gente escuta. E começa a se apropriar um pouco  
732 melhor do texto. E se todos se sentirem confortáveis, a gente delibera sobre ele  
733 mais tarde. Hoje à tarde ou amanhã ou numa próxima reunião. Aí, a gente vai ver

734 como que lida isso dentro do Regimento Interno. Mas a ideia, primeiro, é a gente  
735 promover este debate, tentar reproduzir minimamente é, os consensos e os  
736 dissensos do GT para que todos se apropriem do seu conteúdo e tenham mas  
737 segurança para votar. Certo? Wanderley.

738

739

740 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Wanderley, CNI.  
741 Bom dia a todos. Colegas conselheiros presentes aqui na reunião. Demais  
742 representantes de instituições e empresas. Zilda, me parece que seria prudente, é,  
743 começarmos essa discussão pela proposta da ABEMA porque como ela não foi  
744 disponibilizada, a gente gostaria de conhecer o conteúdo, porque pode afetar todo  
745 o nosso entendimento da norma. Isso, é, eu acho que seria prudente, tá? E a  
746 gente. E é mais produtivo. E nós, depois cada um defendermos os nossos pontos  
747 de vista aqui na sequência que você propôs. E depois vemos o que seria mais  
748 pertinente de fazermos.

749

750

751 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Só  
752 fazer um comentário, Alfredo, antes de passar a palavra. Eu conversei com o  
753 André essa semana pelo o telefone, porque eu havia conversado com o André,  
754 com o Jesuíno, com o Renato, da FEAM, na última reunião, no último momento  
755 que nós nos encontramos. É. Realmente a ABEMA como tinha que fazer uma  
756 consulta aos órgãos ambientais, ela atrasou e não pode disponibilizar. O André vai  
757 fazer, ou São Paulo, ou me parece que o André nesse aspecto tem uma  
758 apresentação para fazer pela ABEMA. Mas, é, eu acho positivo, Wanderley. Acho  
759 que por causa disso também, é. Ao que me parece, a ABEMA fez uma proposta  
760 de melhoria do texto, ela não propôs algo muito diferente disso que está na tela,  
761 mas fez uma melhoria em alguns pontos do texto. Como eu, eu pretendo. Eu acho  
762 que a tua posição é boa, em relação a isso. Então, como a gente não conseguiu  
763 disponibilizar isso a tempo, por conta dessas consultas, eu acho que a gente  
764 poderia ter agora a apresentação da ABEMA e depois abre para vocês. Passo  
765 para o Alfredo primeiro e depois para ABEMA.

766

767

768 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB) –** Não. É que, que eu  
769 queria prestar um esclarecimento que já começou desde o começo. Na verdade, a  
770 ABEMA não vai chegar e apresentar uma proposta nova. O grosso disso é o que  
771 já está inserido aí nesse texto que você apresentou da proposta do Governo do  
772 Estado de São Paulo que é encampada pelos outros Estados. Então, isso quer  
773 ficar claro. Não tem coisas. Grandes coisas novas. O que teve foi que depois do  
774 último GT, os Estados se reuniram por teleconferência, por e-mail, por *WhatsApp*,  
775 por tudo de direito e junto com a ABEMA. Isso é uma consolidação para mostrar  
776 realmente a linha da nossa proposta. Mas não é uma coisa nova, diferente. Ela já  
777 está aí. Tu quando falar ali que todos os itens aí, que já estava aí, né, proposta de  
778 São Paulo. Ele já está aí. Agora, o que vai é só uma apresentação sistemática do  
779 que nós já tínhamos aí. Senão dá a impressão que é uma coisa nova. Que fugiu.

780 Não. Por isso que eu estou falando. Mas eu estou passando essa informação.  
781 Tá?

782 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, ABEMA.  
783 Eu peço para abrir, por gentileza, o documento e colocar no modo de exibição.  
784 Muito bem. Bom dia a todos, conselheiros. É. Primeiro lugar, eu gostaria de  
785 parabenizar o Ministério do Meio Ambiente, na pessoa da, pela condução do  
786 trabalho até esse pon... *(Falha no áudio)*. Que o ponto de vista dos Estados, né,  
787 desde a última *(Falha no áudio)*. Está intermitente. Desde da última reunião do GT  
788 até agora. *(Falha no áudio)*. Uma posição da ABEMA, e não de um Estado.  
789 Obrigada, Adriana. E não de um Estado A ou um Estado B. Né. Então, nesse  
790 sentido, nós gostaríamos de apresentar o ponto de vista dos Estados para os  
791 conselheiros, visando contribuir para que a gente tenha um número menor de  
792 propostas porque querendo ou não a gente precisa de texto base para conseguir.  
793 Em frente, né, não dá para analisar quatro textos ao mesmo tempo. Então, é. Esse  
794 é o objetivo dessa breve apresentação que nós vamos fazer. Bem, primeiramente,  
795 qual o cenário que a gente encontra? Né. Isso nós queremos reforçar, Dr. Bocuhy  
796 e Dra. Evangelina. Os Estados se preocupam e querem avançar na melhoria da  
797 qualidade do ar. Esse é um ponto de partida que é importante está claro para todo  
798 mundo. Os Estados têm essa preocupação e nós queremos avançar. Né.  
799 Entendemos que a Resolução 3 tem que ser revisada, né, é uma Resolução da  
800 década de 90, já está para lá de ultrapassada. Né. E a gente tem esse  
801 entendimento comum. Só que a gente alerta que muitas das ações necessárias  
802 para melhorar os Padrões de Qualidade do Ar vão muito além da abrangência dos  
803 órgãos estaduais de meio ambiente. Então, isso precisa ser considerado na  
804 discussão também. É. Nós concordamos que compromissos precisam ser  
805 assumidos. Então, a evolução da proposta, Dr. Bocuhy. Por que trazemos só  
806 nesse momento? Porque estávamos em negociação com os Estados para que  
807 aprimorassem a proposta, no sentido de trazer mais compromissos para proposta  
808 de Resolução que nós estamos apresentando. Os Estados têm que assumir mais  
809 compromissos. Mas compromissos viáveis, compromissos que possam ser  
810 alcançados. Né. E esses compromissos não são só dos Estados, são de todos os  
811 setores da sociedade, relacionados a esse tema. A gente ressalta, assim. Eu  
812 peço, por gentileza, que passe para o próximo slide. Bem. E a gente ressalta  
813 também que parte significativa da poluição do ar nas grandes metrópoles é  
814 causada por fontes móveis, que tem um controle muito mais difícil, como  
815 comparado com as fontes fixas. Então, uma coisa que a gente tem que ter em  
816 mente que não é, não é só indústria que reduzindo seus limites de emissão vai  
817 permitir que a gente alcance padrões mais baixos, é, na magnitude que tem sido  
818 apresentada. É. Nós tivemos oportunidade, Cláudio Alonso liderou esse  
819 movimento, em 2006. Em 2007, foi publicada a Resolução 382. *(Falha no áudio)*.  
820 Pude participar da Resolução CONAMA 436. Uma para fontes novas, outra para  
821 fontes antigas. Né. Para limites de emissão de fontes fixas. E ali o setor já  
822 mobilizou grande investimento. Wanderley pode é, complementar. Para que os  
823 limites fossem reduzidos. É. Até hoje tem fornos de vidro sendo reconstruídos, e,  
824 filtro sendo, assim, sendo instalados, precipitadores eletroestáticos. Na época do  
825 grupo, Cláudio, eu me lembro que era uma cifra de algo de R\$ 5.000.000.000,00

826 (cinco bilhões de reais) que se estimava em investimentos que a indústria faria  
827 para adequar os limites de emissão. É porque que a gente está colocando isso?  
828 Porque, é, na indústria, lógico que sempre tem espaço para avançar, mas  
829 recentemente já foi feito muita coisa, né, é, para reduzir os limites de emissão. Em  
830 relação a fontes móveis, nós temos avanços significativos, né, como tivemos,  
831 recentemente, a comemoração dos 30 (trinta) anos do PROCONVE e do  
832 PROMOT. Vimos ali avanços relevantes, mas não podemos também olvidar que a  
833 gente depende de políticas públicas de transporte, mobilidade urbana. Não é só  
834 com programa de inspeção, melhoria nos equipamentos e dos combustíveis que a  
835 gente alcança, é, determinados padrões. Fora a questão da meteorologia, que  
836 varia de um lugar para lugar. Você pode ter o mesmo conjunto de fontes, se a  
837 meteorologia for diferente você pode ter resultados completamente diferentes,  
838 como todos sabem. E a, o entendimento dos Estados é que os valores da OMS  
839 devem ser norteadores para melhoria da qualidade do ar, e não algo impositivo.  
840 Né. A leitura do documento completo, que são quase 500 (quinhentas) páginas,  
841 né, permite essa interpretação. De que é uma orientação. E uma orientação que  
842 nós estamos colocando na proposta como norteador, né, concordando com o que  
843 a OMS apontou. Mas entendemos que é inexecutável o atendimento desse padrões  
844 em 2030, como a proposta principal ou prazo menor, como há uma proposta  
845 também. Então, esse é o documento da OMS que fala dos padrões. Veja, não é  
846 uma, não é um documento de uma folha com uma tabela dizendo: “olha, cumpra-  
847 se isso”. Né. Ele fala para levar em consideração as políticas públicas, a realidade  
848 da cada País. Então, precisamos ter em mente que quando a gente fala padrões  
849 da OMS é algo muito mais detalhado e consubstanciado que simplesmente um  
850 valor para se atingir como se fosse um limite legal. Muito bem. Além disso, os  
851 Estados entendem que a mudança dos padrões pura e simplesmente, sem que  
852 esteja amparado por políticas públicas ou compromissos assumidos pelos  
853 diversos setores, pode não garantir nenhuma melhoria. Porque se eu não tenho  
854 nenhum amparo para melhorar o meu resultado, a única coisa que se tem ao final  
855 é um padrão não atendido. E um padrão não atendido, desmoraliza um  
856 instrumento, esse importante instrumento, né, criado (*Falha no áudio*). Ambiente, e  
857 ao mesmo tempo que contribui para judicializar ainda mais o processo de  
858 licenciamento ambiental. É. Na medida em que se tivéssemos hoje em 2030, e  
859 tivéssemos esse cenário de ter que atender esse padrão. Teríamos que tomar  
860 medidas drásticas, fechar empresas, é, pessoas seriam demitidas, enfim, é. As  
861 fontes móveis teriam restrições é, que hoje, é, não conhecemos. Fato é, que não  
862 temos grandes exemplos de grandes metrópoles que atendam esses padrões. Né.  
863 Se tiver nos exemplos seria bom que eles fossem apresentados para gente  
864 conhecer o que foi feito. E é fundamental que essa discussão, leve em conta o  
865 peão dos Estados, o Distrito Federal, além dos municípios. Porque o  
866 licenciamento é feito por essas entidades, o Ibama também, mas é cada vez  
867 menos e para uma lista restrita. E a fiscalização, o controle da qualidade  
868 ambiental, isso remete aos Estados. Então, é importante que a opinião dos  
869 Estados sejam levados em conta. E na definição de objetivos, isso a literatura  
870 coloca como estritamente recomendável. Tem cinco pontos que a gente tem que  
871 observar para qualquer objetivo que a gente estabeleça. Né. Independente se ser

872 um padrão, uma norma, um objetivo de produção, enfim. Objetivo, ele tem que ser  
873 específico. E nessa norma, ele é específico. Ele tem que ser mensurável. E aí, a  
874 gente já começa a ter um ponto que nem todos os Estados ainda têm as suas  
875 redes, suas formas de medição para apurar esses resultados. Objetivo tem que  
876 ser atingível. Não temos nesse momento nenhuma garantia de possibilidade de  
877 atingimento desse padrões. Ele tem que ser realista, né. E ele tem que ser  
878 orientado no tempo. Nós concordamos ele que precisa de um horizonte temporal,  
879 mas sem que ele seja atingível ou realista, é impossível, é, fixar qualquer  
880 compromisso com o prazo pré-estabelecido, né. Então, qual é a proposta da  
881 ABEMA, Dr. Bocuhy? É uma proposta de compromissos. O primeiro compromisso  
882 é reforçar o atendimento P1 imediatamente. A partir da publicação da Resolução,  
883 o P1 passa a ser o padrão, mostrando um avanço em relação ao CONAMA 03/ 90.  
884 Para que quem não acredita ainda que tenha avanço, basta olhar os números do  
885 Dióxido de Enxofre, vai ver que há uma redução de mais de 80% (oitenta inteiros).  
886 Para NOX, da ordem de 40% (quarenta inteiros), e a por aí vai. Além de  
887 estabelecimento de um novo, é, parâmetro que não existe à época, porque  
888 partículas inaláveis finas. Então, existe avanço estabelecendo P1 imediato.  
889 Queríamos reforçar isso. O segundo compromisso, Estados vão apresentar no  
890 prazo de até três anos um Plano de Controle das suas emissões. Por que um  
891 plano? Porque se eu tenho o objetivo a perseguir, eu tenho que minimamente ter  
892 um planejamento de como eu vou alcançar esse objetivo. Quais são os papéis, as  
893 responsabilidades? Quais setores assumem quais compromissos? Isso pode  
894 demandar, não só ações do Executivo, Executivo digo, órgãos além dos órgãos  
895 estaduais, é, de ambiente, dos órgãos municipais, mas também ações do  
896 Legislativo e outros setores da sociedade. É. Então, é, entendemos que  
897 estabelecer uma meta tão audaciosa, sem conhecer a realidade atual dos  
898 Estados, e aqui eu lembro que muitos Estados não têm ainda nem os inventários  
899 de emissão. Então, a gente tem que começar pelo início, não tem como fugir  
900 disso. Os Estados têm que se organizar, tem que conhecer a sua realidade hoje,  
901 qual é a situação atual, tem que firmar compromisso, sim, por meio de Plano de  
902 Controle de Emissões. Esse plano tem que ser apresentado. Tem que ser dado  
903 publicidade para sociedade, como um todo. E a partir desse plano, aí sim, de uma  
904 forma consistente e responsável, a gente avalia a passagem para os outros  
905 padrões estabelecidos. Mas, aí, a gente consegue trazer para discussão dados de  
906 fato. Não fica em algo tendendo à especulação ou achismo. A gente vai ter dados  
907 e fatos concretos que vão subsidiar a evolução gradativa, até onde? Até o melhor  
908 possível. Né. Todos aqui estão em busca do melhor possível. E o terceiro  
909 compromisso é justamente nesse sentido. Os Padrões de Qualidades do Ar  
910 Subsequente, o P2, P3 e o PF, vão ser adotados a partir de uma avaliação  
911 efetuada a cada cinco anos, pelo CONAMA, com base numa proposta conjunta  
912 dos Estados com o Ministério do Meio Ambiente. Participando, evidentemente,  
913 todos os conselheiros dessa discussão. Levando em consideração os Planos  
914 Estaduais e também os Relatórios de Avaliação da Qualidade do Ar apresentado.  
915 Então, em síntese, o que nós trazemos aqui? Como o Alfredo colocou, a linha  
916 base da proposta da ABEMA, ela está mantida, como apresentado no Grupo de  
917 Trabalho. Mas aprimoramos a proposta para trazer aqui mais compromissos. E

918 esses compromissos são: reforçar o P1 imediato, o compromisso de apresentar,  
919 em três anos, o Plano Estadual de Controle de Emissões. Esse plano vai ser o  
920 documento que vai subsidiar todas as ações que vão ter tomadas para permitir a  
921 melhoria da qualidade do ar. E o compromisso de a cada cinco anos retornar  
922 nessa casa, trazendo os resultados, é, com vistas a melhoria contínua da  
923 qualidade do ar. Esses são os compromissos que nós trazemos. Concluimos que,  
924 essa proposta, ela representa esforço, né. Quando a gente diz P1 imediato, a  
925 gente sabe que alguns Estados vão ter é, já algum desafio para enfrentar. Né. Ela  
926 representa empenho e comprometimento dos Estados. Estamos desde o início da  
927 discussão do GT e desde a última reunião do GT em conversas diárias para se  
928 chegar num consenso dos Estados. E o objetivo agora é apresentar isso para  
929 sociedade civil, para o setor empresarial e para os municípios, para que na  
930 medida do possível a gente harmonize os pontos de vista similares e reduza um  
931 pouco o número de propostas alternativas para que a gente consiga avançar na  
932 deliberação. Então, reconhecemos que não é matéria simples, né. Foram dois  
933 Grupos de Trabalho, um com sete reuniões e outro com quatro. 11 reuniões só de  
934 Grupo de Trabalho, uma tramitação desde 2010. Então, qual é a reflexão que eu  
935 coloco. Talvez seja melhor ter um avanço, ainda que não seja aquele avanço  
936 pretendido por alguns, do que não ter avanço nenhum e a gente demorar mais  
937 cinco, sete, oito anos discutindo sem compromisso firmado. Porque essa, essa  
938 proposta já está em discussão há sete. Completa sete anos é, na primeira semana  
939 agora de novembro, 9 de novembro, se não me engano. Então, ao mesmo tempo  
940 os Estados fazem um apelo pelo bom senso, pela coerência e pela exequibilidade,  
941 e na definição dos objetivos, para que a gente consiga um avanço real,  
942 consistente e sustentável. Então, é proposta que nós apresentamos ao Ministério  
943 do Meio Ambiente, o Ministério da Saúde e demais órgãos do Governo Federal.  
944 Aos municípios, que entendemos estamos muito próximos, em termos de  
945 realidade. É, ao setor empresarial, entendendo que harmoniza com alguns pontos  
946 que foram apresentados durante o Grupo de Trabalho. E com a sociedade civil, na  
947 medida em que os Estados trazem, Dr. Bocuhy, mais compromissos nessa  
948 proposta que está sendo apresentada. E com isso, eu finalizo a apresentação e  
949 nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento.

950

951

952 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
953 Brigado, André. Brigado, ABEMA. Estáabert...

954

955

956 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** É só um complemento  
957 do documento com a proposta. Basicamente, ele acrescenta esse compromisso  
958 do Plano Estadual de Controle. E o demais é o que é os Estados colocaram no  
959 Grupo de Trabalho, é, que já tinha sido apresentado. De toda forma, a versão  
960 limpa com a proposta da ABEMA, também já está à disposição, é, do DConama,  
961 já passamos o arquivo. E, é, ficamos à disposição para qualquer esclarecimento.

962

963

964 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
965 **Bocuhy. Conselheiro Bocuhy.**

966

967 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Dra.**  
968 **Zilda, é.**

969

970

971 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
972 **Membro dessa Câmara Técnica.**

973

974

975 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**  
976 **Primeiro, eu queria retomar as questões que foram colocadas pela senhora**  
977 **durante a apresentação da proposto, muito rapidamente. Só as questões de**  
978 **esclarecimento, não vou entrar no mérito, no debate. A primeira delas, é sobre a**  
979 **questão do dissenso. Nos momentos em que nós reafirmamos o dissenso, e o**  
980 **próprio documento do Ministério Público chegou, foi justamente na perspectiva de**  
981 **manter o dissenso, porque nós tínhamos que manter uma posição específica, por**  
982 **exemplo, com relação a competência do Ibama de atuação em caráter supletivo,**  
983 **com relação ao monitoramento da qualidade do ar. Nos foi prometido um parecer**  
984 **do IBAMA.**

985

986

987 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**  
988 **Não foi prometido.**

989

990

991 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – E**  
992 **infelizmente nós não recebemos esse parecer. Então, eu gostaria muito que isso**  
993 **chegasse para uma avaliação jurídica nossa. É uma questão que ficou pendente.**  
994 **A segunda questão, é que, é, até, é, em função do que a Dra. Zilda colocou, que**  
995 **há uma espécie de harmonia com relação aos objetivos que serão atingidos, mas**  
996 **o grande dissenso nessa discussão são os gatilhos de escape. É a perspectiva de**  
997 **você ter mecanismo de escape, isso como elemento impeditivo para políticas**  
998 **públicas mais firmes, para tomada de uma postura de governo, de política**  
999 **intersectoriais que possam levar ao atingimento dos padrões. Nós não podemos**  
1000 **admitir que a gente produz uma Resolução que não seja corajosa, que ela sob. A**  
1001 **égide de, de uma Resolução, que seja factível, ela permita a leniência,**  
1002 **procrastinação e tudo mais. Nós sabemos que o que move o governo, o que move**  
1003 **as autoridades, os tomadores de decisão é uma ‘deliberação’ firme, legal, que nos**  
1004 **permita caminhar nesse sentido. Esse é ponto que e eu queria colocar. E, nesse,**  
1005 **nesse aspecto, é, é, esse parece ser o dissenso nesse grupo aqui. Com relação a,**  
1006 **aos procedimentos, eu gostaria de, de compreender como é que se insere, aí eu**  
1007 **peço esclarecimento a, a, talvez a diretora do CONAMA com relação à proposta**  
1008 **da ABEMA. Porque nós não recebemos esse texto anteriormente, ele traz**  
1009 **algumas alterações, inclusive na proposta dos Estados. Né. Algumas questões**

1010 que o senhor coloca são questões de fundo que já foram debatidas há muito  
1011 tempo, né. Todas essas questões que se coloca como justificativa de é, um não  
1012 atingimento de padrões, isso aqui já foi objeto de debate dos Grupos de Trabalho.  
1013 De modo isso que não traz nenhuma novidade, ou não acrescenta nada a esse  
1014 Grupo de Trabalho. Pelo contrário, o que nós gostaríamos de ouvir de vocês é  
1015 uma proposta corajosa de avançarmos, no sentido de atingimento no mínimo  
1016 tempo possível, de uma condição ambiental que salvaguardar.... Salvaguarde a vida  
1017 das pessoas. Tem gente morrendo por conta disso. O que nós estamos  
1018 preocupados é exatamente com a essa questão. É. Então, eu gostaria de ter um  
1019 esclarecimento como se conduz essa proposta da ABEMA que me foi dita no  
1020 início de reunião, é uma questão de procedimento, que seria uma, um informe,  
1021 não é. E como se isso se insere numa alteração de texto.

1022

1023

1024 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1025 **Adriana. Deixa eu passar para Adriana, para ela fazer um esclarecimento.**

1026

1027

1028 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Claro.  
1029 **Evangelina, quer complementar antes?**

1030

1031

1032 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Só  
1033 **fazer um comentário antes da Evangelina. Bocuhy, nós não ficamos de apresentar**  
1034 **parecer jurídico durante o Grupo de Trabalho. O que nós dissemos o tempo todo é**  
1035 **que o Grupo de Trabalho era um grupo de técnicos, especialistas para discutir o**  
1036 **tema. Citamos a lei. E o Ibama defendeu, na época, que ele não tem esse papel**  
1037 **supletivo, em relação aos Estados. Isso não existe, não existe em nenhuma outra**  
1038 **matéria. E não é possível, legalmente, depois do advento da Lei Complementar**  
1039 **140. Então, assim, eu queria deixar bem claro. Nós não ficamos, em momento**  
1040 **algum, incumbidos de encaminhar aquele Grupo ou a este, qualquer parecer**  
1041 **jurídico sobre esse assunto.**

1042

1043

1044 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**  
1045 **Perdão, Dra. Zilda. Não a senhora, o Ibama. Foi a posição do Ibama. É., é. Como**  
1046 **se chama aquele rapaz que trabalha com indicadores ambientais?**

1047

1048

1049 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1050 **Sustentou oralmente na reunião. Mas não encaminhar parecer.**

1051

1052

1053 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Deixa  
1054 **Evangelina colocar e depois quando eu for responder, Bocuhy, eu falo sobre isso**  
1055 **também.**



1056

1057

1058 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1059 **(Apramac)** – O que eu gostaria de acrescentar é que na, nas reuniões do GT, eu  
1060 representava o Ministério Público Federal, como apoio técnico. E o Dr. José  
1061 Leônidas e o Dr. Pablo, que representavam o Ministério Público. Nós solicitamos  
1062 que as preposições e as propostas, dos outros atores que compunha a mesa e os  
1063 Estados, trouxessem uma justificativa das suas proposições. Porque o Ministério  
1064 Público fez isso. Ele justificou cada proposição, cada artigo, foi justificado. E  
1065 também foi solicitado então, que os propositores, outros, trouxessem a  
1066 justificativa. E é isso que eu gostaria de ouvir, por exemplo, em relação a essa  
1067 proposta agora da ABEMA, mas que já fazia parte dos Estados e outras  
1068 propostas, a justificativas que levaram a eles considerarem o que eles  
1069 propuseram.

1070

1071

1072 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pode  
1073 falar, Adriana.

1074

1075

1076 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Começando  
1077 pela, pela questão do, do, de como que a gente vai tratar essa questão na  
1078 reunião. Quando, quando eu me deparei com os, com o trabalho do GT, nós vimos  
1079 e isso ficou muito claro quando a Zilda fez o relato, a gente ainda está num ponto  
1080 muito anterior àquele de discussão do texto. Porque são tão grandes as  
1081 divergências e tantos pontos que a dinâmica que nós imaginamos para essa  
1082 reunião como metodologia, seria uma discussão das divergências, eventual  
1083 afinamento daquilo que pode ser ajustado, e aí sim, a gente começa a trabalhar  
1084 no texto. Então, o que a ABEMA trouxe foi uma questão genérica, com alguns  
1085 compromissos que vão ter que resultar num texto. Mas esse texto pode ser  
1086 apresentado na hora como emenda, porque a gente. Na hora que a gente entrar  
1087 no texto, Bocuhy, aí a ABEMA vai pegar aquilo tudo que ela apresentou, como um  
1088 fundamento. Eu entendi que aquilo é o pano de fundo. Aquilo é o fundamento para  
1089 aquilo que ela traduzir numa emenda de texto. E aí, durante a reunião, a gente vai  
1090 acrescentar a emenda, as modificações que ela apresenta. Só que me parece,  
1091 retomando agora para o CONAMA, que a gente ainda está em ponto anterior. Nós  
1092 estamos ainda com divergências muito grandes sobre a questão em si, como a  
1093 gente vai tratar. E aí, não é ainda a hora, me parece, de entrar no texto. Porque  
1094 acho que seria importante cada, cada segmento com propostas diferentes fazer a  
1095 sua fundamentação, fazer a sua exposição, justificativa oral aqui, para ver se a  
1096 gente começa a construir alguma coisa. Porque são pelo. Quando eu vejo o relato  
1097 feito pela Zilda, e quando eu vi o documento proveniente do GT, são ainda muito  
1098 distantes, as propostas. Então, eu acho que dá para gente ir afinando e a  
1099 trabalhando na discussão. Agora, uma questão quanto ao parecer e a posição do  
1100 Ibama. Tem uma outra Câmara Técnica que a gente está com a questão  
1101 semelhante, assuntos diferentes é a Câmara de Biodiversidade, mas que insistiu

1102 em um posicionamento jurídico. Então, nós temos algumas instâncias. A  
1103 consultoria jurídica do Ministério, ela é ouvida quando a proposta entra no  
1104 CONAMA, mas ela é ouvida para assessorar o CIPAM. Para dizer: cabe ou não  
1105 aquela matéria, é admissível ou não, tem legalidade ou não, do ponto de vista  
1106 genérico quando a matéria entra no CONAMA. Depois só quem pode falar é a  
1107 CTAJ. E a CTAJ só fala quando a matéria esgota o mérito e vai para Câmara de  
1108 Assuntos Jurídicos. Então, o que a Zilda está colocando, pelo o que eu depreendi,  
1109 é uma questão, assim, de que a gente já tem essa informação, de que pela LC  
1110 140, o Ibama não tem mais o caráter supletivo. Mas isso é no teórico, isso é do  
1111 ponto de vista geral. Para saber se neste, nesta matéria remanesce ao Ibama  
1112 alguma competência, só quando a matéria for para CTAJ.

1113

1114

1115 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**

1116 Voltando então ao entendimento, nesse sentido. Eu, desde no começo, eu aleguei  
1117 isso, que nós deveríamos deixar que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos  
1118 deliberasse, fizesse o trabalho dela. Então, é, não compete a essa Câmara,  
1119 havendo divergências com relação a aspecto legal, é, simplesmente deliberar  
1120 sobre isso aqui. Não é. Foi essa a minha preocupação à época. Porque havia uma  
1121 divergência de orientação jurídica da nossa parte. E aí, nessa discussão, o  
1122 pessoal do Ibama, que estava aqui presente, disse: “nós vamos enviar um parecer  
1123 jurídico para dirimir a dúvida”. Então, não foi formal da, da questão. Foi uma  
1124 tentativa de nos esclarecer, eu acredito, por parte do Ibama. Como isso não  
1125 aconteceu, eu acho que o encaminhamento que a senhora coloca é muito mais  
1126 adequado, no sentido de que isso vá para decisão da Câmara Técnica de  
1127 Assuntos Jurídicos.

1128

1129

1130 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Até porque,  
1131 só para ainda encerrar. Uma coisa é o posicionam, em tese, a outra coisa é  
1132 quando a matéria se delimita, tem uma concatenação, tem uma questão concreta  
1133 a ser definida. Então, a CTAJ vai avaliar em cima de um texto específico. É isso.  
1134 O.K. Pronto. Eu acho que cada um faz a sua defesa agora.

1135

1136

1137 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
1138 acho que em última instância, a Câmara de Assuntos Jurídicos decide sobre a  
1139 pertinência jurídica. O que a gente tenta fazer, como técnico da aérea, é fazer  
1140 colocar opinião técnica, e que muitas vezes tem a ver também com opinião  
1141 jurídica, antecipando problemas que não precisam chegar a Câmara Técnica.  
1142 Porque aí o texto acaba virando um Frankstein para ser debatido aqui e ser  
1143 debatido na Câmara de Assuntos Jurídicos. E a gente aqui está lidando, com uma  
1144 boa parte, nós do Ibama, do Ministério, com funcionários de carreira, analistas  
1145 ambientais, tem a obrigação de entender da legislação ambiental. Então, assim,  
1146 eu acho que essa intransigência, às vezes, não é positiva. Mas eu sei que a  
1147 instância que tem que se decidir isso é a Câmara de Assuntos Jurídicos. Mas é, é,

1148 é uma intransigência, às vezes, de ficar solicitando posicionamento por escrito,  
1149 parecer técnico e jurídico por escrito, para assuntos que podem ser resolvidos no  
1150 Grupo de Trabalho ou na Câmara Técnica.

1151

1152

1153 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Dra.  
1154 Zilda, só pelo, pelo teor das palavras. O Frankstein é a realidade, não é o nosso  
1155 trabalho aqui. Na verdade, nós estamos tentando contornar o Frankstein que nós  
1156 temos lá fora de desconformidade, né. A segunda questão, é que, é, essa  
1157 discussão é, nós tivemos essa intenção, essa boa vontade, no sentido de receber  
1158 essa orientação do Ibama que não chegou. Então, em nenhum houve  
1159 intransigência da nossa parte na manutenção do texto. Mas, sim, é uma questão  
1160 procedimental, é procedimento. No caso de dúvida, pode o conselheiro manter o  
1161 dissenso. Nós estamos seguindo o Regimento.

1162

1163

1164 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1165 *André. (Intervenções fora do microfone. Inaudível).* Liga o microfone, André, por  
1166 favor. André, *(Fala sobreposta)* do Rio de Janeiro.

1167

1168

1169 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Nesse caso, nós  
1170 entendemos que... André França, ABEMA. Entendemos que nesse caso deve  
1171 seguir para deliberação na Câmara Técnica. Porque muitas questões que eu vi,  
1172 que foram fala... Tratadas como questões jurídicas, eu entendo que há mérito na  
1173 matéria a ser discutida aqui também. Então, é, entendo que deve ser deliberado,  
1174 sim, aqui na Câmara Técnica.

1175

1176

1177 *(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis).*

1178

1179

1180 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA –** Não há necessidade dessa justificativa?

1181

1182

1183 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1184 *Adriana.*

1185

1186

1187 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Pelo o  
1188 Regimento, rigorosamente, falando, a justificativa é necessária quando se dá  
1189 entrada numa matéria. Agora, evidentemente, tudo tem que ter justificativa. Nós  
1190 estamos num mundo em que tudo tem que ser justificado. Então, a gente pode,  
1191 tanto cobrar da ABEMA, uma justificativa verbal, quanto se ao final nós  
1192 entendemos que ainda não está suficientemente justificado, pode ser uma

1193 complementação. Isso é um pedido da Câmara. Porque é claro que, na medida  
1194 em ela apresenta alguma coisa nova, ela agora pode esclarecer e justificar.

1195 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – É, a necessidade da  
1196 justificativa. Primeiro, eu acho que não poderia ir para deliberação porque como foi  
1197 dito inicialmente, é uma proposta. Então, vai ter que ser discutida e não  
1198 deliberada. Segundo, a justificativa, sendo necessária, tem que se abrir prazo para  
1199 que as pessoas possam ler, estudar e avaliar, né, e depois discutir.

1200

1201

1202 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eu imagino  
1203 que a gente possa caminhar, de uma maneira um pouco mais, mais célere. O que  
1204 que acontece? Eles apresentaram algumas coisas novas. Não veio com tempo  
1205 hábil para mandar para todo mundo. Então, ela pode, ele pode agora. Na hora.  
1206 Esse é o primeiro momento de debate de discussão. Aí, ele vai apresentando a  
1207 justificativas de cada questão apresentada. Quando nós chegarmos a pauta. (*Fala*  
1208 *sobreposta*). É o assunto. O assunto que está na pauta é, é a matéria. A Ordem  
1209 do Dia. Ele está trazendo algumas questões que vão entrar como emenda.  
1210 Quando chegar no texto, ele vai dizer, uma emenda de texto que pode ser  
1211 apresentada na hora. Agora, essa uma matéria que a gente sabe que tem uma  
1212 densidade, que a gente sabe que tem uma divergência e que não vai esgotar de  
1213 hoje para amanhã. Então, eu tenho a impressão de que o máximo que a gente  
1214 puder avançar é melhor, porque estamos todos reunidos aqui. E nós estamos  
1215 ainda numa fase preliminar ao texto, que é uma fase de compreender o ponto de  
1216 vista de cada proposta que é divergente.

1217

1218

1219 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Eu entendo. Apenas,  
1220 como legalista ao extremo, eu acho que deveria ser cumprido o ritual e não foi.  
1221 Inserir. (*Fala sobreposta*).

1222

1223

1224 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1225 Deixa eu só lhe fazer um comentário pra... As Câmaras Técnicas e a Plenária,  
1226 elas não exigem para que os assuntos sejam deliberados que as propostas  
1227 tenham sido apresentadas previamente.

1228

1229

1230 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Exatamente.

1231

1232

1233 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É  
1234 possível emenda de Plenária, como é possível emenda aqui na reunião. Não  
1235 preciso necessariamente ter apresentado antes, no prazo regimental, uma  
1236 proposta por escrito para que ela seja decidida aqui. É possível o Regimento  
1237 prever emendas feitas no momento, desde que haja um consenso de todos os  
1238 membros dessa Câmara Técnica.

1239

1240

1241 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Desde que prevista  
1242 na Ordem do Dia.

1243

1244

1245 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim.  
1246 E é o fato. E se está previsto.

1247

1248

1249 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Me parece que lá  
1250 não tá.

1251

1252

1253 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A  
1254 proposta.

1255

1256

1257 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Ela não tá.

1258

1259

1260 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Ela não está na  
1261 Ordem do Dia. Eles definem muito bem. Ordem do Dia, Ordem do Dia e eu acatei  
1262 isso. Então, agora, no momento que quer depois passar o segundo assunto para  
1263 Ordem do Dia, me parece que... É diferente do que foi proposto inicialmente.  
1264 Falaram que na Ordem do Dia é Ordem do Dia, aquilo lá é só para discutir, só  
1265 para saber que é um informativo. Agora, o diálogo está num outro sentido, de  
1266 inserir. Mas, tudo bem. Pode, por favor. A palavra.

1267

1268

1269 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.  
1270 Eu acho que a apresentação estava, estava na Ordem do Dia. Correto? A  
1271 apresentação estava na Ordem do Dia. Só que, independentemente, da  
1272 apresentação estar ou não na Ordem do Dia, o conselheiro, o membro dessa  
1273 Câmara Técnica, representante do Rio de Janeiro ou de São Paulo, pode  
1274 apresentar propostas de mudança no texto. (*Intervenção fora do microfone.*  
1275 *Inaudível*). Ele pode apresentar a propostas de mudança do texto. Ele aqui fez  
1276 uma apresentação geral, que ele não enviou antes. Nós não vamos deliberar  
1277 sobre a apresentação feita pela ABEMA. Agora, no momento em que estivermos  
1278 discutindo o texto de revisão, há, qualquer conselheiro pode apresentar qualquer  
1279 proposta durante essa discussão. Mesmo que não tenha sido previamente  
1280 enviada. Desde que seja votada. Ela vai fazer, passar a fazer parte do texto após  
1281 a votação.

1282

1283

1284 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Não me parece,  
1285 assim, dá sendo. Não lhe parece que dessa forma cumpre-se visualmente uma  
1286 proposta. Olha, é Ordem do Dia é Ordem do Dia. Proposta é proposta e vai ser um  
1287 informativo. No entanto, é possível que isso entre lá para a Ordem do Dia? E se  
1288 seja votado. Não lhe parece.

1289  
1290

1291 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
1292 senhora. Não foi isso que eu disse. *(Falas sobrepostas)*. Acho que a senhora não  
1293 entendeu. O que eu disse foi o seguinte, na Ordem do Dia temos o texto de  
1294 revisão da 03 de 90. A ABEMA, agora, não apresentou proposta nenhuma. Ela  
1295 apresentou um conjunto de pressupostos que informa qual é a manutenção de  
1296 proposta dela. Correto? A partir do momento em que começarmos a deliberar  
1297 sobre o texto, propriamente dito, a ABEMA ou qualquer um de nós pode  
1298 apresentar qualquer proposta de alteração ao texto. É isso que eu estou dizendo.  
1299 *(Falas sobrepostas)*. Mesmo que essa. Só um minutinho. Eu não passei a palavra  
1300 ainda para ninguém. Mesmo que proposta não tenha sido previamente  
1301 apresentada. Todos nós aqui, podemos propor qualquer coisa de alteração ao  
1302 texto da 03 de 90. Tá? Eu expliquei no início que houve uma falha nossa ao  
1303 colocar a proposta da ABEMA como uma proposta de um quarto item na Ordem  
1304 do Dia. Porque havia sido feito um pedido da ABEMA e, por isso, foi colocado. E,  
1305 assim, não era para ser dois itens diferentes porque ele está no mesmo ponto.  
1306 Mas a ABEMA fez uma apresentação geral, sobre a proposta dela, e agora a  
1307 gente entra no texto, propriamente dito, da Resolução 03. O Alfredo, a Evangelina,  
1308 o André.

1309  
1310

1311 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Eu ouvi e resguardo  
1312 o direito do Ministério Público de se manifestar posteriormente, até talvez por  
1313 escrito.

1314  
1315

1316 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Bom, eu queria falar  
1317 que me desculpe, mas não estou entendendo toda essa verborragia. À medida em  
1318 que eu recebi, na qualidade de conselheiro, um, um texto da proposta limpa que  
1319 nós vamos discutir aqui, que é pauta, que é objeto, que é praxe. Aqui, está todas  
1320 as questões colocadas do Estado, né, que foi resumida. Então, não eu estou  
1321 entendendo ainda tanto questionamento. Tanto não estou entendendo que a Dra.  
1322 Zilda começou a reunião dizendo que face é o grande nível de dissenso, ela ia  
1323 abrir as partes para justificarem as suas posições, que foi o que o representante  
1324 da ABEMA fez, porque ele fala em nome de todos os Estados. Então, vocês me  
1325 desculpem, mas não estou entendendo nada desses questionamentos. No meu  
1326 entendimento, nós estamos discutindo uma pauta que foi já distribuída  
1327 previamente e, portanto, cumpridos todos os regimentos, sejam eles quais forem.  
1328 Essa é a minha visão dessas questões. Tá.

1329

1330

1331 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
1332 peço aos conselheiros que não estão falando que desliguem os microfones, por  
1333 gentileza. Aos membros dessa Câmara Técnica. Evangelina e André. Tem mais  
1334 alguma inscrito?

1335

1336

1337 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1338 **(Apromac)** – Adriana, eu só queria voltar na questão da justificativa, que foi  
1339 colocado lá no GT sobre as justificativas das proposições, pelo Dr. Pablo. E que  
1340 continuam sem a justificativa.

1341

1342

1343 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Não estava  
1344 na reunião. Então, me conte.

1345

1346

1347 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Que  
1348 justificativa, Evangelina?

1349

1350

1351 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Porque eu  
1352 não estive.

1353

1354

1355 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1356 **(Apromac)** – Quando o Dr. Pablo, é, enviou. Quando nós enviamos as  
1357 proposições, dos artigos, nós justificamos o motivo pelo qual nós estávamos  
1358 propondo. E nessa carta, ele pediu que todos as proposições que tinham sido  
1359 feitas tivessem uma justi... Justificativa técnica, técnica, para constar como uma  
1360 justificativa até para nós podermos entender e estudar e até relevar, se fosse o  
1361 caso. Entendeu? E essa a questão que eu estou falando.

1362

1363

1364 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
1365 posso esclarecer, Adriana. Eu estava presente até. A Adriana não estava, quem  
1366 estava ainda era a Ana Dolabela, a Adriano retomou o CONAMA agora. O que foi  
1367 dito na ocasião. A Evangelina não estava na reunião, então, ela não ouviu a  
1368 justificativas. O que foi colocado pela coordenação. É que, até onde eu sei, o  
1369 Regimento Interno não exige que no decorrer dos debates, na conformação da  
1370 matéria, eu tenha que enviar a qualquer conselheiro uma justificativa de  
1371 manutenção de retirada do texto por escrito com justificativa técnica. Não é assim  
1372 que funciona um Grupo de Trabalho. Um Grupo de Trabalho funciona com  
1373 membros indicados por essa Câmara Técnica, com um debate construtivo dentro  
1374 da Câmara Técnica, com defesas orais, dentro do Grupo de Trabalho, e que não  
1375 prescinde de se fazer um parecer para cada proposta de inserção que se tem na

1376 Câmara Técnica. Isso é um procedimento que foi requerido por você, junto com o  
1377 Dr. Pablo, que não me parece adequado ao Regimento do CONAMA. Não é assim  
1378 que o CONAMA funciona. Não é assim que é pedido no regimento.

1379

1380 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1381 **(Apromac)** – Nesse caso, eu não precisaria estar presente para saber? Se fosse  
1382 respondido isso por escrito ao Dr. Pablo.

1383

1384

1385 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
1386 cabe. Não cabe.

1387

1388

1389 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1390 **(Apromac)** – Não. A requisição dele, não a justificativa, se é isso que vocês têm  
1391 como determinado. Eu só gostaria que constasse que não houve a resposta em  
1392 relação a isso. E por isso, eu estou trazendo aqui.

1393

1394

1395 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom,  
1396 eu acredito que eu respondi. Acho que, assim, para cada ponto que é retirado ou  
1397 mantido o texto, eu não tenho que fazer uma justificativa por escrito, com todos os  
1398 critérios que nos levaram a retirar ou manter do texto, ainda mais num Grupo de  
1399 Trabalho. Isso, volto a dizer, é uma rotina que não está prevista no Regimento  
1400 interno do Conselho, e que ela foi seguida à risca pela coordenação do GT. André,  
1401 você que está inscrito.

1402

1403

1404 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – É só. Bem rapidamente  
1405 para não ter nenhuma dúvida em relação ao que a gente tratou aqui. O que nós  
1406 fizemos foi apresentar o nosso ponto de vista, como cada setor vai fazer. A única  
1407 diferença é que nós usamos um recurso audiovisual para tornar mais clara a  
1408 apresentação. Então, é, esse foi o único ponto. A proposta de ABEMA é a  
1409 proposta do Grupo de Trabalho, como já foi dito. O que a gente buscou aprimorar,  
1410 inclusive, para entender um anseio colocado pela sociedade civil de ter mais  
1411 compromisso do Estado. Nós vamos apresentar com apenas duas emendas, que  
1412 vão ser suficiente para tratar esse assunto. Então, para que não tenha dúvida. A  
1413 nossa apresentação foi uma exposição, assim como os senhores vão fazer, só  
1414 que usamos o PowerPoint. E a proposta da ABEMA, é a mesma que já veio do  
1415 Grupo de Trabalho, com aprimoramento para ter mais compromisso e algum prazo  
1416 estabelecido para que os Estados se manifestem. Esse esclarecimento que eu  
1417 queria fazer. E em relação a citação que o senhor fez no início, de: “ah! Tudo já foi  
1418 dito”. Há pessoas aqui que não acompanharam a discussão desde o início. Então,  
1419 em respeito a elas, nós temos a obrigação de fazer esse nivelamento inicial.  
1420 Obrigado.

1421



1422

1423 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1424 Brigado, André. Eu gostaria agora de passar a palavra. Eu gostaria agora,  
1425 conforme eu tinha proposto no início, de passar a palavra para os outros setores.  
1426 Quem sabe PROAM, Ministério Público fazem a defesa da proposta que eles  
1427 apresentaram no Grupo de Trabalho e que pretendem manter aqui na Câmara  
1428 Técnica também, e depois da CNI. Para que os conselheiros possam se apropriar  
1429 desse conteúdo, e a gente possa evoluir no debate.

1430

1431

1432 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1433 **(Apramac) –** Bom. Eu vou então, fazer algumas colocações técnicas que  
1434 justificam a proposição do Ministério Público Federal, e em acordo com as  
1435 organizações da sociedade civil. É. Recentemente, em agosto, nós fizemos, o  
1436 Instituto Saúde Sustentabilidade fez uma pesquisa que foi a análise do relatório da  
1437 CETESB 2015, sobre a visão da saúde, em o que instituto avaliou os dados de  
1438 monitoramento de qualidade do ar, utilizando os Padrões de Qualidade do Ar,  
1439 preconizados pela OMS. Para verificar como seria o relatório nessa situação. Nós  
1440 fizemos para dois poluentes, Material Particulado e Ozônio. Eu quero dizer aqui  
1441 que houve um erro. Então, nós colocamos uma errata no site do Instituto, em  
1442 relação a avaliação do Ozônio. Porque a planilha que nós utilizamos, os dados  
1443 brutos, eram de Ozônio máximo, o valor medido o máximo de uma hora do dia, e  
1444 não de oito horas, como nós achamos que era a tabela que nós recebemos.  
1445 Então, nós fizemos uma errata e vamos reanalisar com os valores de oito horas.  
1446 É. O que. A intenção, o objetivo do Instituto nesse estudo, foi verificar e essa  
1447 questão utilizando o Padrão da OMS, preencher uma lacuna da legislação  
1448 ambiental, que foi determinada 27 (vinte e sete) anos atrás. Eu vou falar algumas  
1449 coisas só para situar todos. Foi determinado há 27 (vinte e sete) anos atrás os  
1450 Padrões Nacionais, embora São Paulo e Espírito Santo tenham se adiantado. Em  
1451 2013, propuseram um Decreto em que houve a mudança dos padrões. Para  
1452 primeira, o Padrão Intermediário, vamos dizer, sem prazos para atingir os padrões  
1453 seguintes. E nós utilizamos e fizemos isso porque essas concentrações, embora  
1454 como mostrando o Relatório da OMS, é extremamente complexo, grande e etc.,  
1455 houve um consenso e, isso há 12 (doze) anos atrás, quando foi lançado o  
1456 Relatório de Qualidade do Ar da OMS. E se avançou mais ainda em relação as  
1457 proposições dos padrões recomendados pela OMS, porque são as concentrações  
1458 que de reconhecimento protegem a salvaguarda da saúde da população. Até a  
1459 própria OMS, não existe, na verdade, um nível seguro para proteção da saúde da  
1460 população. Não existe, porque há pessoas que podem ser mais sensíveis e ter,  
1461 serem afetadas, até mesmo em valores abaixo dos padrões recomendados. Mas  
1462 eles chegaram àqueles padrões recomendados. Então, nós estamos, sem dúvida  
1463 nenhuma, pelo menos há 12 (doze) anos atrasado. Essa preposição do PROAM  
1464 ocorreu em 2010. Então, nós já estamos há sete anos nessa discussão. Em 2014,  
1465 houve o Grupo de Trabalho que não teve consenso em relação aos prazos. E não  
1466 houve essa discussão na Câmara Técnica. Nós perdemos o trabalho de um ano,  
1467 sem que pudesse ser discutido na Câmara Técnica e deliberado. E agora,

1468 novamente, voltamos, em 2017, três anos depois da discussão e estamos aqui na  
1469 Câmara Técnica, no mesmo local onde nós estivemos em 2014, mas que não  
1470 avançou. Então, o objetivo desse relatório, para exemplificar para vocês algumas  
1471 questões, é mostrar qual é o nível de poluição no Estado de São Paulo, segundo a  
1472 segurança da população em saúde. É. O relatório, ele mostra que a pelo menos  
1473 16 (dezesesseis) anos, de 2015, os níveis de média anual, de particulados inaláveis,  
1474 que é o PM10, ele tem se mantido duas a cinco vezes a cima dos Padrões de  
1475 Qualidade do Ar, recomendados pela Organização Mundial de Saúde. Duas a  
1476 cinco vezes, dependendo é, da estação, da cidade, enfim. Não a média da Região  
1477 Metropolitana de São Paulo ou do Estado, se assim fosse se pensar. O Padrão  
1478 Anual de Qualidade do Ar Paulista, isso segundo o Decreto então, no caso de  
1479 Material Particulado, de Aro 120. É. Ele foi ultrapassado em apenas, segundo o  
1480 relatório da CETESB, em 10% (dez inteiros) das estações automáticas. Nós só  
1481 trabalhamos com estações automáticas, que são cinco. Apenas cinco estações.  
1482 Agora, se nós utilizarmos os padrões da Organização Mundial de Saúde, nós  
1483 temos ultrapassagem em 48 (quarenta e oito) estações automáticas, e 92%  
1484 (noventa e dois inteiros) delas. Isso significa que aquilo que está sendo relatado,  
1485 no relatório, não é, de fato, o que traz a salvaguarda da população e nem, de fato,  
1486 o que a população tem de comunicação ou outros gestores que não tenham  
1487 conhecimento tão profundo da questão do Padrão de Qualidade do Ar. Em relação  
1488 às médias diárias, no Material Particulado 10, é. Pensando-se em todas as  
1489 estações automáticas e nos 365 (trezentos e cinquenta e cinco) dias do ano, nós  
1490 observamos 200 (duzentos), 2.200 (duas mil e duzentas) ultrapassagens em  
1491 relação ao padrão da OMS. Em contraposição, há 128 (cento e vinte e oito)  
1492 ultrapassagens em relação ao padrão paulista. E apenas, que representa 6% (seis  
1493 inteiros) e apenas dois pontos meio de ultrapassagens, em relação ao Padrão  
1494 CONAMA. Então, quando nós pegamos e utilizamos as três réguas, há uma  
1495 diferença de 2.200 (duas mil e duzentas) ultrapassagens para 128 (cento e vinte e  
1496 oito) ultrapassagens e 55 (cinquenta e cinco) ultrapassagens, seguindo a ordem,  
1497 como eu citei. Todas as cidades paulistas do interior e baixada santista, com a  
1498 exceção de Tatuí e Marília, Presidente Prudente e Taubaté, todas apresentam  
1499 médias anuais a cima do padrão recomendado pela OMS. E 13 (treze) deles a  
1500 cima da Região Metropolitana de São Paulo. Que são: Cubatão, Santa Gertrudes,  
1501 Rio Claro, Ribeirão Preto, Cordeirópolis, Piracicaba, Paulina, Americana, Limeira,  
1502 São José do Rio Preto, Barretos, Catatua e Campinas. Nós examinamos o PREF,  
1503 que também faz parte da determinação do Decreto 59.113. E aqui estão os  
1504 técnicos da CETESB para dizer muito melhor do que eu. E a aquelas. Desde do  
1505 Decreto, aquelas cidades que já atingissem a meta um, no caso, elas fariam parte  
1506 do PREF onde foi realizado o, o levantamento o, como se diz, o. Não. A. O  
1507 inventário das fontes de emissão de poluente. E que quais seriam as medidas  
1508 tomadas para cada destas cidades. Mas, eu queria dar alguns exemplos para  
1509 vocês, tal quanto é grave a situação das ultrapassagens dos padrões em relação a  
1510 OMS. Em Cubatão, Vila Parisi, segundo o registro do relatório da CETESB, as  
1511 ultrapassagens é, encontram-se, as ultrapassagens nessa estação, em 94  
1512 (noventa e quatro) dos dias do ano de 2015. Em relação a OMS, a ultrapassagem  
1513 registra 302 (trezentos e dois) de dias ultrapassagens. 88 (oitenta e oito). 87

1514 (oitenta e sete) por dias. 7% (sete inteiros) dos dias. Sendo que a média anual é  
1515 cinco microgramas por metro cúbicos. Acima do que França e Londres  
1516 consideram como emergência em relação a particulado inalável. Não é pouco,  
1517 senhores. 100 (cem) microgramas não é pouco, do ponto de vista que efeito sob à  
1518 saúde. Eu estou citando Cubatão que é primeira, mas outras estações também  
1519 são preocupantes como, por exemplo, Santa Gertrudes, 181 (cento e oitenta e  
1520 uma) ultrapassagens e 50% (cinquenta inteiros) dos dias do ano. Isso já há quase  
1521 dez anos e nada foi feito, em relação a isso. Não há, que eu saiba, é, é, ações  
1522 efetivamente que reduzam. Existem sim ações preventivas, determinações, mas  
1523 ações que imediatamente salvaguardem e reduzam a emissão de poluentes  
1524 nesses locais. Imediatamente para se reduzir e haver um menor adoecimento, eu  
1525 desconheço porque vem se mantendo em todos os relatórios esses níveis. E não  
1526 são só essas e tantas outras. São José do Rio Preto, 75 (setenta e cinco)  
1527 ultrapassagens, 21% (vinte e um inteiros) dos padrões diários, contra zero dias  
1528 relatos pela CETESB. O gestor local, ele não tem nem condição de saber que há  
1529 uma ultrapassagem de 25% (vinte e cinco inteiros) dos dias, em níveis altos e o  
1530 que está acontecendo com a população. E assim vem, a sociedade civil tentando  
1531 defender a muitos anos essa questão. Nós sabemos claramente. Eu não entendo  
1532 as razões porque a legislação brasileira não seja atualizada. E naquilo que se  
1533 respalda, em literatura científica e etc., do ponto de vista de salvaguarda da  
1534 saúde. Eu entendo plenamente que a questão da gestão é um problema, mas eu  
1535 estou falando aqui das questões de saúde. E obviamente que nós gostaríamos de  
1536 ver o órgão federal ambiental e os estaduais podendo se aproximar dessa, desta  
1537 real, verdadeira situação de consequências em saúde, de forma que isso possa  
1538 ser sanado no Brasil. O Brasil é o penúltimo país no Mundo a iniciar a atualização  
1539 dos Padrões de Qualidade do Ar, quando foi feito o Decreto de São Paulo, porque  
1540 o Federal nem isso fez. O que que acontece? O padrão, sem dúvida nenhuma,  
1541 não vai mudar a situação. É claro que o senhor apresentou, concordo plenamente.  
1542 Ele não vai mudar a situação, porém, ele é um instrumento de gestão. Ele é um  
1543 instrumento de gestão, até mesmo que os Estados colocam, de fazer um estudo  
1544 de três anos para ver qual é a situação e qual poderia se, como se poderia  
1545 alcançar talvez a primeira mudança do padrão. E é exatamente isso que o padrão  
1546 faz. Se vocês dizem isso, a mesma coisa. Se nós não estivermos um instrumento  
1547 de gestão, como esse, baseado na salvaguarda da saúde da população, para que  
1548 várias, concordo plenamente. Todos os atores tenham que participar dessa  
1549 questão, não é apenas indústria, não são apenas os legisladores, não é apenas o  
1550 federal nem o estadual e municipal. Todos têm que cumprir isso. Se nós  
1551 tivéssemos um padrão para ser atingido, por exemplo, na cidade de São Paulo,  
1552 provavelmente nós já teríamos a inspeção instalada. Que é a atribuição dos  
1553 Estados e também não foi cumprida há 20 (vinte) anos. Se nós tivéssemos um  
1554 padrão para ser alcançado, provavelmente, na licitação de ônibus, hoje, na cidade  
1555 de São Paulo, teria se cumprido o art. 50 da Lei de Mudança do Clima que previu  
1556 uma matriz energética limpa para esses ônibus. Então, nada acontece porque  
1557 também não há uma decisão de estabelecer os limites para isso. E enquanto não  
1558 houver, não vai haver uma união e que todos os atores possam tomar as suas  
1559 decisões. Eu gosto de ver os senhores dizer hoje aqui, que eu acho que foi a

1560 primeira vez que eu ouvi isso, assumir que para atingir os padrões, muitas  
1561 empresas teriam que ser fechadas, é verdade. Provavelmente nós teríamos já  
1562 inspeção. Provavelmente nós não teríamos o tráfego nas cidades, como nós  
1563 temos, porque todos os oito Estados que monitoram a qualidade do ar, apenas  
1564 oito Estados, unidades federativas, nem Brasília faz isso, como exemplo. Apenas  
1565 oito Estados monitoram. E dos oito Estados, seis, eu tenho certeza que estão  
1566 acima dos Padrões de Qualidade do Ar da OMS, muito similares. Primeiro, Rio de  
1567 Janeiro, segundo, São Paulo. Até pouco tempo, terceiro Porto Alegre, quarto, Belo  
1568 Horizonte. Agora, Belo Horizonte em terceiro lugar. E assim por diante. Por quê?  
1569 Porque as indústrias e as fontes móveis e o tráfego, a mobilidade urbana, é a  
1570 mesma praticamente em todos os lugares. Quais são as consequências para  
1571 saúde da população, desses níveis de poluição? Em 2014, o Instituto fazendo  
1572 parte da discussão, ele fez um estudo a toque de caixa, para mostrar qual era o  
1573 impacto da poluição, caso em 2011 se mantivesse os padrões de qualidade do ar.  
1574 Desculpa. A poluição se mantivesse no mesmo nível, a níveis de 2011, no Estado  
1575 de São Paulo, nós teríamos em 15 (quinze) anos que seriam prazo factível para  
1576 mudança do padrão, nós teríamos 250.000 (duzentas e cinquenta mil) mortes,  
1577 1.000.000 (um milhão) de internações, devido as doenças, doenças respiratórias,  
1578 cardiovasculares e câncer, relacionados a esse nível de poluição que nós  
1579 encontramos. E num, em valores econômicos, em custo de saúde, de mais 1,5  
1580 bilhão de reais, por dados de 2011. Isso significa o dobro de pessoas que morrem  
1581 em acidentes de trânsito, quase cinco vezes câncer de mama, e seis vezes e meio  
1582 que AIDS ou câncer de próstata. A OMS, em 2015, apontou oito, perda de  
1583 8.000.000 (oito milhões) de vida no Mundo, uma a cada oito morte, devido a  
1584 poluição do ar, ao ar tóxico. O ar tóxico passou a ser líder ambiental em  
1585 adoecimento e morte, ultrapassando saneamento, água insalubre, ou doença por  
1586 vetores, por exemplo, como malária no mundo. Além disso, o ar tóxico, por si só,  
1587 não importa a concentração e não é, a exposição da população se tornou uma  
1588 substância carcinogênica. Classificada como carcinogênica pelo Instituto Nacional  
1589 de Câncer, bem como o Material Particulado. Hoje, ar poluído e Material  
1590 Particulado, fazem parte do rol das substâncias carcinogênicas. A OMS estudou  
1591 todas as 40 (quarenta) cidades brasileiras que têm, que estão relatadas o  
1592 monitoramento de qualidade do ar no IEMA. Onde o IEMA juntou todos os dados  
1593 num sistema único de monitoramento. A partir daí ela mostrou o ano passado, em  
1594 2016, que todas as 40 (quarenta) cidades monitoradas, pelo Brasil, constando no  
1595 IEMA, mostravam níveis de Materiais Particulados acima do preconizado pela  
1596 Organização Mundial de Saúde, sem nenhuma exceção. 80% (oitenta inteiros),  
1597 muitos de vocês não devem conhecer, mas 80% (oitenta inteiros) dos efeitos da  
1598 poluição do ar são cardiovasculares. A doença crônica não transmissível, infarto  
1599 do coração e derrame é a primeira causa de mortalidade no Mundo, é a primeira  
1600 causa de mortalidade igualmente no Brasil. Sendo que 80% (oitenta inteiros) dos  
1601 efeitos da poluição do ar, eles estão sobre as doenças e os agravos  
1602 cardiovasculares. Porque o Material Particulado, ele penetra a corrente sanguínea.  
1603 Sistemicamente causa os problemas cardiovasculares e o câncer. Câncer de  
1604 pulmão é a terceira causa de mortalidade no mundo. O primeiro câncer em  
1605 mortes, inclusive no Brasil. E está associado a poluição atmosférica. Também está

1606 relacionado ao tabagismo. Embora o tabagismo tenha, seja um fator de risco  
1607 maior para câncer de pulmão, muito mais pessoas estão expostas a poluição do ar  
1608 do que ao tabaco. E portanto, tráfego e poluição do ar na cidades é a primeira, é o  
1609 primeiro fator de risco para doença cardiovascular no Mundo e no Brasil. Eu ainda  
1610 gostaria de dizer o seguinte, que vocês propõem, a proposta de vocês é que se  
1611 faça um relatório e que cinco anos isso seja entregue ao CONAMA, para se  
1612 avaliar qual é a condição do Estado atingir. Mais cinco anos. Nós temos um  
1613 exemplo do art. 8º da 436/2011, que também foi citada pelos senhores, para  
1614 fontes fixas e indústria. E em 2016, os Estados deveriam entregar os relatórios a  
1615 Ministério do Meio Ambiente, que deveria ter feito uma referência. O Ministério do  
1616 Meio Ambiente não fez a referência para os Estados. Os Estados alegam que não  
1617 entregaram o relatório porque o Ministério do Meio Ambiente não fez. Eu visitei os  
1618 Estados.

1619

1620

1621 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Me  
1622 permite uma parte, só. Qual é a norma? Eu não ouvi.

1623

1624

1625 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1626 **(Apromac) – 436/2011.** Eu estive com o secretário Jair para falar sobre esse  
1627 assunto. O Ministério do Meio Ambiente não fez a referência. Os Estados alegam  
1628 que não entregaram o relatório, isso em 2016 devia ter sido entregue. Nós  
1629 estamos no final de 2017. Não entregaram o relatório. Alguns até desconhecem  
1630 que tinham que entregar. Eu fui falar com quatro Estados. Porém, Rio de Janeiro,  
1631 e se não me engano, Paraná, entregou o relatório sem Termo de Referência. O eu  
1632 quero mostrar aqui que não funciona, isso não funciona. Não há tempo mais para  
1633 esperar cinco anos para se fazer um relatório, para depois analisar o relatório,  
1634 para depois decidir. E não vai ser para todos os Estados que não vai se alcançar  
1635 uma mudança da primeira meta de padrão, ou seja, a segunda, porque a primeira  
1636 valeria a partir de agora. Mas 150 (cento e cinquenta) microgramas em  
1637 concentração por metro cúbico de Material Particulado ao dia, mudar para120  
1638 (cento e vinte), senhores, é nada, em relação a saúde. A hora que mudar para75  
1639 (setenta e cinco) vai haver uma mudança. A hora que mudar para50 (cinquenta)  
1640 vai haver uma mudança. Então, de novo, 150 (cento e cinquenta) para120 (cento  
1641 e vinte) é uma mudança, praticamente, para constar escrita, mas que  
1642 absolutamente muda nada, em relação a saúde. Então, quando o senhor diz que  
1643 se houvesse os padrões, não que seria possível a mudança, teriam que fechar  
1644 empresas, teriam que se tomar iniciativas, é tudo verdade o que o senhor está  
1645 dizendo. Mas quando o senhor fala isso, e diz que não é possível a redução de  
1646 emissão de poluentes, nós estamos dizendo que a, o nível de concentração dos  
1647 poluentes eles chegam a níveis que são extremamente deletérios para a saúde. E  
1648 isso está acontecendo em nosso País, há 27 (vinte e sete) anos com uma  
1649 desatualização dos padrões. Eu gostaria que vocês levassem, pelo menos, em  
1650 consideração essas questões de saúde para haver uma discussão mais justa  
1651 possível para a sociedade. Quando a gente fala de sociedade, nós estamos

1652 falando de todos os senhores, pessoalmente, de suas famílias, de uma população  
1653 inteira que tem que ser defendida. Isso é, isso é, isso é incumbência do órgão  
1654 ambiental, a proteção. A saúde está aqui para se manifestar e dizer, assim. Do  
1655 ponto de vista técnico, que isso significa. Mas as decisões, infelizmente, a gente  
1656 ver que não há paridade, uma grande maioria são os órgãos ambientais. E são  
1657 vocês, senhores, legisladores ambientais, os executores ambientais, que, que são  
1658 legitimados para tomar essa decisão. E vocês precisam incluir a saúde nessa  
1659 questão. Nós estamos falando de uma questão muito séria de saúde. Para vocês  
1660 terem ideia, crianças hoje, a primeira causa de mortalidade de criança no Mundo é  
1661 a pneumonia, e o primeiro fator de risco é a poluição do ar tóxico. Não é  
1662 brincadeira. Isso já está em pauta, em bibliografia, em evidências científicas há  
1663 mais de 15 (quinze) anos. Não há mais como protelar. Essa solicitação do  
1664 PROCONVE, do PROAM, desculpa, já veio em 2010. Vocês querem protelar  
1665 mais, mais cinco anos para ter um relatório. Eu acho que tem que haver o padrão,  
1666 tem que haver o limite para nortear a gestão da melhor forma possível. Vocês não  
1667 podem dissociar a questão do meio ambiente, do ser humano e da saúde. Não  
1668 podem dissociar. E é esse o motivo pelo qual nós estamos aqui, não existe outro.  
1669 Não existe outro motivo. Não é a biodiversidade e não é apenas o ar. Não há outro  
1670 motivo. É o ser humano, é a salvaguarda da nossa população. Eu gostaria que o  
1671 Ministério da Saúde se manifestasse o quanto tem isso custado a saúde. Os  
1672 custos de saúde em relação a isso, vocês têm que levar em conta os custos de  
1673 saúde, para poder implementar e investir nas questões de monitoramento do ar.  
1674 Sem vocês tomarem essa decisão e colocarem esses limites, não vai haver  
1675 nenhuma. Todas as leis que eu conheço não são cumpridos. A 436 não é  
1676 cumprida, a mudança climática não está sendo cumprida, para redução de  
1677 emissão de poluentes, a inspeção veicular do Estado. Nenhum Estado  
1678 implementou, com exceção do Rio de Janeiro. Há 20 (vinte) anos existe essa lei.  
1679 Então, o que que. O que a gente vai esperar mais? Eu termino a fala aqui.

1680

1681

1682 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Só,  
1683 só um minutinho. O Bocuhy pediu para complementar. Como ele apresenta a  
1684 proposta junto. Tá. Eu te passo a palavra em seguida. Na sequência, o Rio de  
1685 Janeiro e São Paulo. Bocuhy. Desliga o microfone da Evangelina, por gentileza.  
1686 Ministério da Saúde também tinha me pedido a palavra aqui.

1687

1688

1689 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Então  
1690 eu entendo que agora é o momento da nossa apresentação. É isso que a senhora  
1691 fez, como dinâmica.

1692

1693

1694 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1695 Claro.

1696

1697

1698 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – E eu  
1699 gostaria de fazer uma pequena fala e passar para o nosso assistente técnico, que  
1700 é uma pessoa especializada na factibilidade das medidas que devem ser tomadas.  
1701 A, a primeira questão que eu gostaria de colocar é sobre a motivação da proposta,  
1702 o pedido nosso com relação a proposta que, de atualização dos Padrões de  
1703 Qualidade do Ar. Nós entendemos que isso era uma necessidade e fizemos uma  
1704 pressão para que Ministério do Meio Ambiente assumisse essa, essa proposta e  
1705 não o PROAM. Isso foi discutido bastante à época. É. É. Entendemos que houve  
1706 uma dificuldade muito grande no processo, devido a dois fatores que a resistência  
1707 de dois setores. A resistência dos Estados, dos órgãos ambientais, pela, talvez,  
1708 pela preocupação de não atingimento dos padrões e isso pudesse levar a uma  
1709 responsabilização e trazer alguns efeitos desagradáveis. E por outro lado, é, havia  
1710 também, há uma preocupação muito grande com a questão do licenciamento,  
1711 como que fica a área saturada. Então, há uma preocupação do setor industrial, da  
1712 economia com relação a isso. Mas, é, nós achamos que isso é possível de  
1713 contornar. Nós achamos que... Primeiro, que a questão da saúde pública, ela  
1714 prevalece sobre qualquer outra questão. E a gente deve se adequar a um modo  
1715 civilizatório adequado e é, salvaguarda da saúde da população. A fala da Dra.  
1716 Evangelina cobre, absolutamente, essa, essa necessidade de uma ação mais  
1717 imediata. A segunda questão que eu gostaria de colocar, é que na medida em que  
1718 você vai procrastinando a medida, o prazo, você vai acumulando um passivo. E aí,  
1719 nós temos uma coisa, os ingleses chamam de janela para o futuro. Você tem um  
1720 prazo para tomar a decisão para depois fazer a política pública para atingir o  
1721 padrão lá no final. E quando mais a gente, no nosso processo de antropoceno, de  
1722 atividades humanas cada vez meses intensas, cada vez mais a gente é, entra  
1723 num, numa possibilidade de não conseguir adequar o nosso modelo civilizatório  
1724 ao modelo adequado, na medida em que você demora para tomar decisão. Não  
1725 coloca o prazo, não coloca a meta e etc. É. Nesse sentido vai se acumulando o  
1726 passivo ambiental que, inclusive é representado por vidas humanas. Então, Dra.  
1727 Zilda, eu gostaria de é, pedir a palavra para o nosso assistente técnico porque nós  
1728 não temos só pedido prazo e meta. Nós temos trabalhado, no sentido de apontar  
1729 quais as medidas emergenciais, dentro do PROCONVE, de outras áreas também,  
1730 poderiam ser tomadas para que a gente venha a ter uma melhoria da qualidade do  
1731 ar. Para demonstrar que nós não estamos aqui apenas advogando prazos, porque  
1732 nós entendemos da nossa. Que nós estamos motivação e temos justificativas para  
1733 isso.

1734

1735

1736 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Peço  
1737 que todos usem o microfone, por gentileza. A reunião é gravada. Sempre se  
1738 identifiquem com nome e a quem representa. O microfone está desligado.

1739

1740

1741 **O SR. OLÍMPIO DE MELO ÁLVARES JR (PROAM)** – Bom dia a todos. É. Meu  
1742 nome é Olimpio Álvares. Eu sou engenheiro mecânico e tenho a carreira  
1743 profissional é desenvolvida na área de regulamentação de controle de emissões

1744 de veículos. Então, nós participamos de todo a, o gerenciamento do PROCONVE,  
1745 desde 1988, da inspeção veicular, dos programas de, dos demais programas de  
1746 controle de poluição, fiscalização na rua, é, e dos programas de medidas não  
1747 tecnológicas de transporte sustentável. Né. É. Então, existe. Eu vou só fazer o  
1748 comentário sobre a apresentação da Dra. Vanda, cumprimentando pela brilhante  
1749 apresentação e pela exposição dos verdadeiros motivos pelos quais nós estamos  
1750 aqui é, tentando fazer uma inflexão das tendências que existem hoje de  
1751 contaminação da atmosfera nas grandes cidades brasileiras. Né. Hoje, nós  
1752 estamos diante do momento que a gente tem que reconhecer que se a gente não  
1753 reconhecer que é a febre se dá aos 36,5 °C ou aos 37, a gente não vai  
1754 desenvolver as medidas terapêuticas para o combate à doença. E isso pode  
1755 agravar a doença. É o que falou. Acabou do falar o Bocuhy. Então, a gente  
1756 trabalhou dentro da CETESB a vida inteira nessa questão das medidas  
1757 terapêuticas para controle de poluição. Um deles, por exemplo, é o PROCONVE  
1758 que, que teve bastante sucesso. Foi implementado até hoje. Mas tem, é  
1759 vulnerabilidades muito é, é, significativas que não foram combatidas, por falta de  
1760 uma motivação maior, de uma pressão política maior em cima dos responsáveis  
1761 pela produção veicular. Uma delas, por exemplo, é a durabilidade dos  
1762 catalisadores automotivos, né. Nos Estados Unidos, nos países desenvolvidos, a  
1763 durabilidade de um catalisador é de 80, 160.000 km (cento e sessenta mil  
1764 quilômetros), por exemplo, de um automóvel. O catalisador é responsável  
1765 simplesmente por, pela redução de 99% (noventa e nove inteiros) dos poluentes  
1766 emitidos na saída do motor. Então, ele faz todo o trabalho. Não é? Se o carro tiver  
1767 bem regulado, a injeção eletrônica funcionando, o catalisador, ele vai dar conta do  
1768 recado. Não é. E vai reduzir em 99% (noventa e nove inteiros). Agora, ele precisa,  
1769 na rua, estar funcionando, adequadamente. Porque senão você coloca tudo um  
1770 desenvolvimento tecnológico a perder. E, e essa questão da emissão real na rua.  
1771 São dois fatores, um é a durabilidade de operacionalidade do catalisador, que é  
1772 insuficiente no Brasil, até hoje. O PROCONVE começou, efetivamente, em 1989.  
1773 Hoje nós estamos em 2017. Não é. E até hoje essa deficiência.

1774

1775

1776 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
1777 vou pedir, por gentileza, que a gente se restrinja ao tema da 03. Nós não estamos  
1778 tratando aqui da revisão do PROCONVE. Por favor.

1779

1780

1781 **O SR. OLÍMPIO DE MELO ÁLVARES JR (PROAM) –** Eu estou querendo falar  
1782 sobre a factibilidade do atendimento dos Padrões de Qualidade do Ar nos  
1783 próximos 13 (treze) anos. A senhora consegue entender isso?

1784

1785

1786 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
1787 consigo, mas eu também posso lhe caçar a palavra, se o senhor continuar com  
1788 grosseria. Posso fazer isso.

1789



1790

1791

**O SR. OLÍMPIO DE MELO ÁLVARES JR (PROAM)** – Não. Eu, eu estou sendo interrompido o meu raciocínio.

1792

1793

1794

1795

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O senhor tem a palavra caçada, peço que desligue o microfone. Eu vou passar para outra pessoa falar no seu lugar.

1796

1797

1798

1799

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1800

1801

1802

1803

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Vamos tentar, vamos tentar todo mundo dar uma respirada. Só o geral. Então, não. Eu vou fazer uma parte de mediação, Zilda. É. Eu entendi o que ele estava explicando, que era a partir de uma questão que não está colocada nessa reunião, chegar no ponto de vista dele. Eu só vou pedir para ser um pouco, só, só encaminhando para uma conclusão. Então, ao mesmo tempo em que eu faço esse pedido para quem estava expondo, também faço o pedido para Zilda que está presidindo a mesa, para gente ir mantendo um pouquinho mais no tom. Só um pedido. Porque senão a gente não avança. Obrigado.

1804

1805

1806

1807

1808

1809

1810

1811

1812

1813

1814

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Nós não estamos fazendo aqui nenhuma avaliação de conhecimento ou de saber. Não preciso do seus, dos seus comentários irônicos. Eu posso passar de novo a palavra ao PROAM. E peço que o seu representante seja bastante objetivo e encaminhe por, para um, para ou uma questão técnica específica da Resolução 03, Dr. Bocuhy. Por gentileza.

1815

1816

1817

1818

1819

1820

1821

1822

**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – Eu estou passando então a palavra para o engenheiro Olimpio com a recomendação de que ele seja sucinto sobre os pontos específicos necessários para a gente.

1823

1824

1825

1826

1827

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – E não se dirija de maneira.

1828

1829

1830

1831

**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – Eu vou pedir, por favor, para senhora não interrompê-lo para que ele não se sinta constrangido também.

1832

1833

1834

1835

1836 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ah,  
1837 para ele não se sentir constrangido? Mas ele pode ser grosseiro com a  
1838 presidente?

1839

1840

1841 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – Acho  
1842 que a senhora se sentiu mal e ele também.

1843

1844

1845 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ele  
1846 pode ser grosseiro com a presidente?

1847

1848

1849 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** –  
1850 Vamos evitar esse mal-estar. Eu acho que não leva a nada, Dra. Zilda.

1851

1852

1853 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1854 também trabalho há 20 (vinte) anos com qualidade ambiental, conheço um pouco  
1855 desse assunto, apesar de ser especialista em outra área. Coordenei a área de  
1856 qualidade ambiental durante muito tempo no Ibama. Quando o assunto  
1857 PROCONVE e qualidade do ar, estava a veto a isso.

1858

1859

1860 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – Eu  
1861 tenho certeza que ele. Eu tenho certeza de que ele não quis ofende-la, Dra. Zilda.

1862

1863

1864 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É.  
1865 Mas ele foi grosseiro. Não gostaria que ele se dirigisse a nenhum membro dessa  
1866 Câmara Técnica dessa forma.

1867

1868

1869 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** –  
1870 Podemos continuar, por favor.

1871

1872

1873 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1874 Podemos. Por favor, com objetividade.

1875

1876

1877 **O SR. OLÍMPIO DE MELO ÁLVARES JR (PROAM)** – Então, muito  
1878 sinteticamente. Conforme licitação da presidente da mesa. Eu vou colocar, é, o  
1879 seguinte, que nós, o PROAM não está colocando só uma proposta para chegar  
1880 num Padrão de Qualidade do Ar mais próximo do Padrão de Qualidade que vai  
1881 defen... Vai proteger a saúde pública. Ele está propondo também como chegar lá,

1882 né, como fazer o atingimento dos padrões, mediante a implantação medida, de  
1883 medidas que não têm sido implementadas. E que já deveriam ter sido  
1884 implementadas há muito tempo, mas não foram porque não houve suficiente,  
1885 suficiente alavanca política para implementação dessas medidas. Então, só para  
1886 citar algumas. Seria a durabilidade dos catalisadores das, dos automóveis, a  
1887 distorção absurda dos, da, da durabilidade dos catalisadores das motocicletas. Os  
1888 padrões de aprovação e reprovação na inspeção veicular das motocicletas, que  
1889 são cinco, não é 5% (cinco inteiros), é cinco vezes maior do que os padrões  
1890 praticados na Europa. É. Os procedimentos da inspeção veicular que são  
1891 absolutamente desatualizados, em relação ao praticados internacionalmente. É. A  
1892 tecnologia Euro 6, que, de veículos pesados, que é o P8, a fase P8 do  
1893 PROCONVE. Que antes era paravir em 2017, foi a, adiada para2018. Ai  
1894 começaram a falar em 2020. E agora, a gente já ouve falar em 2025 para é, casar  
1895 as modificações de projeto veicular com as metas do Rota 2030. Que são  
1896 absolutamente controladas pelo MDIC, que é controlado pela indústria  
1897 automobilística. Que é, não que seja controlado, mas que tem uma influência  
1898 muito forte dos representantes da indústria automobilística. Né. Então, é, a  
1899 inspeção veicular 20 (vinte) anos como lei de implantação obrigatória, ninguém  
1900 implanta. Né. Só para citar alguns. Tem mais. Né. O ORVR, que é a captação de  
1901 vapores de combustível no posto de gasolina, que tem desde 1996 nos carros  
1902 americanos e, aqui, no Brasil, o pessoal quer discutir isso para ver se é, cabe a  
1903 implantação de um cano um pouquinho maior num veículo brasileiro. Então, são  
1904 discussões absolutamente surrealistas, né, em termos de é. É óbvio que essas  
1905 medidas são necessárias, né, e que elas estão sendo é procrastinada pela  
1906 resistência e pela capitulação dos órgãos ambientais, em relação aos fóruns de  
1907 regulamentação do PROCONVE que simplesmente não avançam. Agora, nós  
1908 temos uma sinalização mais positiva. Tivemos uma reunião 5 de outubro, aqui no  
1909 Ministério do Meio Ambiente, que foi muito positiva. Tivemos outra reunião,  
1910 segunda-feira, na CETESB que também foi muito positiva, para ver se a gente  
1911 adequa tudo isso. Então, era só isso que eu tinha a falar. Né. Então, o meu  
1912 raciocínio aqui não era tomar o tempo de vocês, mas explicar que tem jeito, né,  
1913 para gente chegar lá. E se não adequar os padrões, tem jeito da gente não chegar  
1914 lá.

1915  
1916

1917 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É.** Eu  
1918 tenho dois inscritos. Mas antes eu queria fazer um comentário. E queria. O  
1919 Ministério da Saúde me pediu a palavra, eu vou passar antes de passar para  
1920 vocês dois, a palavra para o Ministério da Saúde. A Resolução 03 de 90, é. Para o  
1921 primeiro comentário que foi feito tanto pela Dra. Evangelina como Dr. Bocuhy. Os  
1922 valores-guia OMS não são legalmente vinculantes para o Brasil, como qualquer  
1923 instrumento internacional, ele só é legalmente vinculante na hora que se assina  
1924 um tratado ou que se incorpora esses valores-guias à legislação nacional em  
1925 algum instrumento. Então, assim, é, falar se o tempo todo que isso extra... Que  
1926 isso é, não atingiu a lei, é, ultrapassa os valores. Esses valores-guias, eles só vão  
1927 passar a res... A valer para o Brasil quando eles forem incorporados pela

1928 legislação nacional. Já que no caso dos valores-guias OMS, eles não são objeto  
1929 de um acordo, um protocolo ou um tratado internacional. Então, eles não são. Eu  
1930 gostaria que isso ficasse bem claro para gente não achar que está todo mundo  
1931 infligindo uma legislação que o Brasil assina. Diferentemente da Convenção de  
1932 Minamata, Basileia. Quem não atende está indo contra o texto da convenção. A  
1933 partir da medida em que esses valores fizerem parte desta Resolução, ou de  
1934 outras Resoluções, ou de uma lei, aí sim, eles vão poder ser avaliados se são é,  
1935 não sento atendidos ou sendo atendidos. Eu acho que é um valor importante. Nós  
1936 defendemos. Aí visto o chapéu do Ministério do Meio Ambiente. Nós defendemos  
1937 que esses valores fossem incorporados ao texto da revisão, para que eles  
1938 pudessem passar a ser um valor reconhecido nacionalmente. E isso me pareceu  
1939 que foi um consenso no Grupo de Trabalho. E isso é. Só para fazer esse  
1940 esclarecimento. Porque eu acho que o estudo feito pela Dra. Evangelina é um  
1941 estudo extremamente positivo. Eu tive a oportunidade de lê-lo, não talvez com a  
1942 afinco que merecesse, mas tive a oportunidade de lê-lo e, e vi que é um estudo  
1943 profundo e tudo. Mas eu gostaria de deixar isso muito claro. E pediria que a, o  
1944 Ministério. Thaís, por gentileza, o Daniel está de férias, mas é, tome ali o assento  
1945 ali no lugar do Ministério da Saúde, momentaneamente, e faça o esclarecimento  
1946 que você me solicitou que fizesse. Brigado.

1947

1948

1949 **A SR<sup>a</sup>. THAIS ARAUJO (Ministério da Saúde)** – Brigada, Zilda. É. Queria me  
1950 dirigir ao PROAM e ao Ministério Público, agradecendo pela profundidade de  
1951 dados e todos os estudos que foram desenvolvidos desde antes da primeira  
1952 constituição desse GT. É. A contribuição da, do Ministério Público e da sociedade  
1953 civil, para todas as agendas de Governo é indiscutível e a gente trabalha muito é,  
1954 ouvindo atentamente às necessidades da população em que se enxerga. Então,  
1955 eu agradeço pela.

1956

1957

1958 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1959 Thaís, faz a identificação completa.

1960

1961

1962 **A SR<sup>a</sup>. THAIS ARAUJO (Ministério da Saúde)** – Thaís Araújo. Eu sou do  
1963 Ministério da Saúde. Bom, e, eu só queria contextualizar um pouco é, porque, de  
1964 fato, nós estamos no CONAMA, é uma instância regulamentadora de questões  
1965 ambientais. Mas é, qualquer olhar abrangente sobre as Resoluções do CONAMA  
1966 e sobre as agendas do CONAMA, dá conta claramente de que muito dos objetivos  
1967 das resoluções aqui são a saúde humana. Isso é nítido. Lógico, que a gente visa  
1968 aqui a proteção do meio ambiente, mas a saúde humana está sempre por trás de  
1969 várias das Resoluções que o CONAMA emite e delibera. E essa é uma clássica  
1970 delas. Desde o início dessas discussões, há sete anos atrás, como bem lembrou o  
1971 nosso colega, é. A principal motivação dessa Resolução sempre foi a saúde  
1972 humana, nunca deixará de ser. Não é à toa que a gente está mirando os valores  
1973 que a OMS nos, nos mostra, como, como norteadores do nosso processo. E

1974 exatamente porque estamos há sete anos discutindo essa mesma temática,  
1975 estamos atrasados a cada ano que passa um pouco mais, em relação a uma  
1976 norma clara do Governo brasileiro e da sociedade brasileira, sobre como nós  
1977 vamos agir em direção à proteção e a melhora desses valores. Isso é o que nos  
1978 preocupa, do ponto de vista do Ministério da Saúde. Já é segunda vez que nós  
1979 constituímos um GT para discutir essa questão. A, a instância regulamentadora  
1980 desse tema no Brasil é o CONAMA. E o CONAMA é um Conselho constituído de  
1981 todos os atores envolvidos no processo. Então, não há que se pensar numa  
1982 regulação que só veja um dos lados, isso é nítido. Gostaríamos, com certeza, de,  
1983 de conhecer um pouco mais da, do que, do que, enfim, do que, do que se chama  
1984 de inexequível, do ponto de vista dos OEMAs. A gente sabe que isso foi tema de  
1985 diversas discussões. Mas fica claro na apresentação de vocês, que vocês têm  
1986 uma, têm uma clareza de quais são as capacidades de vocês e quais não são.  
1987 Então, o que nos preocupa aqui é, nós estamos na reunião da CT, diante a  
1988 possibilidade de deliberar sobre esse assunto, com todos os pontos vista  
1989 colocados à mesa. Claramente, nós temos a opção de avançar ou não. E, é, no  
1990 nosso ponto de vista de órgão de Governo também, se a gente avança na  
1991 proposta, por exemplo, sugerindo, né, defendendo a proposta que constituímos  
1992 aqui no Governo Federal para sair na frente com alguma Resolução mais  
1993 avançada do que a que temos hoje, ela é uma sinalização para os órgãos de  
1994 Governo, para indústria, para que se faça algo, diferente do que temos hoje.  
1995 Porque sair de cara com padrão inter... Com Padrão Inicial que é diferente do que  
1996 é hoje, já foi nos movimentar, necessariamente. E, e deixar claro no texto da  
1997 nossa Resolução, que nós estamos mirando os valores da OMS e nos  
1998 comprometemos com tais, tais, tais instrumentos de gestão para chegar lá, isso  
1999 vai mexer com as nossas estruturas e é isso que nós desejamos, é isso que todos  
2000 nós desejamos aqui. Então, é, eu não posso deixar de citar, né. Não só OMS, com  
2001 esse papel de órgão internacional que define padrões, ideias para que a gente  
2002 possa, de fato, proteger a saúde humana, mas a gente tem. O Brasil é signatário  
2003 do, dos objetivos de desenvolvimento sustentável. 2030 é a nossa meta para  
2004 várias questões, que são de extremamente dificuldade de implementação e  
2005 cumprimento. Essa é uma delas. Que, redução da mortalidade relacionada a  
2006 poluição atmosférica, é uma delas, muito claramente. E nós vamos ter que criar ou  
2007 melhorar os mecanismos de chegar lá. E aí, nós estamos falando de um prazo de  
2008 2030. Então, essa, essa é a nossa motivação. Alinhar os compromissos que o  
2009 Governo brasileiro já, já se comprometeu, já assinou e já, já tem que criar  
2010 estruturas para isso, com essa norma. Para que eles conversem e para isso seja  
2011 factível. Então, é uma tentativa de equilibrar todas as visões e que a gente, de  
2012 fato, avance e não postergue essa discussão, por mais indefinidos anos. Como  
2013 isso pode ser feito nos próximos, nas próximas reuniões dessa CT e outras  
2014 possibilidades de constituição do GT. Bom, é isso. Passo a palavra então para  
2015 Zilda. Brigado.  
2016  
2017

2018 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2019 Brigado, Thais. Brigado, Ministério da Saúde. André. E Rocca. Não. Pera aí. O  
2020 André primeiro. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Eu já te passo. Pera aí.  
2021  
2022  
2023 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB) –** É que eu pedi  
2024 primeiro porque eu queria rebater algumas questões, já que o Estado de São  
2025 Paulo foi citado.  
2026 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2027 Rocca, pela minha, pelo meu olhar, o André pediu a palavra antes de você.  
2028  
2029  
2030 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB) –** Mas é que estou só  
2031 isso. Antes.  
2032  
2033  
2034 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não.  
2035 Eu vou, eu lhe passo a palavra assim que eu passar para o André.  
2036  
2037  
2038 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** É rápido, Alfredo. Dois  
2039 pontos muito rápidos. O primeiro, é só um esclarecimento, Dra. Evangelina,  
2040 quando (*Falha no áudio*). Não é possível reduzir. Só pra, que fique claro que nós  
2041 dissemos é, nós acreditamos que para reduzir, a gente precisa trabalhar com, de  
2042 forma consistente e sustentável. Tá. Mas o objetivo é redução, é a melhoria da  
2043 qualidade do ar. Só para ficar claro, caso não tenhamos nos expressado de forma  
2044 clara. E o segundo ponto, em relação a fala do Ministério da Saúde. Eu queria  
2045 fazer duas perguntas. Primeiro, se a posição do Ministério da Saúde é a posição  
2046 oficial do Governo Federal e dos outros Ministérios. E segundo, se quando foi  
2047 firmado esse compromisso, com o prazo de 2030, se os Estados e os municípios  
2048 foram ouvidos?  
2049  
2050  
2051 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Rocca, ela  
2052 pode responder antes? Você faz a tua colocação depois. O.K.  
2053  
2054  
2055 **A SRª. THAIS ARAUJO (Ministério da Saúde) –** Só. Thais, Ministério da Saúde.  
2056 Só um esclarecimento. Você se refere a, aos objetivos desenvolvimento  
2057 sustentável?  
2058  
2059  
2060 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** O prazo firmado para  
2061 2030, eu entendi na sua fala, que os Padrões de Qualidade do Ar, nos padrões  
2062 estabelecidos pela OMS 2030, isso foi fruto de um compromisso do Governo  
2063 Federal.

2064

2065

2066 **A SRª. THAIS ARAUJO (Ministério da Saúde)** – Não. Não. São duas coisas  
2067 distintas. É. O objetivo, os objetivos do desenvolvimento sustentável são públicos,  
2068 os textos estão lá. E lá não há nenhum tipo de, de vinculação aos valores de  
2069 poluentes da OMS. Não. O que tem lá de objetivos para, do ponto de vista da  
2070 saúde humana, são a redução em tantos por centos, e estamos criando  
2071 indicadores para isso, de morbidade e mortalidade em relação, relacionadas a  
2072 poluição atmosférica. É, é isso a sua pergunta? Tá.

2073

2074

2075 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Sim. E a outra é, nós,  
2076 como ABEMA, trazemos sempre a opinião dos Estados, como todo, ainda que  
2077 haja divergências internas. Os representantes do Governo Federal, trazem a  
2078 posição unificada do Governo Federal, ou aqui está sendo apresentada a visão  
2079 exclusiva e única do Ministério da Saúde? Eu gostaria que esse esclarecimento  
2080 fosse feito, já que na Plenária há outros atores envolvidos e eu gostaria de saber  
2081 até que ponto os outros Ministérios estão participando dessa discussão também.

2082

2083

2084 **A SRª. THAIS ARAUJO (Ministério da Saúde)** – O.K. Bom, falando do ponto de  
2085 vista do Ministério da Saúde, a constituição dessa proposta que está apresentada  
2086 aqui hoje, nessa CT, foi um, um, um conglomerado de propostas entre Ministério  
2087 da Saúde e Ministério do Meio Ambiente e Ibama. Tá? São os órgãos do Governo  
2088 Federal, aqui representados. Então, sim, representa uma posição do Governo  
2089 Federal, dentro dessa CT.

2090

2091

2092 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Obrigado.

2093

2094

2095 **A SRª. THAIS ARAUJO (Ministério da Saúde)** – Nada.

2096

2097

2098 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Alguém está  
2099 pedindo a palavra? O Rocca está inscrito. O Rocca está inscrito e depois tem uma  
2100 pessoa pedindo a palavra ali. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Pode  
2101 falar no microfone só porque, é a parte em relação a isso.

2102

2103

2104 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Sabe o quê que  
2105 acontece? A fala é importante porque nós somos citados. Se eu não tiver a  
2106 palavra, vai começar a perder o sentido. Então, eu gostaria de reivindicar, que eu  
2107 estou na sequência da inscrição. Queria falar antes. Por gentileza.

2108

2109

2110 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Palavra é  
2111 tua, Rocca.

2112

2113

2114 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Muito obrigado.  
2115 Bom, o que acontece é o seguinte, como sempre o Estado de São Paulo foi  
2116 citado, por quê? Porque a gente tem toda essa preocupação de ter todo esse  
2117 controle. Né. Então, por isso nós estamos sempre buscando medir, monitorar,  
2118 buscar esforços para medir para monitorar, para ampliar, pra, para poder cumprir  
2119 um papel que poucos dos Estados brasileiros cumpre. E. A gente acaba gerando  
2120 esses dados, que realmente são, em geral, usados de uma maneira ou de outra  
2121 para colocar algumas situações. O que eu queria colocar é, que antes de qualquer  
2122 outra entidade usar nossos dados, nós próprios usamos os nossos dados. Então,  
2123 isso que gerou a nossa postura de se adiantar, independentemente, de qualquer  
2124 outra iniciativa, para nós promovermos a revisão dos nossos Padrões de  
2125 Qualidade do Ar. Isso gerou em lei estadual, gerou Decreto estadual. Então, nós  
2126 estamos de olho nessas questões. O que eu queria chamar atenção é que no  
2127 Estado de São Paulo, quando a gente viu a necessidade de rever tudo isso, foi  
2128 feito um amplo debate. Desse debate, participou órgãos da saúde, atores chave,  
2129 que à época acabaram concordando com o que está sendo feito lá. Ou seja, nós  
2130 não estamos fazendo lá algo que seja dissociado do que tudo que se pretende.  
2131 Encarar os padrões, os valores da OMS, como um objetivo a cumprir. Né. Então, a  
2132 gente concorda com isso. Melhorando a, progressivamente, não só o Padrão de  
2133 Qualidade do Ar, que está escrito no papel, porque é esse lindo e fácil de fazer. É  
2134 só vir aqui e falar bem, convencer os outros parceiros, votar, pôr no papel. Isso  
2135 levou àquele Padrão de Qualidade que nós estamos questionando e até hoje, em  
2136 muitos Estados, a maioria do Estados, ele não, ele não é nem aquele atendido.  
2137 Então, por que eu estou fazendo essa minha fala, gente? Porque que queria para  
2138 vocês, que o que nós estamos trazendo aqui, como proposta do Estado de São  
2139 Paulo, é um amadurecimento que já foi debatido amplamente no Estado com a  
2140 participante de todas às entidades, inclusive entidades da saúde. E o que a gente  
2141 quer colocar é que, assim, não basta fazer um super padrão restritivo numa lei,  
2142 estabelecer um prazo rigoroso. Daí vai ficar só no papel, na prática nada vai ser  
2143 feito. Então, é nessa linha que eu coloco, que saiu a nossa proposta que vai ser  
2144 discutida aqui, dos órgãos ambientais, né. Fazer alguma coisa evoluindo isso, mas  
2145 de uma maneira que seja factível. Mas, me desculpe, agora, eu posso ser  
2146 presunçoso, mas se uma coisa a gente não conseguiu no Estado de São Paulo,  
2147 até agora, querer impor isto, né, o padrão mais rigoroso. No mundo inteiro não tem  
2148 essa história que o valor da OMS é o padrão final e acabou. Para o resto dos  
2149 Estados e achar que tudo isso, é, vai ficar resolvido. Então, essa é minha posição.  
2150 Agora, além disso, eu queria passar rapidamente a palavra para o Cláudio Alonso,  
2151 nosso especialista em qualidade do ar. Participou de tudo isso, só para  
2152 complementar algumas questões ligadas às interpretações que foram feitas e  
2153 passadas aqui.

2154

2155



2156 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Claudio Alonso. 44 (quarenta e  
2157 quatro) anos de CETESB. Mais de dez anos de CONAMA.

2158

2159

2160 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Já  
2161 presidiu essa Câmara Técnica.

2162

2163

2164 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Já presidi Câmara Técnica,  
2165 grupo. Mas tudo bem. Aí, eu gostaria de falar algumas coisas muito importantes.  
2166 Primeira coisa, é o seguinte, o relatório, que vocês apresentaram, ele além de. A  
2167 gente não gosta muito porque ele seguiu o leiaute do Relatório da CETESB. Ao  
2168 leitor desavisado, pode confundir. Ele, ele é, ele é, ele é visto sob uma ótica, a  
2169 gente discorda. A população só é informada que a qualidade do ar é boa quando  
2170 o, o limite imposto, que é o mais rígido imposto pela Organização Mundial de  
2171 Saúde é respeitado. Isso está no Decreto, isso está em todo lugar. Portanto,  
2172 vamos falar com cuidado. Qualidade do ar que a população recebe como  
2173 informação, só é boa quando está dentro dos limites é, é, impostos, é, pela  
2174 Organização Mundial da Saúde. Quem achar o contrário, que mostre o dado. Isso  
2175 é muito irritante porque a gente tem um trabalho, um esforço inaudito de mostrar a  
2176 cada hora, a cada hora para população, o ar que ela respira. Quem quiser saber  
2177 agora é só entrar no computador que sabe. Então, sabe. É um esforço que não é  
2178 pequeno, que custa caro ao Estado, que é um grupo de, de técnicos altamente  
2179 especializados, de Doutor para cima. Está certo. Que está fazendo lá um trabalho  
2180 refinado, para depois de repente falar: “ah, não. Não é verdade”. A qualidade. Mas  
2181 fala que a qualidade não está sendo respeitada. A qualidade, a informação está  
2182 sendo feita de forma correta. Só é boa a qualidade do ar que o São Paulo informa,  
2183 se ela tiver dentro dos padrões mais rígidos da Organização Mundial da Saúde, o  
2184 resto é balela. E olha, eu não ia falar esse. Eu vou citar um monte de dado, no  
2185 decorrer do debate. É só a boa se tiver dentro. Mostra o dado, se não for verdade.  
2186 Eu só quero mostrar uma coisa, eu vou. Eu tenho um monte. Aquilo lá eu li inteiro,  
2187 sabe. Não sei se todos leram, inclusive a área de saúde. Mas vamos lá. Pra, para  
2188 baixo baixar um pouco a bola, eu quero ler o, a introdução do texto da  
2189 Organização Mundial da Saúde. Eu só vou ler um pedacinho. Se alguém quiser  
2190 inteiro, eu mostro. EU traduzi porque é inglês é mais, não é a nossa língua oficial.  
2191 Os padrões nacionais. Isso é texto da Organização Mundial da Saúde. Os padrões  
2192 nacionais, de acordo com a abordagem adotada, para bala... Deve ser adotado,  
2193 para balancear os riscos à saúde, a viabilidade técnica, as considerações  
2194 econômicas, entre outras coisas. Do nível de desenvolvimento e da capacidade  
2195 nacional de gerenciar a qualidade do ar. Ou seja, não é nhém, nhém, não. A  
2196 Organização Mundial da Saúde é muito consciente do que está fazendo. Ela não  
2197 obrigado, ela sugere. O pior vem agora. As diretrizes recomendadas pela OMS,  
2198 levam em conta esta heterogeneidade, e em particular reconhecem que ao  
2199 formularem políticas de qualidade do ar, os governos devem considerar,  
2200 cuidadosamente, suas circunstâncias locais antes de adotarem os valores que. Eu  
2201 estou cego. Que diretamente. Adotarem diretamente os valores como Padrões de

2202 Qualidade do Ar. Ou seja, a própria Organização Mundial da Saúde fala assim, vá,  
2203 mas vá com cuidado. São Paulo e os Estados estão propondo alguma coisa e nós  
2204 no decorrer do debate, nós vamos esmiuçar e vamos dar dado e vamos citar a  
2205 Organização Mundial da Saúde o tempo inteiro. Porque nós estamos indo com  
2206 muito cuidado. Não adianta querer fazer história em quadrinho. Esse País precisa  
2207 ser um pouco mais sério. Lei que pega e lei que não pega, é de país que não é  
2208 sério. Está certo? Eu vou citar alguns dados depois que vocês vão, vocês vão se...  
2209 A nossa lei é mais rígida que a própria OMS. Termina aqui.

2210

2211 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Só  
2212 um minutinho que eu tenho inscrições aqui. Minas Gerais, tinha pedido? Não.  
2213 Minas e Energia, perdão. O Bocuhy. Evangelina. Mais alguém? Renato, Ministério  
2214 de Minas e Energia.

2215

2216

2217 **O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO – SUPLENTE (MME) –** Só um  
2218 esclarecimento. Não sei se o microfone está ligado.

2219

2220

2221 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Se  
2222 identifica, tá?

2223

2224

2225 **O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO – SUPLENTE (MME) –** Perfeito.  
2226 Renato Sampaio, Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Petróleo e Gás e  
2227 Biocombustíveis. É. A pergunta do André é oportuna, nós acompanhamos a  
2228 discussão, André. E temos também preocupação quanto a exequibilidade da, dos  
2229 padrões, do atendimento aos padrões. Queria lembrar de alguns esportes que  
2230 foram feitos, assim. Porque a impressão é que nada evoluiu em relação a  
2231 combustíveis no Brasil. Lembro dos programas de melhoria da qualidade de  
2232 combustíveis, né, nas refinarias. Programa de qualidade, tanto em relação a  
2233 diesel, a gasolina. Participei também do Grupo de Trabalho, em relação ao  
2234 aumento da adição, por exemplo, do biodiesel, em relação ao diesel, né. Participei  
2235 daquele Grupo de Trabalho, especificamente, cinco para 7% (sete inteiros). É.  
2236 Pessoalmente, até tem algumas considerações a fazer, eu acho que essa lógica  
2237 não é tão trivial assim. Algumas outras considerações, a gente teria que levar em  
2238 relação a substituição de combustíveis. Mas, assim, é, amanhã a gente tem um,  
2239 um evento no Ministério, no, um seminário, Combustível Brasil. Nós estamos  
2240 discutindo Padrões de Qualidade. Então, só queria lembrar o amb... O  
2241 PROCONVE que, que tem governança MMA e, mas o Ministério participa. Já  
2242 foram feitas vários avanços nesse ano. Então, nesse ano, ao longo desse período.  
2243 Então, só queria, realmente, destacar isso. Porque a gente está vendo copo, ele  
2244 pode está um pouco vazio, meio cheio, meio vazio. Tem as duas lógicas. Mas em  
2245 respondendo o obj... Objetivamente a pergunta do senhor, André, a gente está  
2246 acompanhando a discussão. Estamos também é, é, atentos a exequibilidade do,  
2247 do, dos padrões, a indústria. Entendemos, sim, que nas três propostas têm

2248 avanços, pelo o que a gente tava identificando. Então, é isso que a gente está  
2249 acompanhando aqui a discussão.

2250

2251

2252 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2253 Perdão. Bocuhy. Brigado, Renato.

2254

2255

2256 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Alô.  
2257 Bom, é, eu só gostaria de fazer um pequeno, uma pequena colocação, é, Rocca.  
2258 Só lembrando, talvez você não lembre, como aconteceu em São Paulo a revisão  
2259 dos padrões. Mas um dia de manhã, em 2007, o secretário de Estado era o  
2260 Francisco Graziano, e eu disse a ele: “secretário, nós temos que rever os Padrões  
2261 de Qualidade do Ar e tem que começar por São Paulo, que São Paulo é o Estado  
2262 que mais apresenta problema de poluição”. O secretário virou para mim e falou:  
2263 “Bocuhy, essa é uma excelente ideia. Eu vou determinar que a CETESB se  
2264 debruce sobre essa matéria”. Então, o que aconteceu em São Paulo foi por  
2265 provocação do PROAM e vocês fizeram um trabalho fantástico. E aqui, eu quero  
2266 dizer isso de público, Rocca, você e todos os membros da CETESB, o corpo  
2267 técnico é fantástico. A capacitação técnica que vocês é fantástica. Se vocês  
2268 tivessem a liberdade política de decidir os rumos do processo, nós teríamos um  
2269 avanço fantástico, em São Paulo seria uma Suíça, no Brasil. Nesse sentido. O  
2270 problema que todo trabalho que foi feito no CONSEMA, na hora dos prazos, isso  
2271 foi vetado pelo governador. Então, a questão política se sobrepôs a decisão  
2272 técnica. Isso, infelizmente, é uma coisa que vocês não têm responsabilidade.  
2273 Vocês fizeram o seu papel. Então, deixar claro aqui para, para todos que  
2274 participam que... Do nosso respeito pela CETESB, pela competência dos técnicos.  
2275 Mas que a gestão política, muitas vezes, do avanço econômico, da restrição, do  
2276 licenciamento ambiental, e das outras questões, acabam atrapalhando. E pior, não  
2277 são decisões políticas, nem inteligentes, porque poderiam achar meios,  
2278 mecanismo da gente avançar nas políticas ambientais. Nós visitamos o secretário  
2279 Salles, o ano passado, foi em dezembro, e propusemos a inspeção veicular diesel,  
2280 como uma, uma, uma preocupação emergente, em função do que precisa ser  
2281 atacado como uma política de qualidade do ar. Então, é, eu queria dizer isso. A  
2282 gente sente essa falta de protagonismo da CETESB, dessa liberdade de propor a  
2283 política pública, né. E, e pensamos que talvez o Conselho Estadual do Meio  
2284 Ambiente de São Paulo fosse um caminho para gente, de certa forma, para o  
2285 futuro conseguir sanear essa, essa, essa possibilidade. Porque você lança a  
2286 decisão política para o órgão é, de gestão participativa, instituído e talvez aí a  
2287 gente possa avançar. Então, queria colocar que fica o nosso respeito a vocês pelo  
2288 trabalho, mas fica o nosso descontentamento com relação ao pouco protagonismo  
2289 de Governo para atingimento de, pra, é, estabelecer políticas nesse sentido. E  
2290 gostaria de dizer uma coisa sobre os Padrões OMS, Dra. Zilda. Nós sabemos,  
2291 perfeitamente, o que a Organização Mundial da Saúde e as Nações Unidas fazem.  
2292 Eles não, eles partem do princípio da não interferência. Eles nunca vão chegar  
2293 para um país e dizer: “olha, você tem que dar prazo”. Porque eles adotam

2294 princípio da não intervenção, eles respeitam a soberania. Os Estados. Nós  
2295 trabalhamos com eles no Programa Metrópole Saudáveis. Isso para gente ficou  
2296 muito claro, na comissão. O que interessa para nós é o seguinte, os indicadores  
2297 da OMS, os estudos que se referem a saúde pública, apontam os limites seguros.  
2298 O prazo para nós está no que determina a Constituição Brasileira que a prioridade  
2299 não é ordem econômica, é salvaguardar a saúde da população. Isso precede na  
2300 nossa Constituição. Portanto, o que nós estamos advogando aqui é que se  
2301 cumpra o conhecimento científico aos olhos da Constituição Brasileira. É isso.  
2302 Esse o nosso pleito. Claro, dentro da factibilidade. Por isso, mesmo, pedimos ao  
2303 engenheiro Olimpio que ele fizesse uma explanação. E nós detalhamos isso,  
2304 mandamos para secretários, mandamos para o ministro, mandamos para o  
2305 PROCONVE, quais as medidas que seriam mais urgente nesse sentido. Né.

2306

2307

2308 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2309 **Brigado. Tem Evangelina e Wanderley ainda. Mais algum inscrito?**

2310

2311

2312 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2313 **(Apromac) –** Eu faço das palavras do Bocuhy as minhas também, nessa questão  
2314 da explicação. Eu acho que o órgão ambiental CETESB não deve absolutamente  
2315 se sentir, sentir que o estudo foi feito em cima dos dados da CETESB, que...  
2316 Absolutamente não sintam vocês como alvo. Na verdade, o estudo, ele parte do,  
2317 do, da, do relatório como poderia ter partido dos outros Estados. Mas nós temos  
2318 os dados mais facilmente de São Paulo, e a, a, CETESB é o exemplo como órgão  
2319 ambiental. Tanto que o nosso relatório inicia, se inicia o relatório escrito pelo  
2320 professor salva, Saldiva. Só elogios a CETESB. O, a qualidade do monitoramento,  
2321 que é o maior da América Latina, etc. Não se sintam, porque no alvo não é a  
2322 CETESB. O alvo é mostrar a situação é, do monitoramento real de qualidade do  
2323 ar. Eu sei que existem os índices de qualidade do ar, que eles são. Os índices,  
2324 eles são divulgados diariamente. Mas o relatório, ele traz também as questões  
2325 anuais e que não são seguidas da OMS. E eu até já falei isso para CETESB. Eu  
2326 acho vale a pena rever porque o relatório tem duas réguas. Mas, a população  
2327 recebe dizendo que o ar está bom, moderado ou ruim, mas não há a, a,  
2328 assertividade em relação a saúde como, por exemplo, o próprio órgão ambiental  
2329 americano adota, o próprio índice que foi adotado pela CETESB. É, e o, em  
2330 relação a OMS, o Bocuhy respondeu. E eu acho que não é um relatório como  
2331 esse que vai mostrar que o país não é sério. Não é isso. O país não é sério  
2332 quando ele não cumpre as leis, por exemplo. Nós temos inúmeras conquistas na  
2333 questão do controle de emissões, e as leis não são cumpridas. Aí sim, o país não  
2334 é sério. Aí, se. Legislar em causa própria, isso não é ser sério. O órgão ambiental  
2335 não ser independente porque, sim. A saúde estava presente na discussão do  
2336 CONSEMA, na questão do Decreto, mas o consenso no CONSEMA foi que  
2337 deveria haver o prazo. E aí, o governador não colocou o prazo, deixou sem prazo.  
2338 Para mostrar a dificuldade. Quer dizer, algo que foi decidido democraticamente, foi  
2339 modificado depois. E mostra que realmente o órgão ambiental, CETESB, tantos

2340 outros atores ali presentes que cumpriram o papel de discutir a questão no  
2341 CONSEMA, simplesmente foram absolutamente ignorados ou desconsiderados  
2342 todo o trabalho. Isso sim é um país que não é sério. Isso sim é um problema.  
2343 Entendeu? Então, nós estamos aqui definindo a mesma causa, a mesma questão.  
2344 Não estou aqui para apontar o dedo para ninguém. Mas eu estou relatando o que  
2345 de fato acontece. As leis que não são cumpridas, o problema de saúde qual é, o  
2346 fato do Decreto não ter o prazo que deveria ter tido. Nós estamos falando as  
2347 coisas que aconteceram. E não é questão de chamar atenção de um, de outro. Eu  
2348 acho que aqui nós devíamos unir pelo melhor que o Brasil possa realizar, de  
2349 uma... Com seriedade, como foi feito no CONSEMA. Se o Decreto hoje é o que é,  
2350 mas não foi aquilo que houve o consenso num, num Conselho de Meio Ambiente,  
2351 que foi exatamente isso que nós estamos fazendo aqui. Então, é essa questão. Eu  
2352 acho que nós temos inúmeras cidades que tivemos gestores, que foram muito  
2353 corajosos em tomar uma série de medidas para reduzir a emissão de poluentes.  
2354 Nós temos exemplos, inclusive na América do Sul. E óbvio que é possível fazer  
2355 isso, mas tem que ter coragem, tem que fazer. As pessoas têm que se unir, os  
2356 atores têm que se unir. E não resolver por causa própria. O mais fácil é vocês  
2357 pensarem do ponto de vista pessoal, de vocês. O que vocês querem? Um ar  
2358 limpo? O que vocês querem para os seus netos? Um ar limpo? O que vocês  
2359 querem para gerações futuras? É lógico que a gente quer isso. Não possível que  
2360 ninguém, que algum de vocês não queira isso. Não é possível. Lógico que do  
2361 ponto de vista técnico, em relação ao cargos e etc., vocês podem ter outros  
2362 pensamentos. Mas não é possível.

2363

2364

2365 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Posso só fazer uma  
2366 parte? Rapidinho.

2367

2368

2369 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2370 **Brigado.**

2371

2372

2373 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Só para concluir  
2374 rapidinho. Olha, nossos dados são gerados para serem usados. É bom que seja  
2375 usados, porque, afinal, são caros para ser gerados. Agora, eu acho que o que nós  
2376 papel aqui é fazer aquele contraponto entre a excelência e a realidade factível, e  
2377 tentar obter algo que, de qualquer maneira, seja bem melhor do que nós já temos  
2378 hoje. Porque o que temos hoje, todo mundo sabe que é ruim. Então, acho que  
2379 esse é o nosso papel aqui. Por isso que tem, acho que essa composição aqui não  
2380 é, na Câmara, diferentes fatores, setores, para fazer essa ponderação.

2381

2382

2383 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2384 **Wanderley.**

2385

2386

2387

**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Bom. Boa tarde a todos. Dra. Zilda, a gente vai, é, até que horas? Essa reunião agora na parte da manhã?

2389

2390

2391

2392

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Já está terminando. Tu é o último inscrito aqui, desse período.

2393

2394

2395

**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Tá. Não. Na verdade, né, Zilda, eu quero me ater o que a presidente propôs.

2396

2397

2398

2399

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não sei se você vai precisar de mais tempo.

2400

2401

2402

2403

**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Não. De formal alguma. Eu só muito breve, sucinto e objetivo. É. Na verdade, né, eu gosto, gostaria também de reforçar que muito das questões que, que a sociedade civil coloca, os Estados colocam, é, sobre a questão da qualidade do ar, ela extrapola e muito uma Resolução que trata apenas de um instrumento. Nisso, a gente já debateu no GT. Falta uma legislação mais, mais forte no Brasil, para tratar da questão porque ela envolve muitas outras áreas, além da área ambiental. Citou-se que a área da saúde, mas tem a área de transporte, e tem outras áreas é, importantes que têm comunicação com o tema. Como nós não temos esse instrumento, uma lei, uma política nacional de qualidade de ar, a gente fica tentando colocar aqui dentro todas as nossas preocupações. é. Quero ater, Zilda, naquilo que você pediu, que isto é, defender exatamente o que a gente colocou na proposta, né, que está no texto, sabendo que a gente pode compor essa proposta com algumas outras que estão aqui. Né. A primeira, que a proposto três da CNI, a gente, é, defende a questão da gradualidade. Tem a proposta também que defende a gradualidade. E a maneira, nós tentamos colocar aqui no texto é, a maneira como os diversos, as diversas variáveis devem ser ponderadas para se analisar a mudança de fase. Claro que né, me lembro bem o Jesuíno falou para mim, né Jesuíno? Você quis. Você quer que nunca mude de fase, né. Então, na verdade, é o que a OMS recomenda. Mas, é. Na maneira como eu escrevi é como o relatório da OMS coloca, né. Porque detalha tudo. Se leva em consideração impactos à qualidade do ar, impacto à saúde, impacto ao meio ambiente, medidas de prevenção e controle, resultados obtidos, estudos realizados, análise de viabilidade técnica econômica, benefícios obtidos esperados com a mudança. É o ideal que a gente pudesse fazer, em todo mundo. A OMS recomenda isso. Nós transcrevemos isso para o texto. Pode ser que no texto legal não cabe e aí, a gente tenha dificuldade de cumprir. Mas nós achamos que alguma, algum critério tem que ter. Então, nós estamos abertos a compor com os demais participantes da Câmara, isso é um ponto importante. Outro, que talvez seja mais sensível para

2404

2405

2406

2407

2408

2409

2410

2411

2412

2413

2414

2415

2416

2417

2418

2419

2420

2421

2422

2423

2424

2425

2426

2427

2428

2429

2430

2431

2432 nós, tem a ver com a questão do licenciamento ambiental. Não caberia aqui dentro  
2433 esse instrumento. Né. Eu acho que. Concordo que não, mas é o que mais nos  
2434 afeta. Porque a única fonte, de fato, controlada, hoje é fonte fixa. PROCONVE nós  
2435 sabemos, é, veículo novos A gente não muda isso, a não ser a longuíssimo prazo.  
2436 Porque a gente precisaria de um, de um programa nacional de renovação de frota.  
2437 Isso é uma questão importante, que a gente acha que é falta. Resolução  
2438 CONAMA não pode fazer isso, não tem essa competência. Esse é um ponto que  
2439 é, a CNI traz. E por último, apenas para dois parâmetros, Particulado fino dois e  
2440 meio e é, Dióxido de Enxofre. Nós apresentamos como os demais parâmetros,  
2441 tudo aquilo que OMS recomendou nas fases. A diferença que é colocado pelos  
2442 Estados, ou o próprio é, proposta do Ministério do Meio Ambiente, Ibama e  
2443 Ministério da Saúde, porque a base foi a, Estado de São Paulo. Nós entendemos  
2444 que o Estado de São Paulo, até porque faz gestão da qualidade do ar, né, no seu  
2445 território, ele tem base técnica e estudos que balizam adotar parâmetros que, que  
2446 reflitam a sua realidade. Nós falamos em termo de Brasil, um país desse tamanho,  
2447 com a diversidades que nós temos nos Estados, das regiões, é, do clima que afeta  
2448 diretamente a questão da qualidade do ar. É. Nós achamos que, aí nós  
2449 defendemos que os, as sugestões da OMS que tem base científica, ela seja  
2450 adotada para a, para o Brasil, como um todo. É basicamente, Zilda, a minha  
2451 colocação é apenas essa. Tá. Foquei naquilo que você pediu. E depois, quando  
2452 todos aqui, eu acho defenderam a sua proposta, a gente pode, eu acredito que é  
2453 discutível por onde nós vamos começar, né, o debate. Como que vai ser a  
2454 dinâmica aqui da Câmara Técnica para análise e aprovação da, da Resolução.  
2455 Obrigado.

2456  
2457

2458 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2459 Brigado, Wanderley. Brigado, CNI. Eu, eu acredito, não sei se após o almoço a  
2460 gente começa a olhar o texto e aí ver o texto que foi, que saiu da 4<sup>a</sup> reunião do  
2461 GT, e consegue começar a trabalhar no texto. Acho que temos que trabalhar  
2462 nesse sentido. Para mim, está ótimo. O que vou pedir é que a gente. Eu achei que  
2463 a gente ainda tivesse alguns debates mais pra, sobre alguns assuntos específicos.  
2464 Mas, podemos começar a trabalhar. Adriana.

2465  
2466

2467 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** O texto, ele  
2468 tá, está em forma de texto?

2469  
2470

2471 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tá.

2472  
2473

2474 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Um embaixo  
2475 do outro, as divergências. Que eu tinha essa dúvida.

2476  
2477

2478 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tá.**  
2479 **Eu abri ele aqui no computador. Estava com ele aberto.**  
2480  
2481  
2482 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) – Essa é a**  
2483 **proposta limpa, então que está vindo do GT.**  
2484  
2485  
2486 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**  
2487 **estava com ele aberto aqui.**  
2488  
2489  
2490 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) – Que era a**  
2491 **que estava disponibilizada, então eu acho que é isso.**  
2492  
2493  
2494 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2495 **Aquele levantamento que eu apresentei, na minha fala inicial. Foi exatamente**  
2496 **pinçado as principais divergências.**  
2497  
2498  
2499 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) – Um quadro**  
2500 **em relação aquilo. Eu acho que a gente tem só que ver o horário de retorno e**  
2501 **começar daí a olhar.**  
2502  
2503  
2504 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**  
2505 **texto e possíveis.**  
2506  
2507  
2508 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) – Acréscimos,**  
2509 **emendas.**  
2510  
2511  
2512 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**  
2513 **que eu sugeriria? O que eu sugeriria? Eu não sei se a gente pode já votar o texto**  
2514 **para aprovação todo, mas ele está tão particularizado, que acho que ainda não.**  
2515 **Acho que tem que olhar ponto a ponto.**  
2516  
2517  
2518 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) – Acho que é**  
2519 **melhor olhar ponto a ponto.**  
2520  
2521  
2522 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2523 **Também acho.**



2524

2525

2526 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Porque ele  
2527 ainda está muito ainda cheio de divergência. Quer tiver emeda.

2528

2529

2530 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Acho  
2531 melhor olhar ponto a ponto. Ver no texto as divergências. E aí, a gente, só deixar  
2532 para deliberar depois que conseguir limpar um pouco esse texto. Eu acho que  
2533 quatro propostas diferentes são impossíveis da gente colocar.

2534

2535

2536 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – A gente não  
2537 conseguir olhar e votar agora. Por que o que acontece? O texto ainda está muito  
2538 cheio de divergência. Vai ter que olhar ponto a ponto e aí tentar alguma proposta,  
2539 ver se é possível alguma proposta de confluência. Porque, às vezes, a gente  
2540 consegue uma proposta. Pelo menos duas. E aí, se a gente unir pelo menos duas  
2541 tem condições de votar. Evangelina está com dúvida?

2542

2543

2544 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2545 **(Apromac)** – Não. Eu só gostaria de dizer que eu ainda gostaria de ouvir, que não  
2546 precisa ser agora, mas pode ser na volta, a justificativa das propo... Da proposição  
2547 dos Estados, da ABEMA, nessa, a proposição da emissão do relatório e tal.  
2548 Gostaria de entender porque. Eu gostaria de entender as dificuldades, como bem  
2549 falou a Thais, quais são as dificuldades de implementação, entender o que  
2550 acontece, para poder discutir isso. Porque eu não tenho essa justificativa. Eu não  
2551 sei, tecnicamente, porque eles propuseram dessa forma. Então, a gente pode falar  
2552 isso na volta. Mas antes de começar a ler, eu ainda gostaria de ouvi-los.

2553

2554

2555 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É. Ei  
2556 não sei. Eu acho que a, a apresentação da ABEMA já trouxe essas justificativas.

2557

2558

2559 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2560 **(Apromac)** – Não. Para mim, não trouxe. Eu posso até perguntar, mas...

2561

2562

2563 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – E  
2564 todas as outras falas que tiveram aqui também corroboraram para proposição da  
2565 ABEMA.

2566

2567

2568 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2569 **(Apromac)** – Eu posso até perguntar mais diretamente, mas para mim, não trouxe  
2570 justificativa técnica para essa, para essa proposta claramente.

2571

2572

2573 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
2574 acho, eu acho que ao, ao começarmos. Eu vou passar a palavra para você. Mas  
2575 eu acho que ao começarmos a trabalhar o texto, a cada ponto que vai surgindo,  
2576 essa justificativa pode ser colocada. Porque eu acho de uma maneira geral, a, a  
2577 entidades, os órgãos estaduais de meio ambiente já se posicionaram. Eu acho  
2578 que as próximas questões são questões pontuais em relação ao texto, prazo,  
2579 plano e tudo. Eu acho que elas podem ser sustentadas oralmente, como é praxe  
2580 nessa Câmara Técnica, à medida em que o texto for, for sendo discorrido. Não  
2581 necessito um *statement* sobre a posição da ABEMA. Porque ela foi falada tantas  
2582 vezes no Grupo de Trabalho. Eu, para mim está clara a posição deles. Né. Agora,  
2583 eu não estou aqui defendendo a ABEMA, mas é o entendimento como  
2584 coordenadora do Grupo de Trabalho.

2585

2586

2587 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Posso? Então, o  
2588 Zilda, se achar, depois que for necessário, a gente presta esclarecimento. Agora,  
2589 o que tem por trás disso, só para deixar claro, é uma coisa muito complexa. Em  
2590 São Paulo, além de tudo isso, nós temos aquela questão de definição de zona de  
2591 saturação, poluentes críticos, para cada zona de saturação. Quando você vai fazer  
2592 o licenciamento, você tem um grau de rigor maior ou menor, em função de qual  
2593 poluente que está em jogo e qual é a zona que está. Nós temos o PRÉF. Ou seja,  
2594 é um monte de coisas que justificam, de alguma maneira, a dificuldade que a  
2595 gente está tentando ponderar. Tá? Se for necessário, a gente tenta mostrar  
2596 alguma coisa assim, nessa linha.

2597

2598

2599 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2600 **(Apromac)** – É isso mesmo que eu gostaria de ouvir porque eu não tenho esse  
2601 conhecimento, eu sei de algumas coisas que acontecem.

2602

2603

2604 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Entendo. E  
2605 acho que isso nivela o debate.

2606

2607

2608 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2609 **(Apromac)** – É. Sei das dificuldades dos Estados, do ponto de vista de  
2610 orçamento, tal. Mas, eu gostaria de entender melhor, até para poder tentar  
2611 colaborar, às vezes, com alguma ideia, alguma coisa. Entendeu?

2612

2613

2614 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Só pra. Já. Muito  
2615 resumidamente. Nós tivemos que zonear o Estado em função de grau de  
2616 saturação e função de tipologia de poluente. Em função de cada zona, o rigor no  
2617 licenciamento é diferenciado. As metas são diferenciadas. Nós temos um PREF,  
2618 que é um programa para controlar as fontes prioritário, que, que foram elencadas,  
2619 foram inventariadas. Tem um manual das melhores tecnologias, que ela vai ter  
2620 que seguir para que se adequar. Ou seja, talvez a gente dá um panorama da  
2621 dificuldade e da complexidade das ferramentas para você conseguir fazer a  
2622 qualidade do ar evoluir.

2623

2624 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Acho que é  
2625 isso. Podemos interromper para o almoço? Voltamos o quê? 14h00? 14h30?  
2626 14h00, então. Está bem.

2627

2628

2629 *(Intervalo para almoço).*

2630

2631

2632 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2633 Vamos voltar? Vamos? Começar a discutir. Eu sei, mas eu vou ficar esperando  
2634 todo mundo chegar? Eu acho que todo mundo tem que saber do seu  
2635 compromisso, não? Um, dois, três, quatro, cinco. Só tem cinco. São dez, está  
2636 faltando mais um. Então, vamos esperar mais um pouquinho. Põe o texto lá na  
2637 tela. Vamos começar? Então, vamos começar. Outra coisa que a gente tinha  
2638 discutido no Grupo de Trabalho é a..., não necessariamente a gente precisa  
2639 deliberar, só para deixar no radar de todos é que a Consultoria Jurídica, perdão, a  
2640 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos tem se manifestado que não cabe colocar  
2641 considerandos em uma Resolução, né? Então, a gente passou por isso nas  
2642 últimas resoluções propostas por entender...

2643

2644

2645 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eu não sei  
2646 Zilda, como que a questão está agora. Adriana, DConama. Porque houve um  
2647 momento em que a CTAJ entendia isso e o Plenário entendia diferente, e  
2648 mantinha os considerandos. Eu não sei como que está isso, porque tem um  
2649 Decreto que é o da Técnica Legislativa, que a CTAJ entende que em uma  
2650 Resolução que, enfim, equivaleria a um Decreto não cabe colocar considerando. A  
2651 minha posição pessoal é de que eu gosto de considerando, para mim cabe  
2652 considerando, eu explico por que. Porque um Decreto tem uma exposição de  
2653 motivos, um texto legal tem toda uma justificativa que acompanha o texto e que  
2654 fica disponível no site oficial do Planalto. No caso de uma Resolução, não vem  
2655 com nenhuma explicação a mais. Então, é o considerando que situa, mas... Então,  
2656 assim, o considerado explica e situa para o operador da norma, que são muitos, e  
2657 muitos lugares em que contexto aquela norma foi feita e qual a base-legal para  
2658 isso. Agora, realmente a Zilda está certa, a CTAJ tem entendido que não cabe.

2659

2660

2661 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
2662 isso é só um comentário. Eu não vou mexer nisso agora, menos ainda, né? A  
2663 gente tem aí três considerandos, eu acho que são só esses três, é são só esses  
2664 três considerandos. A gente já chegou a ter uma página e meia de considerandos  
2665 em Resoluções do CONAMA. Aí é demais, aí você fica se remetendo a todos os  
2666 assuntos correlatos para poder colocar no considerando. Mas, não vou..., vamos  
2667 fazer uma leitura, né? Então, considerando a 05, de 89. Lembrando aos senhores  
2668 que quando a proposta foi encaminhada ao CONAMA em 2013, depois houve  
2669 uma manifestação do PROAM em 2011, 11 ou 10, Bocuhy? 11, né?

2670

2671 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** –  
2672 Começou em 9, depois em 11.

2673

2674

2675 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É,  
2676 mas 11 foi que foi a manifestação formal. E pegou a transição do Regimento  
2677 Interno, que aí era necessário apresentar um texto. O Ministério ficou incumbido  
2678 disso, consultou os Estados, fez seminários, discutiu e demorou aí uns dois anos  
2679 para apresentar uma proposta, e apresentou uma proposta de revisão, né? E esse  
2680 assunto está tramitando há um tempo e aí a decisão foi que nós não faríamos,  
2681 faríamos primeiro as alterações na 03 de 90, que trata dos padrões de qualidade  
2682 do ar para depois mexer na 05 de 89. Nós temos uma outra situação para tratar lá  
2683 na 05, que eu já falei de manhã. Na época a gente ainda criava programas por  
2684 Resolução, hoje não se cria mais. Então, não sei como é que isso vai se resolver.  
2685 Na hora que a gente for propor uma mudança, a gente vai ver como que lida com  
2686 isso, tanto que a Resolução, a 18, que é do Proconve, é a 18 de 2000, a primeira,  
2687 86, né? Ela não foi revogada até hoje para poder preservar minimamente dentro  
2688 de uma Resolução o programa em si. Então, não sei que estratégia que nós  
2689 vamos ter de mudar a Resolução só em alguns artigos, mas isso é para depois. É  
2690 só, então, para exemplificar que na hora de discutir, de propor esta revisão, nós  
2691 propusemos apesar da 05 ser mais antiga, primeira mudar os padrões devido a  
2692 urgência e depois mudar a 05, que trata do PRONAR, propriamente dito.  
2693 Colocamos nos considerandos como referência os valores guias de qualidade do  
2694 ar recomendados pela OMS em 2005, que são esses os valores que nós estamos  
2695 nos baseando, se a gente deixa sem o 2005 pode ser uma revisão, que parece  
2696 que já está iniciada. E considerando também a doações de padrões de qualidade  
2697 do ar e a parte estratégica PRONAR e tal, como uma ação complementar e  
2698 referencial as práticas de controle. Aí vamos ao art. 1º: “esta resolução estabelece  
2699 padrões de qualidade do ar para todo o país visando a melhoria da qualidade do  
2700 ar em linha com os princípios do desenvolvimento sustentável”. Comentários? Eu  
2701 vou lendo. Visando a sua melhoria? Pode ser. Claro, se referência. Aí tem que  
2702 fazer uma outra..., uma versão de hoje, né? Só uma correção de português, tá?  
2703 Oi? Vamos usar, por favor, sempre os microfones, tá, usar os microfones, a  
2704 reunião está sendo gravada, tá? Usar e se identificar. Vamos lá. “Para efeito desta  
2705 Resolução são adotadas as seguintes definições: I - poluente atmosférico:

2706 qualquer forma de matéria em quantidade, concentração, tempo ou  
2707 características, que tornem ou possam tornar o ar: impróprio, nocivo ou ofensivo à  
2708 saúde; inconveniente ao bem-estar público; danoso aos materiais, à fauna e flora  
2709 ou prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais  
2710 da comunidade”. Vou lendo. Proposta PROAM, Ministério Público Federal e Furpa.  
2711 “II - padrão de Qualidade do Ar é um dos instrumentos de gestão da qualidade do  
2712 ar no território nacional, determinado nesta Resolução como o valor de  
2713 concentração de um poluente específico na atmosfera, associado a um intervalo  
2714 de tempo de exposição, visando a preservação da saúde humana, o bem-estar da  
2715 população e do meio ambiente”. E aí tem mais duas, são duas? É, duas propostas  
2716 de texto. Vamos ver quais são as diferenças e aí cada um defende a sua proposta.  
2717 É uma proposta de emenda oriunda da Terceira Reunião do GT, ela já começa  
2718 errada, eu me lembro que nós colamos ela de outro lugar, mas ela não é do  
2719 mesmo assunto, é outro assunto. Eu acho que a gente teria que reorganizar o texto,  
2720 não? Eu estou falando de padrão de qualidade do ar, aí depois o...

2721

2722

2723 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Não, não, eu  
2724 entendi assim, para efeitos desta Resolução, olha ali o art. 2. Para efeitos desta  
2725 Resolução são... Ali é só definição. São adotadas as seguintes definições.

2726

2727

2728 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A  
2729 definição do III basicamente é de episódio crítico de poluição do ar, vocês tirariam  
2730 o “considera-se”. Entendeu? Eu acho que houve um... Microfone, sempre  
2731 microfone, se identificando, por favor. Nós estamos com a reunião sendo gravada.  
2732 Se identifica Evangelina Vormittag.

2733

2734

2735 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2736 **(Apromac)** – Evangelina Vormittag, Apromac. O I e a II são conceitos diferente,  
2737 mas eu não lembro da gente sugerir um conceito diferente do que foi discutido aqui  
2738 para padrão de qualidade do ar.

2739

2740

2741 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eu que não  
2742 estive... Adriana, DConama. Eu que não estive na reunião Evangelina, eu estou  
2743 entendendo que vocês fizeram um acréscimo a uma coisa que não existia na  
2744 Minuta, que é definir o que é padrão de qualidade do ar, mas não tem ninguém  
2745 com uma proposta diferente, porque a outra proposta diz respeito à outra coisa.

2746

2747

2748 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2749 **(Apromac)** – Não, só se for..., porque eles dividiram entre padrão de qualidade do  
2750 ar final e padrão de qualidade intermediário, foi isso?

2751

2752

2753

2754

2755

2756

2757

2758

2759

2760

2761

2762

2763

2764

2765

2766

2767

2768

2769

2770

2771

2772

2773

2774

2775

2776

2777

2778

2779

2780

2781

2782

2783

2784

2785

2786

2787

2788

2789

2790

2791

2792

2793

2794

2795

2796

2797

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É isso que eu ai falar na hora que a Adriana pediu a palavra. Zilda Veloso. Sobe um pouquinho o texto. Não, o contrário. Aí. Eu tenho aí o padrão de qualidade do ar final intermediário. Eu tiraria aquele “considera-se episódio crítico” colocaria mais abaixo, mais adiante, porque aí eu junto todos os conceitos... Esse não, o três não. Está errado aí, porque a primeira emenda terceiro GT é de outro assunto que não é o mesmo do padrão de qualidade do ar final, o texto não foi revisto. Deveria ter sido revisto e não foi. Correto? É, ele entraria aí. Exatamente. Então, eu entraria, eu teria um conceito de padrão de qualidade do ar, padrão de qualidade do ar final. Aí eu trocava primeiro o padrão de qualidade do ar intermediário e depois o final. Porque é assim que está lá no art. 4º. Só de uma maneira didática, eu não estou mexendo no conteúdo de cada uma das definições. E depois a gente limpa esse texto. Correto? Deixa eu ler o II de novo, por favor, (...). “Padrão de Qualidade do Ar, então, é um instrumento de gestão da qualidade do ar, determinado nesta Resolução como o valor de concentração de um poluente específico na atmosfera, associado a um intervalo de tempo de exposição, visando a preservação da saúde humana, o bem-estar da população e do meio ambiente”. Alguém tem um conceito diferente? Só para a gente conseguir identificar os conceitos e depois discuti-los lá no texto, nos artigos propriamente ditos. Eu posso te dar a palavra. João Câmara do Ibama tem à palavra.

**O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama) –** João Câmara do Ibama. Com relação à terminologia que está sendo adotado na proposta anterior de instrumento de gestão da qualidade do ar, eu não sei por que nós não lembramos disso, não lembro de ter discutido no Grupo de Trabalho, mas estabelecimento de padrões de qualidade do ar está definido como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, art. 9º item 1º. Então, eu acho que a referência maior é a Lei e a Lei maior de meio ambiente do país. Então, eu quero propor de substituir o termo de “instrumento de gestão da qualidade do ar”, que é muito vago, por padrão de qualidade do ar é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente definido no art. 9º da 6.938, item 1.

**A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac) –** E qual a definição disso na Lei?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É instrumento de gestão, ele não é definido na Lei?

2798

2799

2800

2801

2802

2803

2804

2805

2806

2807

2808

2809

2810

2811

2812

2813

2814

2815

2816

2817

2818

2819

2820

2821

2822

2823

2824

2825

2826

2827

2828

2829

2830

2831

2832

2833

2834

2835

2836

2837

2838

2839

2840

2841

2842

2843

**A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Mas aí você falou instrumento de gestão, conforme está definido na Lei, é isso?

**O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama)** – Sim.

**A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Mas o que está definido na Lei?

**O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama)** – A Lei não define o que é padrão de qualidade do ar; a Lei, a 6.938, art. 9º...

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Por favor, se identifiquem, a reunião está sendo gravada, depois nós não vamos conseguir entender a gravação da reunião. Eu vou ser muito rigorosa nesse aspecto.

**O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama)** – Está bom. Desculpa. João Câmara do Ibama. Eu só estou propondo a substituição do termo, que está muito vago, de que padrão de qualidade do ar é um instrumento de gestão da qualidade do ar, e dando mais importância ao padrão de qualidade do ar chamando a Lei, que define a 6.938, instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e define no seu art. 9º os instrumentos da política, que são doze hoje. Um dos instrumentos, é o primeiro que aparece, é o estabelecimento de padrões de qualidade do ar, de padrões de qualidade ambiental, né? Então, eu acho que toda a definição de padrão de qualidade, seja de água, de solo, atende ao item da Lei. Então, eu acho que é maior, dá mais importância por ser um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e não só do instrumento de gestão.

**A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Entendi. Obrigada.

**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Eu queria passar a palavra para o Cláudio fazer o esclarecimento.

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu te dei a palavra, falei teu nome e tu não falou.

2844 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Eu pensei que já podia pedir.

2845

2846

2847 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
2848 eu estou dizendo que tem que se identificar, eu não estou obrigando por quem  
2849 pediu a palavra, ou não, todo mundo tem que se identificar.

2850

2851

2852 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Então, Alfredo do  
2853 Governo do Estado de São Paulo.

2854

2855 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2856 Deixa eu só fazer um comentário. João, eu particularmente não acho necessário,  
2857 porque a Lei não fala em padrão de qualidade do ar, fala em padrão de qualidade  
2858 ambiental, que o padrão de qualidade do ar está lá dentro. Mas, eu não sei se  
2859 seria necessário, mas também não sou contra, eu estou dizendo não sei se é  
2860 necessário. Alfredo Rocca, Cetesb.

2861

2862

2863 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Então, eu peço a  
2864 palavra para o Cláudio fazer o esclarecimento.

2865

2866

2867 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – É extremamente pequeno, mas  
2868 eu acho que é importante... Cláudio Alonso, Cetesb, vai falar em nome do Alfredo,  
2869 Cetesb. Perdão. É o seguinte, o que a gente no geral frisa muito, um dos  
2870 instrumentos, pode citar a Lei, não citar, porque às vezes as pessoas analisam  
2871 aquilo como sendo o único instrumento e coloca aquilo como..., é por isso que o  
2872 importante é colocar que é um dos instrumentos, e não único. O que a gente só  
2873 frisa isso que é um dos instrumentos, você tem licenciamento, você tem uma  
2874 porção de outra coisa. Então, é um dos instrumentos.

2875

2876

2877 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
2878 só não entendi direito ainda qual é a sugestão, é padrão de qualidade do ar é um  
2879 dos instrumentos e o instrumento de gestão. Eu tenho o Wanderley inscrito.

2880

2881

2882 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Wanderley, CNI.  
2883 Não Zilda, eu acho que a proposta do João não vai agregar a qualidade à está  
2884 definição não, porque se lá a Lei Geral do Meio Ambiente definisse padrão de  
2885 qualidade do ar, o ideal não é nem referi a Lei, é trazer a definição para cá. Então,  
2886 esse é o correto de fazer, posso até colocar, mas a Câmara Jurídica, como eu  
2887 tenho acompanhado, ele sempre busca um conceito para facilitar o acesso de que  
2888 quem vai usar a norma, mas como ela não define, eu não faço nenhuma



2889 referência aqui, eu acho que a gente tem que definir se essa definição ela está  
2890 correto, ou não, é a mais adequada.

2891

2892

2893 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
2894 entendi, então, que a proposta do Ibama é “padrão de qualidade do ar é um dos  
2895 instrumentos de qualidade ambiental e de gestão de qualidade do ar em território  
2896 nacional. É isso?

2897

2898

2899 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2900

2901 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Adriana,  
2902 DConama. O problema é que não há definição da Lei, João.

2903

2904

2905 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2906 Explícita de qualidade do ar.

2907

2908

2909 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Eu entendi  
2910 você queria qualificar a questão dizendo que ela era um instrumento de política.  
2911 Eu entendi a preocupação. Só que na medida em que a 6.938 não define fica meio  
2912 que no vazio.

2913

2914

2915 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
2916 deixaria só de..., de gestão, de gestão da qualidade do ar. Não sei. Ou então  
2917 coloca nos considerandos, se eles não forem extintos. Coloca nos considerandos,  
2918 se eles não forem extintos está bom. Eu não colocaria definidos. Então, se for  
2919 para colocar João, a gente coloca o seguinte: “padrão de qualidade do ar é um  
2920 dos instrumentos de qualidade ambiental, e de gestão da qualidade do ar no  
2921 território nacional”; e não citaria a Lei 6.938. Tá? E de gestão... E aí com isso eu  
2922 acho que... Alguém tem alguma coisa..., eu não estou votando ainda, mas alguém  
2923 tem alguma sugestão em relação ao texto? Faz o seguinte: a gente vai..., aquilo  
2924 que é de consenso que pode ser melhorado a gente vai discutindo e vai  
2925 melhorando o texto, aí na hora de votar a gente vota pelo conjunto que a gente já  
2926 vinha debatendo. Evangelina.

2927

2928

2929 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2930 **(Apramac) –** Nós concordamos com a mudança se quiser tirar o de cima.

2931

2932

2933 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2934 Então, tira aí e aí taxa o de cima, então. Perfeito. Então, vamos no próximo. Não

2935 usa a palavra aprovado ainda não, nós não votamos, tá? Não usa ainda, deixa  
2936 dessa forma. Padrão de Qualidade do Ar Intermediário. Wanderley, CNI.

2937

2938

2939 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Dra. Zilda,  
2940 desculpa. Eu gostaria que mantivesse pelo menos por hora a definição que o  
2941 PROAM colocou até para a gente ver depois, que nós sabemos muito bem, nós  
2942 fazemos, nós trabalhamos o texto inteiro, no final a gente volta as definições para  
2943 saber se cabe determinada definição, ou não. Tá? Então, eu gostaria que fosse  
2944 mantida se o PROAM não quiser manter, a CNI gostaria de propor, porque eu  
2945 acho que ela ainda é melhor do que a proposta feita pelo Ibama.

2946

2947 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ah tu  
2948 não concorda, então, com a nova redação?

2949

2950

2951 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Exatamente.  
2952 Então, eu solicitaria nesse caso, tá, se o PROAM quiser manter, eu também  
2953 apoiaria essa proposta por hora Bocuhy, até nós verificarmos a pertinência de ter  
2954 essa definição no texto da norma se ela realmente agrega, porque depois a gente  
2955 vai ter que fazer esse pente-fino. Está ok?

2956

2957

2958 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá.  
2959 Próximo. Seria o novo III, né? Padrões de Qualidade do Ar Intermediário são... PI-  
2960 1, PI-2, PI-3 são, na realidade, distintos para as diferentes propostas. Mas segue a  
2961 proposta de São Paulo no quarto GT. “São padrões estabelecidos como valores  
2962 temporários a serem cumpridos em etapas, visando a melhoria gradativa da  
2963 qualidade do ar no território nacional, baseada na busca pela redução gradual das  
2964 emissões atmosféricas de fontes fixas e móveis; em linha com os princípios do  
2965 desenvolvimento sustentável”. Alfredo Rocca, Cetesb.

2966

2967

2968 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Na verdade, São  
2969 Paulo propôs, agora São Paulo já está bordando em cima do bordado. (*Risos!*).  
2970 Pode furar o pano de fundo depois, né?

2971

2972

2973 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aí tu  
2974 tem outra proposta?

2975

2976

2977 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Então, a sugestão é  
2978 tirar a listagem PI-1, PI-2, PI-3 e falar deles quando for falar deles mesmo lá no  
2979 artigo.

2980

2981

2982 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pode  
2983 ser.

2984

2985

2986 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Para não para..., para  
2987 dar uma limpada. E daí é uma sugestão de melhoria gradativa da qualidade do ar  
2988 nas áreas com degradação comprovada no território nacional.

2989

2990

2991 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2992 Devagar, devagar. Só para a gente ver a tua proposta.

2993

2994 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Graduar nas áreas  
2995 com degradação comprovada do território nacional.

2996

2997

2998 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Por  
2999 que Alfredo?

3000

3001

3002 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Porque aonde não  
3003 tem nenhuma degradação não precisa melhorar. Não sei.

3004

3005

3006 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3007 **(Apramac) –** O que significa comprovada? O que seria o comprovada?

3008

3009

3010 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O  
3011 que é o comprovada? É uma boa pergunta.

3012

3013

3014 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Cláudio Alonso, Cetesb. A ideia  
3015 aí.

3016

3017

3018 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3019 Cláudio Alonso, Cetesb.

3020

3021

3022 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Eu falei.

3023

3024

3025 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ah  
3026 bom.

3027

3028

3029

3030

3031

3032

3033

3034

3035

3036

3037

3038

3039

3040

3041

3042

3043

3044

3045

3046

3047

3048

3049

3050

3051

3052

3053

3054

3055

3056

3057

3058

3059

3060

3061

3062

3063

3064

3065

3066

3067

3068

3069

3070

3071

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Eu falei professora. *(Risos!)*. A ideia que a gente tem, e na Paulista a gente fez com bastante ênfase, é não tratar só da desgraça, mas também tratar da felicidade. Está certo? O país inteiro não está uma desgraça de degradação, ele tem degradação em algumas áreas, essas precisam ser melhoras. Isso é uma preparação para alguns artigos que veem depois, que são artigos de preservação, não deixar degradar, porque corrigir o degradado é pior. A ideia é meio assim é dar ênfase, é começar a dar ênfase não na degradada como a gente fala, mas dar ênfase na preservação do que não foi degradado, por isso que a gente pede comprovação da degradação para não..., pode ter a comprovação não é nem o caso de discussão, mas a ideia é preservação. A gente partiu muito para a ideia da preservação. É lógico que (...) também. O comprovado pode tirar.

**A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG (Apromac)** – Não, eu também gostaria de entender o que é degradação.

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Se identifica, por favor.

**A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG (Apromac)** – Evangelina, Apromac. Eu gostaria de entender o que é o conceito com degradação, e comprovado eu já entendi que pode tirar.

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Cetesb.**

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Cláudio Alonso, Cetesb, em nome do Alfredo. Nisso já é consagrando na nossa legislação, a 3 já fala nisso, eu não sei se a 3, ou a 5, mas uma das duas falam, e a gente repetiu isso para não dar muita confusão, a gente já sabia que isso poderia ocorrer. A gente também, se for o caso, propõe que seja definido o que a gente entende por área degradada que a gente simplesmente copiou o que já tem na..., não sei se na 3 ou na 5. “Área com degradação comprovada, ou área com degradação. Região, cuja concentração de um, ou mais poluentes atmosféricos seja igual, superior ao respectivo padrão de qualidade vigente”. Ou seja, se está acima do padrão, eu considero degradado e nessa eu preciso melhorar, na outra eu não posso deixar piorar, é diferente. Você entendeu? É bem, é bem postura preservativa, é muito mais sair da desgraça, que o país só ver a porcaria e começar a ver também o

3072 que é bom. Está certo? A gente precisa dar ênfase, tem um monte de área  
3073 preservada e vamos preservá-la. É isso a ideia.

3074

3075

3076 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3077 **(Apromac)** – Não, eu entendi. Mas, assim, quando você fala aí nesse conceito  
3078 que o senhor acabou de ler, o senhor fala em relação ao padrão, aí o senhor está  
3079 se referindo ao padrão final, que é o que nós vamos atuar, ou ao padrão vi...

3080

3081

3082 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Ao padrão vigente, vigente,  
3083 porque senão a gente fica em uma loucura, fecha o país e vamos morar na  
3084 Bolívia, talvez seja melhor. É vigente. Então, se for o caso a gente define, define  
3085 que é uma cópia.

3086

3087

3088 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3089 **(Apromac)** – Mas faz sentido, porque se a gente não ainda atinge o último, é a  
3090 mesma coisa que a gente sugere para os episódios críticos em relação ao padrão  
3091 vigente. Eu acho que faz sentido mesmo.

3092

3093

3094 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A  
3095 gente só precisa a área degradada já é um conceito consagrado para a área onde  
3096 a vegetação é subtraída, a gente tem só que ter um cuidado na hora de definir  
3097 isso para não causar mais uma confusão, né? Eu não sou particularmente  
3098 contrária, mas é só para a gente não ter essa confusão com área onde a  
3099 vegetação é subtraída. Não? Bom, você vê e a gente vai passando o texto.

3100

3101

3102 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – É, na verdade, a ideia  
3103 é trazer...

3104

3105

3106 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3107 Alfredo Rocca, Cetesb.

3108

3109

3110 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Trazer aqui para a  
3111 definição essa definição de área com degradação, comprovada ou não, mas área  
3112 com degradação. Entendeu? Trazer como uma definição, porque lá mais para  
3113 frente isso de alguma maneira aparece. Então, a gente propõe definição aí. Área  
3114 com degradação, comprovada ou não, mas área com degradação, região, cuja  
3115 concentração de um ou mais poluentes atmosféricos seja igual, ou superior ao seu  
3116 respectivo padrão de qualidade do ar vigente.

3117

3118

3119 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3120 Bocuhy e Thaís.

3121

3122

3123 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –** Por  
3124 favor, um esclarecimento com relação ao uso da palavra da expressão redução  
3125 gradual. Uma área com degradação ambiental no território nacional, ela passa por  
3126 uma redução gradual, ou ela pode ser solucionada muitas vezes com eliminação  
3127 de uma determinada fonte, portanto, em uma só fase.

3128

3129

3130 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3131 Responde no microfone, Alfredo. Alfredo, você responde.

3132

3133

3134 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Gerenciamento inclui**  
3135 tudo isso.

3136

3137

3138 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –** Então,  
3139 mas a gestão gradual, ela cabe para todos os casos? A redução gradual? Porque  
3140 a gente cria o mecanismo de redução gradual pela Resolução.

3141

3142

3143 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Cláudio Alonso, Cetesb. Não, a  
3144 gente não nega isso, o que a gente quer dar ênfase é que a gente precisa  
3145 preservar. A gente aqui no CONAMA a gente só trabalha com a desgraça, não é  
3146 verdade, o país tem um monte de coisas que são interessantes e que precisam  
3147 ser preservadas. Se precisar mudar o texto, a gente até concorda desde que ele  
3148 vá nesse sentido, no sentido da preservação, a gente não pode trabalhar apenas e  
3149 tão somente no que está degradado, por que quantos Municípios existem nesse  
3150 país? Quantos são degradados e quantos não são? Que população que é  
3151 degradada, e que população que não é? Você entendeu? É bem no sentido da  
3152 preservação que a gente está colocando esse conceito.

3153

3154

3155 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
3156 vou passar a palavra agora a Thaís do Ministério da Saúde.

3157

3158

3159 **A SR<sup>a</sup>. THAIS ARAUJO (Ministério da Saúde) –** Obrigada Zilda. Thaís, Ministério  
3160 da Saúde. Como encaminhamento, para a gente prestigiar a proposta da Cetesb,  
3161 que tem o seu mérito e não poluir muito a definição de padrões, já achei bastante  
3162 benéfico sair ali os acrônimos PI-1, PI-2, PI-3, eu acho que limpa a definição e ela  
3163 fica independente de quantas etapas nós vamos fazer esse processo. A gente

3164 pode destacar essa definição proposta agora pela Cetesb de áreas degradadas,  
3165 ou seja qual for o termo, destaca dessa definição de padrões de qualidade, cria  
3166 um novo inciso e deixa a definição de padrão de qualidade independente da área  
3167 degradada, torna, eleva a área degradada, ou a prioridade de atuar em área  
3168 degradada como uma definição separada que vai dar o destaque que vocês estão  
3169 propondo. Talvez isso ajude a gente a não confundir demais esse conceito de  
3170 padrões ali proposta.

3171

3172

3173 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3174 Obrigada Thaís. Tá, deixa o comentário para definir. Próximo.

3175

3176 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Não vai pôr sugestão**  
3177 **de texto aí já não?**

3178

3179

3180 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3181 **Alfredo Rocca.**

3182

3183

3184 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Da Cetesb. Não vai**  
3185 **pôr a sugestão de texto?**

3186

3187

3188 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Pode**  
3189 **colocar. Para áreas degradadas?**

3190

3191

3192 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – É, definição da área**  
3193 **degradada.**

3194

3195

3196 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3197 **Então, coloca.**

3198

3199

3200 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Então, eu vou ditar.**  
3201 **Região, cuja concentração de um, ou mais poluentes atmosféricos seja igual, ou**  
3202 **superior ao seu respectivo padrão de qualidade do ar vigente.**

3203

3204

3205 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) – Rocca,**  
3206 **por gentileza, essa definição está onde?**

3207

3208

3209 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Ela apareceria lá na  
3210 frente, eu acho que no art. 16, não sei.

3211

3212

3213 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Da  
3214 Resolução atual?

3215

3216

3217 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Em algum lugar  
3218 apareceu isso aí, mas nós estamos sugerindo essa definição como uma nova  
3219 definição. Só que não seria área degradada, área com degradação, né, por que...

3220

3221

3222 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
3223 não achei, mas... Bom, deixamos aí, não vamos deliberar sobre ele agora.  
3224 Deixamos aí. Normalmente os conceitos a gente volta a eles depois que aprova o  
3225 texto inteiro para ver se os conceitos estão refletidos no texto e é isso mesmo.

3226

3227

3228 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Eu  
3229 gostaria de fazer uma proposta pelo PROAM para manter no texto para depois a  
3230 gente tentar limpar, que é retirando a palavra “gradual”, eu ainda não me sinto  
3231 convencido de que todas as situações demandam uma redução gradual. Então, é  
3232 apenas essa retirando apenas a palavra gradual.

3233

3234

3235 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Me  
3236 parece que o “gradual” está ligado aos intermediários, a ligação de gradual é em  
3237 relação aos intermediários para dar o sentido de que é um caminho a percorrer  
3238 para chegar lá, não é qualquer um outro sentido, é em relação aos intermediários  
3239 somente. Me parece que esse é o objetivo do texto.

3240

3241

3242 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Em  
3243 situações em que haja a necessidade de aplicação de padrões intermediários.

3244

3245

3246 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O  
3247 Bocuhy, eu acho que não é esse o espírito da Resolução, porque quando a gente  
3248 cria valores iniciais e intermediários... Gente! Quando a gente cria valores iniciais,  
3249 intermediários e finais, se eu quando for necessário, eu vou licenciar em cima de  
3250 quê? Esse “quando necessário” se aplica ao licenciamento em que situação? Aí  
3251 eu vou ter uma incerteza jurídica. Eu não acho que é quando se aplica não. Eu  
3252 acho que se optarmos por termos valores intermediários, eles não vão ser quando  
3253 necessários, eles vão ser valores ini... Agora, se algum Estado quiser ter um valor  
3254 mais restritivo, beleza, naquele Estado pode e será mais restritivo. Agora, se eu



3255 ponho na Resolução “quando for necessário”, eu vou criar uma incerteza jurídica.  
3256 Eu não vou saber quando ele se aplica, quando ele não se aplica.

3257

3258

3259 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Então,  
3260 eu entendo que as questões devem ser separadas, porque na forma como ficou,  
3261 ela faz uma condução para a redução gradual da aplicação dos padrões  
3262 intermediários para qualquer situação. E no meu entendimento isso não seria  
3263 apropriado para algumas situações, talvez a gente devesse separar as coisas.

3264

3265

3266 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3267 Como assim separar?

3268

3269 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Se você  
3270 se refere a padrões intermediários em área com degradação ambiental, aí tem que  
3271 trabalhar o conceito de degradação, você se refere as situações em que há  
3272 necessidade de aplicação dos intermediários para se atingir o objetivo. Agora, em  
3273 determinadas situações de degradação ambiental, você pode com uma medida,  
3274 ou uma política pública, você atingir o padrão sem passar por outro. Então, essa  
3275 redução gradual ela me preocupa, porque na norma ela pode induzir a uma  
3276 facilitação em uma tolerância na adequação. É essa a minha compreensão.

3277

3278

3279 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A  
3280 senhora pediu a palavra? A senhora se identifica, por gentileza, por causa da  
3281 gravação e liga o microfone.

3282

3283

3284 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Fátima Borghi,  
3285 Ministério Público Federal. Quando se diz “são padrões estabelecidos com valores  
3286 temporários a serem cumpridos em etapas”, já se tem a ideia que é gradativa.  
3287 Agora, a ideia gradativa quanto a melhoria é que eu acho que realmente é ruim.  
3288 Então, quando fala “são padrões estabelecidos com valores temporários a serem  
3289 por etapas”, é uma ideia, né? E visando a melhoria, porque esse gradativa lá é  
3290 que está dando um reforço na protelação que é desnecessária me parece. Então,  
3291 ficaria visando a melhoria da qualidade do ar. Agora, e cumprimentando pelo fato  
3292 de como disse da melhoria da gente ser salutar que venhamos a preservar, nossa,  
3293 isso é maravilhoso. Mas, então, precisamos fazer tratamentos diferenciados.  
3294 Áreas a serem preservadas, áreas em via de degradação e áreas com  
3295 degradação, porque se não se mistura tudo no mesmo saco.

3296

3297

3298 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
3299 tenho a Evangelina. Só um minutinho. Eu passo para São Paulo.

3300

3301

3302

3303

3304

3305

3306

3307

3308

3309

3310

3311

3312

3313

3314

3315

3316

3317

3318

3319

3320

3321

3322

3323

3324

3325

3326

3327

3328

3329

3330

3331

3332

3333

3334

3335

3336

3337

3338

3339

3340

3341

3342

3343

3344

3345

3346

**A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Na verdade, eu ia citar isso que a Dra. Fátima citou pelo seguinte, porque quando a gente tiver o padrão..., nós tivermos o padrão final, ele vai ser utilizado tanto para melhoria das áreas de degradação, quanto para a preservação daquelas que estão dentro do limite, ou seja para não depois... Entendeu? Então, eu acho que não deveria...

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aqui eu ainda estou na definição de intermediários, não estou na definição de finais, a definição de finais vem depois. Aqui eu estou definindo só os intermediários.

**A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Eu sei. Mas vamos supor que nós tivermos falando do intermediário que é mais alto do que o final, de qualquer forma, a gente também teoricamente não estaria preservando uma área... O senhor entende o que eu estou falando? Que é exatamente o que o senhor gostaria, não?

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Não é isso que a gente quer não.

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Alfredo. Cláudio, o Alfredo passa para você.

**A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Eu não entendi a resposta, tecnicamente eu não entendi.

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – A gente não quer isso não.

**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Bom, Alfredo da Cetesb passa a palavra para o Cláudio para esclarecer.

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Olha é que a gente trabalhou muito em cima dessa Resolução desde o Decreto que saiu em São Paulo. A ideia é realmente começar a pensar na preservação, isso aí sempre foi uma ideia desde os 40 anos de Cetesb eu penso nisso. A gente não pode falar só na desgraça, tem que falar também no que é..., preservar o que é bom, né? Veja a estrutura dos padrões, se elas forem bem observadas, elas têm algumas características importantes. Todos, não, mentira, não são todos os poluentes que são em etapas,

3347 tem dois poluentes que se foi para a etapa final. Qual? Chumbo, por quê? Porque  
3348 Paris foi o primeiro país a banir o chumbo da gasolina devido ao uso do álcool,  
3349 ponto final. Então, nós podemos atingir sim e já atingimos o padrão, só em casos  
3350 muito especiais perto de fábricas de chumbo, é que se vai fazer, senão nem  
3351 mede, vai medir para quê? Não emite. Então, o chumbo é padrão final. Monóxido  
3352 de carbono é padrão final, por quê? Porque se nós instituímos em São Paulo um  
3353 programa chamado rodízio devido ao monóxido de carbono que chegava a 40  
3354 ppm, e o padrão da (...) é 9, hoje São Paulo está com 3, 4, quer dizer, ele já  
3355 está..., se São Paulo está 3, 4 em um poluente que é veicular, imagina o que o  
3356 resto do país também esteja, porque os carros que correm em todo lugar são  
3357 iguais, eles não são diferenciados. Então, é claro que ninguém é louco de falar o  
3358 seguinte, “eu quero PI-1, enquanto tem PI-1, não, se eu conseguir pular para o PI-  
3359 2, eu vou pular para o PI-2”. Certo? Onde que eu acho aqui? É tanto papel. Eu  
3360 gostaria de comunicar a todos que tem dúvidas São Paulo tem PI-1, PI-2, PI-3,  
3361 que é M-1, M-2, M3, dane-se, é tudo igual. Três etapas, três fases. A Resolução  
3362 da Diretoria da Cetesb 44, eu vou ler o título da Resolução. Dispõe sobre a criação  
3363 de Grupo de Trabalho incumbido de elaborar estudo técnico para avaliar e propor  
3364 prazo para início de vigência da (...) diária, etapa dois. Ou seja, os Estados não  
3365 estão parados e nem estão esperando que Deus baixe o espírito. Está certo? As  
3366 pessoas estão trabalhando, não tem instrumento legal que obrigue. No entanto, o  
3367 Estado está tomando a iniciativa de fazê-lo, por quê? Eu vou citar números. Já  
3368 que as pessoas gostam de números, eu peguei alguns números significativos da  
3369 poluição de São Paulo para falar que é um monte de coisas, que se falam não tem  
3370 consistência. Média, eu vou falar de material particulado em algumas datas que  
3371 são significativas. 1996, por que essa data? Porque ela..., eu vou falar por que,  
3372 porque ela é longe e para mim era cômodo pegar essa data, pode pegar outra  
3373 qualquer. 96 longe de qualquer novo padrão. Média de São Paulo, 93  
3374 microgramas por metro cúbico da cidade de São Paulo. Média significa que tem  
3375 valores muito mais baixos e valores muito mais altos, por exemplo, um dia no (...)  
3376 298, mas a média é 93, esse número é importante fixar. Em 2004, um ano antes  
3377 da (...) se manifestar, tinha caído para 40, menos da metade, ou seja, o Estado  
3378 está trabalhando, os Estados estão trabalhando dentro do que é possível fazer.  
3379 Em 2013, que foi quando foi emitido o relatório, o padrão, o Decreto da Cetesb,  
3380 ele caiu para 33, um 1/3 do que era em 96, hoje está com 29, é lógico o  
3381 refinamento final vai ser cada vez mais difícil, todo mundo que trabalha com  
3382 qualquer coisa sabe que o refinamento final é mais complicado. Ou seja, existe um  
3383 compromisso dos Estados em fazer baixar o melhor que pode dentro do que é  
3384 possível. Eu posso fechar esse país inteiro e falar: vocês vão respirar um ar lindo,  
3385 mas vão morrer de fome. Ou seja, existe um compromisso entre a Legislação de  
3386 defesa de saúde com a do desenvolvimento social, como diz o texto da OMS que  
3387 eu li, não pode simplesmente falar: eu quero, porque eu trabalho nisso e eu sou o  
3388 importante, não é assim. Então, existe um esforço muito grande da população,  
3389 porque a população paga e paga caro por isso, a população paga caro por isso,  
3390 porque os custos são todos repassados. Então, tem um custo no Brasil embutido,  
3391 um custo Brasil ótimo, porque a redução é real. Dessa forma, se houver  
3392 possibilidade de passar de PI-1 para PI-3 é claro que a gente vai passar, ninguém

3393 vai falar: “ah não, eu estou no PI-1, vamos relaxar”; não é isso. Não existe as  
3394 pessoas boazinhas que querem preservar o meio ambiente, existem os malvados  
3395 que querem arrebentar. Isso é muito maniqueísmo gente. Existe toda uma política,  
3396 eu estou mostrando aqui que existe uma redução efetiva da poluição na Região  
3397 Metropolitana de São Paulo, que é um bom exemplo, ele é um bom exemplo, não  
3398 é único, mas é bom, que talvez eu não tenha mais dados, que mostra que essa  
3399 redução é gradativa, ela tem que ser gradativa, ela é efetiva e nós vamos  
3400 conseguir chegar, duvido que a gente chegue no padrão final, e depois a gente vai  
3401 falar por que, mas a gente vai fazer todo o esforço para chegar nele, tem que ser  
3402 passo a passo, de uma hora para outra não sai.

3403  
3404

3405 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Eu  
3406 queria fazer uma consideração sobre, em primeiro lugar, que em nenhum  
3407 momento à um descrédito com relação a ação dos Estados e a boa-vontade dos  
3408 Estados no atingimento do padrão. Mas, eu queria deixar claro que nós estamos  
3409 tratando aqui de estabelecer uma norma que coloca os Estados também uma  
3410 situação vulnerável, por exemplo, se o Estado quer fazer uma redução direta e  
3411 tem interesse nisso, pode-se valer um determinado setor de uma meta  
3412 intermediária para dizer: “faça de forma gradual se ali estiver colocado de forma  
3413 gradual”. Então, fazer a norma é um desafio para todas as situações. Eu acho  
3414 Rocca, que talvez a gente pudesse separar as coisas e fazer alguma coisa que  
3415 realmente criasse uma salvaguarda para a aplicação da norma e que não  
3416 deixasse essa subjetividade, porque a gente está criando, está deixando uma  
3417 insegurança aí que pode afetar, inclusive os próprios Estados.

3418  
3419

3420 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – O que compromete aí  
3421 é a palavra gradativa e gradual?

3422  
3423

3424 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Gradual  
3425 para todas as situações, mesmo que você tenha..., se você tem a definição de  
3426 padrões é uma coisa, você está definindo padrões intermediários, que na minha  
3427 opinião vocês deveriam chamar metas intermediárias, e não padrões. Mas por  
3428 outro lado você mistura um instrumento de gestão, que é a redução gradual.

3429  
3430

3431 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Mas eu não sei, eu  
3432 não participei do GT, por que aqui ficou como padrões intermediários e não metas  
3433 intermediárias? Alguém...

3434  
3435

3436 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Seria  
3437 muito bom trocar por metas, porque metas...

3438

3439

3440

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É porque aí criaria uma insegurança, porque, por exemplo, assim se você coloca padrão, então, o que vale é o final, às metas são o quê? Você vai ter que atender como um padrão intermediário, ou você vai ter que atender como..., entendeu? Causou essa insegurança.

3445

3446

3447

**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** A meta pode acho que dar insegurança realmente, porque uma meta você atinge, ou não. O padrão tem que ser seguido. Nesse ponto, eu acho que padrão até fica melhor na linha do que você quer. Agora, o primeiro gradativa, melhoria gradativa, eu concordo com ela que se é em padrões intermediários, é gradativo. Já está..., está redundante. Agora, o segundo redução gradual na minha visão não compromete, porque redução pode ser total, pode ser gradual, mas como ele falou não engessa a questão gradual. Também não vemos problema.

3455

3456

3457

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Evangelina, Apromac.

3458

3459

3460

3461

**A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac) –** Eu vou voltar na questão da meta, porque o padrão é a definição do padrão de salvaguarda a saúde, e o padrão intermediário não é isso, é uma meta intermediária, mas para se atingir depois o padrão. Então, eu vejo preocupante você usar o padrão no mesmo conceito do intermediário.

3465

3466

3467

3468

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** No GT a gente achou que criar um outro termo de meta, de atingimento de meta poderia dar essa insegurança. Mas, então, o que eu tenho que atingir, é a meta ou é o padrão? Se a Resolução revisa os Padrões de Qualidade do Ar e cria metas, qual é o efeito compulsório de meta? A meta é um padrão gradual, ou é o quê? Eu acho que a gente tem que solucionar isso, eu acho que não pode ser de outra forma.

3475

3476

3477

**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –** Eu posso sugerir? Eu acho que ali ficaria mais claro...

3478

3479

3480

3481

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

3482

Bocuhy.

3483

3484

3485 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Perdão.  
3486 Bocuhy. Padrões de Qualidade do Ar Intermediários são metas, não padrões, são  
3487 metas estabelecidas.

3488

3489

3490 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
3491 isso foi bem discutido no Grupo de Trabalho, foi bem discutido no GT e a posição  
3492 não era de se criar meta.

3493

3494

3495 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Como é  
3496 que a gente vai pensar isso como comunicação, né? Como comunicação, porque  
3497 você sempre tem em meta...

3498

3499 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Você  
3500 quer colocar na sua proposta, é isso?

3501

3502

3503 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Não, eu  
3504 estou fazendo um questionamento para a gente tentar chegar a uma compreensão  
3505 sobre isso. A nossa preocupação é na comunicação do que é padrão e o que é  
3506 meta para a população. Essa é a preocupação que a gente tem. Agora, com  
3507 relação à questão da gradualidade ali, eu acho que a gente deveria separar,  
3508 colocar isso em um outro...

3509

3510

3511 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3512 Deveria ser o quê?

3513

3514

3515 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** –  
3516 Separar, porque eu tenho áreas, por exemplo, em vias de saturação. Pergunto ao  
3517 Rocca, aqui está contemplado Rocca, áreas em vias de saturação? Porque é o  
3518 que está sendo colocado e muito bem pelo Cláudio Alonso, é justamente a  
3519 necessidade da proteção, né Cláudio, preventiva e etc..

3520

3521

3522 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Em nome do Alfredo. Quanto à  
3523 comunicação a população, a gente tem uma experiência de comunicação a  
3524 população que mostra o seguinte, a população está interessada num tipo de  
3525 informação, mas não em todo, a população não quer saber todo o tipo de  
3526 informação de educação, de todo o tipo de informação do trânsito, ela quer saber  
3527 de informações extremamente objetivas, ela quer saber se a qualidade do ar está  
3528 boa, se ela está mais ou menos, se ela está muito ruim. Está certo? Nesse  
3529 aspecto, nós fazemos de uma forma muito clara, como eu falei pela manhã, boa  
3530 só é a qualidade do ar que a população respira segundo o critério da OMS. Isso

3531 que a gente comunica para a população. Outras formas de comunicação são  
3532 muito difusas, os dados de qualidade eles estão lá direto. A população não  
3533 consulta, quem consulta são caras especialmente interessados no assunto, é isso.  
3534 A população, você acha que a população ver a cada momento se a (...)está alta,  
3535 ou está baixa, não vê. A população não observa nem com muito cuidado as  
3536 bandeiras de qualidade de praia, ou seja, a comunicação ela é feita de forma  
3537 correta, se você fala que a qualidade do ar é boa, apenas e tão somente se ela  
3538 atingir, se ela tiver dentro dos padrões do OMS, isso é a grande comunicação que  
3539 a experiência nossa mostra, mostra que é. Agora, os detalhes, são detalhes  
3540 técnicos que têm que eles são técnicos e se não existe uma possibilidade muito  
3541 grande de comunicação que não exista, desde que tecnicamente seja correto. As  
3542 pessoas entendem que radioatividade faz mal, elas não entendem nada de  
3543 Einstein e nem vão entender. Entendeu? Existe um nível de compreensão da  
3544 população que a gente tem que ser extremamente sensível a ele e dar nesse  
3545 nível. Não adianta querer falar de teorias da radioatividade para população para  
3546 dizer que (...) faz mal.

3547

3548

3549 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Zilda  
3550 Veloso, Ministério do Meio Ambiente. Eu acho que eu retiraria essa parte de  
3551 “visando a melhoria gradativa”. Volta no art. 1º. O art. 1º já está dizendo isso e nós  
3552 estamos repetindo nos conceitos. Então, assim, “esta resolução estabelece  
3553 padrões de qualidade do ar para todo o país visando a melhoria da qualidade do  
3554 ar em linha com os princípios do desenvolvimento sustentável”, ponto. Eu já estou  
3555 dizendo isso. Por que eu preciso repetir nos padrões intermediários, nos padrões  
3556 finais, eu acho que eu estou repetindo o texto. Eu acho que era melhor, já está  
3557 escrito lá no padrão, está escrito no art. 1º, está escrito no art. 1º. Eu estou  
3558 colocando resoluções estabelece padrões com qualidade do ar para todo o país,  
3559 visando a sua melhoria, em linha com os princípios do desenvolvimento  
3560 sustentável.

3561

3562

3563 **O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Esse ninguém sabe quais são.

3564

3565

3566 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3567 Sabe, sabe, isso é público. Isso é público. Bom, isso é público. Mas, o que eu  
3568 estou dizendo é simplesmente uma coisa redacional e aí eu estou definindo o que  
3569 é Padrão de Qualidade do Ar, e eu estou definindo o que é Padrão de Qualidade  
3570 do Ar Intermediário, e eu vou definir o que é final, e estou repetindo de novo o que  
3571 eu estou colocando no art. 1º, é isso mesmo? Será que se..., porque é o que está  
3572 sendo, está repetindo, visando a melhoria da qualidade do ar. Então, a Resolução  
3573 que institui os padrões, ela já visa a melhoria da qualidade do ar. O padrão  
3574 intermediário vai visar também, que eu estou dizendo que o padrão ele visa.  
3575 Então, eu acho que a gente está repetindo o texto, repetindo o texto e aí está

3576 discutindo se é no intermediário, se é no final, se é não sei aonde. Pera um pouco  
3577 Alfredo, a Evangelina pediu a palavra, eu não sei se é em relação a isso.

3578

3579

3580 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3581 **(Apromac)** – Não é em relação a isso, é em relação a comunicação, eu posso  
3582 falar depois.

3583

3584

3585 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Está  
3586 bom. Então, Alfredo.

3587

3588

3589 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Na verdade, é uma  
3590 coisa que escapou que a gente queria falar, quer ver lá onde que estava... Pera aí.  
3591 Que falava..., sobe um pouquinho antes de... Ali olha. Padrão de Qualidade do Ar,  
3592 é uma coisa que ficou estranha só na redação. Visando a preservação da saúde  
3593 humana, o bem-estar da população e do meio ambiente. Bem-estar do meio  
3594 ambiente fica uma coisa esquisita, não é? Falta alguma coisa para ser de redação.

3595

3596

3597 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
3598 trocaria “visando a preservação do meio ambiente, o bem-estar da população e a  
3599 melhoria da saúde humana”, alguma coisa desse tipo.

3600

3601

3602 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – É. eu acho que ficaria  
3603 melhor.

3604

3605

3606 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
3607 trocaria disso, dessa forma. Está assim na proposta também do PROAM/Ministério  
3608 Público, mas a gente poderia modificar pelo menos a do Governo Federal ali, né  
3609 João? Do Ibama. Preservação do meio ambiente e o bem-estar, o bem-estar, eu  
3610 acho que o bem-estar da população?

3611

3612

3613 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3614

3615

3616 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3617 Preservação do meio ambiente e a saúde humana? Está bom, ficar mais limpo. A  
3618 preservação do meio ambiente e a saúde humana. E da saúde humana. Perdão.

3619

3620

3621 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Olha, Cláudio Alonso, Cetesb.



3622

3623

3624 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3625 Cláudio, a Evangelina pediu a palavra. É isso?

3626

3627

3628 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** É sobre isso, porque nós  
3629 fazemos uma Resolução exclusivamente baseada na Organização Mundial da  
3630 Saúde, nós não fazemos nada de meio ambiente. Nós não falamos...

3631

3632

3633 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
3634 não estou conseguindo escutar o que o Cláudio Alonso está falando, muita  
3635 conversa colateral. Por favor, repita.

3636

3637 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Nós estamos estruturando uma  
3638 Resolução, seja ela o formato que tiver, mas ela é exclusivamente baseada na  
3639 Organização Mundial da Saúde para preservação da saúde humana. Nós não  
3640 falamos de poluentes que podem atacar monumentos históricos, nós não temos  
3641 nenhum critério para de vegetação que às vezes são muito mais rígidos do que a  
3642 da saúde humana. Portanto, eu pararia na saúde humana e não falaria mais nada.  
3643 Fica quieto.

3644

3645

3646 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3647 Paramos. Preservação do meio ambiente e da saúde humana.

3648

3649

3650 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Mas é do meio ambiente que eu  
3651 discordo, porque não é do meio ambiente, é só da saúde. A gente não está  
3652 preservando monumento histórico, a gente não está preservando chuva ácida, a  
3653 gente não está preservando vegetação, não está preservando nada. Nós não  
3654 usamos esses critérios. Então, ele não é de meio ambiente, é só da saúde que a  
3655 gente está tratando, e eu acho correto, porque o mundo inteiro faz isso, a gente  
3656 pode mistificar. Eu estou cuidando da vegetação com esses padrões? Não.

3657

3658

3659 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pois  
3660 é, eu não sei, eu não tenho segurança disso não. Por favor.

3661

3662

3663 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** Fátima Borghi,  
3664 Ministério Público Federal. Me perdoe, discordando pela primeira vez na coisa, é  
3665 porque o homem está no meio ambiente. Então, quando a gente fala meio  
3666 ambiente, ainda também eu acho que tem que se pensar no patrimônio cultural?  
3667 Sim, tem que pensar, mas não nesse momento. Nesse momento vamos pensar

3668 nos peixinhos, como alguém falou, eu ouvi essa palavra e soou tão boa, nos  
3669 peixes, nos animais, na natureza, porque indiretamente quando se pensa num mar  
3670 respirável, você está deixando todo o seu entorno melhor e o homem, não  
3671 podemos excluir jamais o homem do meio ambiente, o homem ser humano, o  
3672 homem, por isso que eu acho que deva, me permite manter do jeito que estar  
3673 meio ambiente e saúde humana.

3674

3675

3676 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – É. A gente concorda  
3677 deixar do meio ambiente e da saúde humana. *(Risos!)*.

3678

3679

3680 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3681 Então, está bom. Obrigada. Evangelina.

3682

3683 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3684 **(Apromac)** – É para falar sobre a questão de comunicação que foi citado pelo  
3685 senhor Cláudio. A população ela não tem o conhecimento, enquanto ela não tem  
3686 acesso à informação, ela não tem o conhecimento. Então, ela não poderia se  
3687 manifestar se aquilo é falta, ou não. O que a gente sabe? Sabe que onde existe a  
3688 comunicação há população, a população tem interesse, principalmente aquelas  
3689 que são mais sensíveis a questão, por exemplo, como o próprio Estados Unidos  
3690 tem um site só para isso, tem um aplicativo que acompanha o site, tem o  
3691 lançamento de informações que as pessoas recebem imediatamente, aquelas que  
3692 desejam recebem imediatamente quando há o aumento da poluição do ar e etc.,  
3693 ou seja, públicos talvez mais interessados, mas nós não podemos dizer  
3694 exatamente o que a população teria a gosto ou não, porque nós não temos essa  
3695 informação. Na minha opinião não basta informar que o ar não é adequado, tem  
3696 que se informar que o ar não é adequado, o que significa aquilo para a saúde e  
3697 como que as pessoas devem se proteger quando há informação, porque senão  
3698 ela não tem como usufruir daquela informação. Eu não tenho nenhuma pesquisa  
3699 que mostre o interesse da população em conhecer melhor a informação sobre a  
3700 qualidade do ar. Eu não sei se a Cetesb tem, para o senhor Cláudio dizer isso,  
3701 mas não é..., não vou dizer por experiência, porque eu acho que é isso, mas eu  
3702 não tenho nenhuma..., tenho o exemplo do que acontece nos outros países onde  
3703 ocorre a informação adequada.

3704

3705

3706 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom,  
3707 de qualquer forma nesse conceito a gente ainda não estar..., eu sei que  
3708 informação foi um assunto tocado aqui nas últimas intervenções, mas a gente não  
3709 trata especificamente no conceito a parte de informação. Houve uma melhoria ali  
3710 da proposta do Ibama do conceito de Padrão de Qualidade do Ar. Voltamos ao  
3711 padrão a questão da melhoria gradativa, ou não, eu tinha entendido do Alfredo,  
3712 que ele tinha concordado em tirar o gradativo ali da proposta, ou não, ou entendi  
3713 mal?

3714

3715

3716 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – É, na verdade, se  
3717 está em etapas, é porque você está querendo que seja gradativa.

3718

3719

3720 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois  
3721 é. O que eu tinha falado é que se a gente está repetindo o que está no art. 1º,  
3722 onde a gente coloca visando a melhoria gradativa da qualidade do ar. Era só uma  
3723 reflexão em cima disso. Ela já está no art. 1º. Então, repetindo aqui. É porque isso  
3724 cabe no *caput* do artigo, mas aqui a gente está falando de definições, a gente nas  
3725 definições, eu estou dizendo como que eu entendo que esse conceito está na  
3726 Resolução, eu acho que eu não necessitaria ir até o visando a melhoria,  
3727 objetivando a melhoria, eu estou um conceito dizendo o que é, eu tenho um valor,  
3728 eu estou tentando explicar que eu devo ter um valor inicial intermediário e um final,  
3729 e estou explicando como que eles vão se comportar independentemente do prazo  
3730 que for escolhido para cada um deles ser acionado.

3731

3732

3733 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Sim. Por isso que esse artigo é  
3734 importante. Cláudio Alonso, Cetesb. Desculpe. Esse artigo, essa é uma definição,  
3735 ainda não é o artigo. Está certo? Essa definição ela permite que se coloque,  
3736 porque senão você vai colocar padrões intermediários no decorrer da Resolução  
3737 sem ter definido o que é, na medida que isso é um conceito novo. Então, seja ele  
3738 1, 2, 3, ou 4, o número de etapas a gente vai discutir no devido momento, mas na  
3739 definição a gente tem que deixar claro, porque isso não é usual. Eu fui, até porque  
3740 eu participei com intensidade, as metas intermediárias, que eu me lembro até que  
3741 o (...) Benjamim colocava meta intermediária obrigatória, ela é usada com muita  
3742 frequência na Resolução de Águas. Só que a Resolução de Águas para o  
3743 CONAMA foi muito tranquilo, porque ela remete as metas intermediárias a serem  
3744 estabelecidas pelo CNRH, ou seja, a gente determinou e caiu fora. Está lá, eu li  
3745 ontem isso aí. Mas a gente não tem a prática de trabalhar em etapas, que eu acho  
3746 que a grande beleza do que está sendo introduzido agora, que não é faça isso tipo  
3747 comando e controle, está todo mundo fora do lugar, mata todo mundo, ou não se  
3748 cumpre nada. Gradativamente é você dar a possibilidade da gente avançar, eu  
3749 mostrei aqui que a gente avança. Então, eu acho que é importante definir, porque  
3750 nós vamos trabalhar com conceito que é novo, e se a gente vai trabalhar com  
3751 conceito que é novo, a gente tem que fazer a definição dele.

3752

3753

3754 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,  
3755 eu não estou me posicionando contrário a vocês, eu só estou dizendo que visando  
3756 a melhoria gradativa da qualidade do ar em área de degradação, talvez não fosse  
3757 oportuno estar dentro do conceito de padrão de qualidade intermediária, é isso  
3758 que eu estou dizendo. Se eu já estou dizendo que está em etapa, cumpridos em  
3759 etapas, ponto, aí eu boto baseado na busca pela redução das..., eu posso até

3760 colocar a parte final, mas o que me incomoda é aquele aposto ali do visando a  
3761 melhoria da qualidade do ar, porque ele já está no art. 1º. É só isso. Eu sei, eu não  
3762 discordo do que está no art. 1º, entendeu? É só isso. Celma, Anamma.

3763

3764

3765 **A SRª. CELMA ALVES DOS ANJOS – SUPLENTE (Anamma Centro-Oeste) –** É  
3766 eu sou meio que simplista nas definições, a gente tem que ser bem objetiva, né,  
3767 eu sempre penso assim. Padrões de Qualidade do Ar Intermediários, o texto iria  
3768 só até “são padrões estabelecidos com valores temporários a serem cumpridos  
3769 em etapas para emissões atmosféricas de fontes fixas e móveis; alinhado com os  
3770 princípios do desenvolvimento sustentável”. Pronto. Só isso. Eu estou falando que  
3771 é etapas, eu falo que são das fontes fixas e alinhado com o desenvolvimento  
3772 sustentável.

3773

3774

3775 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3776

3777

3778 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** Eu posso falar  
3779 senhora Presidente, ou tem alguém na minha frente?

3780

3781

3782 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3783

3784

3785 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** Fátima Borghi,  
3786 Ministério Público Federal. Penso eu e é a primeira vez que está se abrindo uma  
3787 celeuma pela dificuldade de tirar a palavra gradativa. E essa celeuma me parece  
3788 despicienda, porque não vai prejudicar repetir são metas, que eu achei excelente,  
3789 porque padrão é um negócio muito fixo, meta permite que não se cumpra, né,  
3790 padrão é uma coisa muito mais fechada, né? Metas estabelecidas com valores  
3791 temporários a serem cumpridos em etapas, seriam cumpridas em etapas, né, com  
3792 valores cumpridos em etapas, visando a melhoria da qualidade do ar. A melhoria  
3793 tem que ser visada mesmo, todos estamos com o mesmo propósito. E ela já é  
3794 gradativa lá, sendo desnecessária essa repetição, e acabaria talvez o problema da  
3795 redação aí. Como havia no início da discussão comentado e depois foi tira isso,  
3796 tira um monte e depois vai se modificando muito o texto, né?

3797

3798

3799 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A  
3800 senhora quer fazer uma proposta informal?

3801

3802

3803 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** *(Intervenção fora do*  
3804 *microfone. Inaudível).*

3805

3806

3807 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Só  
3808 um minutinho, houve um impasse aqui eletrônico.

3809

3810

3811 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –** Dra.  
3812 Zilda, eu queria pedir a palavra para o nosso assistente técnico Olímpio para que  
3813 ele...

3814

3815

3816 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
3817 acho que o seu microfone não está ligado, tá?

3818

3819

3820 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –**  
3821 Estásim. Eu acho que é a minha voz que se apresenta. Eu queria pedir a palavra  
3822 para o engenheiro Olímpio. Carlos Bocuhy, PROAM, pedindo a palavra para o  
3823 engenheiro Olímpio, para que ele faça uma intervenção nesse aspecto.

3824

3825

3826 **O SR. OLÍMPIO DE MELO ÁLVARES JR (PROAM) –** Olímpio, PROAM,  
3827 assistente técnico. Eu gostaria de colocar uma questão que eu ainda não estou  
3828 satisfeito aqui com o que eu ouvi, que é uma questão para mim muito clara de  
3829 padrão e meta intermediários. Padrão é o 37 graus da febre, né, tem estudo  
3830 científico por trás dele, né, que comprova que acima dos 37 graus não está bom, e  
3831 abaixo, e nos 37 graus está adequado, está bom. Então, o padrão ele tem estudo  
3832 médico dizendo que aquilo é adequado, ou não. A meta intermediária é o número  
3833 aleatório, é o número inventado por um grupo de pessoas sem orientação  
3834 científica nenhuma. Eu posso colocar uma meta intermediária 20% para cima,  
3835 20% para baixo a bel-prazer, isso não é padrão, isso leva, inclusive, uma  
3836 mensagem dúbia para a população sobre a real qualidade do ar, né, porque ela  
3837 fica, ela se sente assim falseada, é uma mensagem falseada que se passa para a  
3838 população. Então, esta é a questão. O padrão intermediário não, meta  
3839 intermediária.

3840

3841

3842 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3843 Desculpa Olímpio, eu não entendi. No final você é favorável a padrão? A meta? É  
3844 porque você começou a falar dizendo que ia dar um sentido dúbio, aí eu entendi  
3845 que você não era favorável a meta e sim a padrão somente, mas é o contrário.  
3846 Perfeito. Cláudio Alonso. Nós estamos com um probleminha ali na conexão com o  
3847 projetor, mas vamos conversando. Está desligado, não, não, liga ele. Isso. Cláudio  
3848 Alonso, Cetesb.

3849

3850

3851 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Primeiro não é qualquer pessoa  
3852 que propôs qualquer coisa a bel-prazer. Esses valores são valores propostos pela  
3853 Organização Mundial da Saúde, que propôs o padrão final, mas propôs valores  
3854 intermediários também. Eu não posso dizer que a Organização Mundial da Saúde  
3855 é legal quando propõe padrão final e é meio babaca quando propõe valor  
3856 intermediário. Está certo? Ou eu acredito no que fala a Organização Mundial da  
3857 Saúde e não desqualifico, ou então, eu vou desqualificar tudo e falo que nem o  
3858 padrão final vale. Não foi qualquer um, não é qualquer um que propôs não, está  
3859 aqui, eu estou com os documentos aqui, quem não leu, leia. E eu vou dizer o  
3860 seguinte mais, está certo, porque as coisas elas não são brincadeiras não. As  
3861 propostas nossas, de padrão intermediário, elas foram analisadas de forma  
3862 profunda, foi feito com a Prefeitura de São Paulo, juntou o Departamento de  
3863 Trânsito da cidade de São Paulo, que representa muito bem o que é o caos do  
3864 trânsito do país; o Ministério do Meio Ambiente presente, Secretaria de Saúde  
3865 coordenou esse grupo, sabe o que a gente propôs para a meta intermediária 1?  
3866 Eu gostaria de deixar bem claro, nós estamos propondo para a meta intermediária  
3867 1, que está aí no livro de vocês todos, 40 microgramas por metros cúbico na  
3868 primeira etapa, não é isso? Sabe o que a Organização Mundial da Saúde propõe?  
3869 70. Nós estamos propondo metade, a gente está sendo mais rígido do que a  
3870 própria organização, a gente já está praticamente atingindo a meta 2 deles.  
3871 Precisa ler as coisas em vez de ficar falando o que não sabe. Não foi qualquer  
3872 cara que propôs qualquer coisa baseado no Espírito Santo. É a Organização  
3873 Mundial da Saúde, ou vale para fazer o padrão final, ou não vale para nada.

3874

3875

3876 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Se  
3877 identifique, por favor.

3878

3879

3880 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3881 **(Apromac)** – Senhor Cláudio. Evangelina da Apromac. Senhor Cláudio, o senhor  
3882 não deveria ficar bravo. E a assim, e também o senhor já falou algumas coisas  
3883 assim que acaba agredindo as pessoas, não tem essa necessidade, a gente pode  
3884 estar falando coisas cada um de acordo com o seu ponto de vista, mas eles têm  
3885 que ser respeitados de todos os lados. Nós estamos aqui para ouvir todos. Eu vou  
3886 dizer uma coisa para vocês, os padrões intermediários que aqui foram escolhidos  
3887 é, inclusive, o que é recomendado pela OMS, porque a OMS ela fez para ajudar  
3888 os países de ter um embasamento para as metas intermediárias, ela fez estudos  
3889 para esses valores de metas, que significam, inclusive ela fala em aumento de  
3890 mortes e aumento de doenças, internações e morbidade. Então, aqueles que nós  
3891 seguimos aqui, eles são exatamente as metas que a própria OMS sugeriu para os  
3892 países seguirem, não tem nada, obviamente poderíamos escolher diferente,  
3893 poderíamos, mas aqui foram seguidos esses. Então, é isso. Não precisa ficar  
3894 bravo.

3895

3896

3897 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Gente, olha na  
3898 verdade... Alfredo da Cetesb. Na verdade, eu acho assim, foi definido no GT que  
3899 vai ser..., que é melhor padrão. Então, não vamos agora mudar para meta criando  
3900 todas essas celeumas, porque nós estamos fazendo uma Resolução de padrão.  
3901 Então, deixa o termo padrão, sendo que ele não foi tirado aleatoriamente de algum  
3902 lugar, ele foi tirado justamente da fonte que nos define o padrão final que é a  
3903 OMS. A minha sugestão seria essa. Inclusive a gente está conversando aqui, a  
3904 gente concorda em terminar essa definição padrão de qualidade do ar  
3905 intermediários em etapas, porque é importante dizer que é temporário e que é em  
3906 etapas, o resto é redundância que já apareceu em algum lugar. Não sei. E, mas a  
3907 gente concorda com isso desde que deixa que seja padrões e não metas, muito  
3908 embora...

3909  
3910

3911 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3912 Alfredo, no Grupo de Trabalho a gente passou por essa discussão de meta e  
3913 padrão. Entendimento do Grupo de Trabalho era que se colocasse metas e  
3914 padrões, chegou a ser colocado em determinado momento, eu acho que a  
3915 proposta da CNI ainda respalda isso, mas houve um entendimento, não se vota no  
3916 Grupo de Trabalho, houve um entendimento de que meta ia causar mais confusão  
3917 se eu tinha que atender meta, ou padrão. A Lei 6938 fala em padrões de  
3918 qualidade ambiental genericamente. Nós estamos revisando uma Resolução que  
3919 trata de padrões, eu acho e, quer dizer, nas discussões, até onde eu me lembro,  
3920 não é o que eu acho, mas até onde eu me lembro a discussão era a seguinte, tá,  
3921 tudo bem, eu tenho que atingir a meta, mas hoje eu tenho que atingir o padrão,  
3922 mas hoje eu atinjo a meta, mas aí eu estou fora do padrão, eu não posso ser  
3923 penalizado por causa disso se eu não consigo atingir o padrão, mas consigo  
3924 atingir a meta? Foram essas as discussões que nós tivemos no GT e pelas quais  
3925 nós resolvemos manter padrões, padrões intermediários, padrões finais. Foi  
3926 Está justificativa. Não estou e eu concordo assim que nós temos outros assuntos  
3927 que são mais difíceis de se acordar do que realmente voltar uma discussão que a  
3928 meu ver já estava até vencida lá no GT. Lógico qualquer Conselheiro pode fazer a  
3929 proposta que quiser aqui, eu não estou coibindo ninguém de fazer nenhuma  
3930 proposta. Eu estou tentando reproduzir aquilo que já foi discutido desde o primeiro  
3931 GT de 2014 se discutiu isso e se achou melhor deixar padrões, padrões  
3932 intermediários, padrão inicial, intermediário e finais. Bocuhy.

3933  
3934

3935 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Carlos  
3936 Bocuhy do PROAM. Eu queria só dar um exemplo para o pessoal da Cetesb,  
3937 também para o Ministério do Meio Ambiente, sobre a confusão proposital que  
3938 ocorre com relação à meta e padrão. Existe uma usina termoelétrica sendo hoje  
3939 implementada em processo de licenciamento no Município de Peruíbe em São  
3940 Paulo, é gás natural, ela pretende trazer gás da África, esse tipo de coisa e  
3941 queimar em uma área urbana, etc.. No EIA/RIMA do empreendimento, eles trazem  
3942 que as emissões projetadas para a usina estão em conformidade com as

3943 orientações da OMS, com as metas intermediárias, assim como o Decreto Paulista  
3944 de 2014 da OMS com padrão universal, que seria o padrão final, e cita o Decreto  
3945 Paulista. Ela coloca o valor intermediário praticado em São Paulo como o valor  
3946 que protege a saúde da população. Quando a comunidade ler o EIA/RIMA, eles  
3947 nos procuraram para saber se aquele padrão de emissão estaria correto dentro de  
3948 um processo de licenciamento, e nós fomos perceber que eles usavam a meta  
3949 intermediária como padrão final. Então, esse é um exemplo de como esse tipo de  
3950 informação, se ela não é clara, ela pode ser passada para a população de forma a  
3951 induzir as pessoas a erro. É um exemplo Dra. Zilda, prático, está acontecendo  
3952 agora, eu posso lhe mandar o EIA/RIMA e posso mandar o Ofício do PROAM  
3953 apontando esse problema. Quando você não comunica com muita clareza o que é  
3954 meta, o que é padrão, você corre o risco de cair nessa armadilha. Eu acho que  
3955 essa é a preocupação externado pelo engenheiro Olímpio com relação a essa  
3956 clareza.

3957  
3958 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Por  
3959 isso que nós optamos lá atrás por ter só padrão e não ter meta e padrão.

3960  
3961

3962 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Alfredo, Estado de  
3963 São Paulo. Eu vou passar para o Jesuíno, que participou do GT, quer fazer um  
3964 esclarecimento.

3965  
3966

3967 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Jesuíno, Cetesb. Eu tenho participado  
3968 desde o início do primeiro GT e eu me lembro muito bem que um dos motivos pelo  
3969 qual se optou por padrão foi levantado pelo Rio de Janeiro, que previa uma  
3970 judicialização por conta de ter padrão e meta. E que o Ministério Público com  
3971 certeza estaria cobrando sempre o padrão, uma vez que outros eram metas. E  
3972 eles argumentaram muito bem aqui que seria muito importante ser tudo padrão.

3973  
3974

3975 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Salientando. O  
3976 promotor, eu ouvi muito sutilmente, a gente tinha a Promotora de Justiça como  
3977 Secretária lá do Meio Ambiente, eles são muito soberanos e de repente um pode  
3978 falar: eu não quero meta, eu quero padrão, e padrão é o final. Então, eu acho que  
3979 nessa linha de não deixar dúvida com relação a isso, que para aquele momento,  
3980 para aquele tempo o padrão é o intermediário. *(Intervenção fora do microfone.*  
3981 *Inaudível).*

3982  
3983

3984 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Está  
3985 desligado Bocuhy. Te identifica, por gentileza.

3986  
3987



3988 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Carlos  
3989 Bocuhy do Proam. Essa sua reflexão e da argumentação do Rio de Janeiro nos  
3990 remete a perspectiva de que a questão é jurídica e não é de mérito aqui, que  
3991 deveria ser tratada no aspecto jurídico, não? É uma questão que nos faz pensar  
3992 de novo. A preocupação é o mal uso do entre meta e padrão, não a judicialização,  
3993 a judicialização pode ser discutida como segurança jurídica, ou insegurança  
3994 jurídica pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

3995

3996

3997 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Eu posso fazer uma  
3998 reflexão Zilda?

3999

4000

4001 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4002 Pode. Alfredo Rocca, Cetesb.

4003

4004 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Alfredo Rocca,  
4005 Cetesb. Olha, vamos resgatar as práticas mais tradicionais. Olha sempre que se  
4006 estabeleceu qualquer padrão de qualidade, seja para o que for, não se estabelecia  
4007 um prazo para rever o padrão? No caso, na minha visão, nós já estamos  
4008 colocando aqui um cronograma de revisão nesse padrão pré-estabelecido com o  
4009 final que é o da OMS. Então, eu não vejo problema de chamar de padrão, porque  
4010 é um padrão, é um padrão intermediário para aquele momento.

4011

4012

4013 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
4014 advogo padrão, porque padrão tem nas outras Resoluções de Qualidade  
4015 Ambiental, tem na Lei Ambiental, na 6.938 eu não tenho meta, eu tenho padrão,  
4016 né? Meta é um valor aleatório aí no meio do caminho. Eu acho que padrão  
4017 sustenta mais aquilo que está na Resolução, e foi isso que a gente colocou. Mas,  
4018 vamos seguindo aí o texto e vendo em que medida isso pode ser mudado, ou não.

4019

4020

4021 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Posso  
4022 falar? Carlos Bocuhy do PROAM. Eu queria fazer uma proposta, então, do  
4023 PROAM, eu acho que com o Ministério Público também, fazendo essa...,  
4024 mantendo essa alteração como meta intermediária. Padrões de Qualidade do Ar  
4025 Intermediários são metas estabelecidas, eu acho que manteria essa proposta.

4026

4027

4028 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim,  
4029 mas aí você vai colocar padrão como meta? Ou vai botar Meta de Qualidade do Ar  
4030 Intermediários?

4031

4032

4033 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Metas  
4034 de Qualidade do Ar Intermediários.

4035

4036

4037 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pode  
4038 corrigir direto no texto deles, porque é o texto que ele está propondo.

4039

4040

4041 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Temos  
4042 dúvida com relação a resolver esse debate agora. Então, é melhor a gente manter.

4043

4044

4045 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4046 Metas e aí você tira padrão.

4047

4048

4049 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** –  
4050 Apromac subscreve também?

4051

4052

4053 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4054 Intermediárias, aí corrige o “a”.

4055

4056

4057 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – O  
4058 Ministério Público também.

4059

4060

4061 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim,  
4062 só um minutinho que ele está corrigindo. Coloca lá proposta PROAM, Ministério  
4063 Público Federal, é isso? E Apromac também? E Apromac. Certo? Então, tá.  
4064 Então, nós temos mais propostas de texto. Aí vamos ler a proposta da Anamma,  
4065 que eu não li ainda.

4066

4067

4068 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Só uma questão. Na  
4069 de vocês mantém todo aquele resto? Que a gente, na nossa que era a anterior, a  
4070 gente parava nas etapas. Aí vai ficar tudo? É um pedaço que eu acho que...

4071

4072

4073 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Eu  
4074 acho que a dúvida aí Rocca, era com relação à meta ou padrão, né? Com relação  
4075 ao restante do texto a redução gradual já foi tirada. Então, para nós contempla.

4076

4077

4078 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4079 Wanderley pediu a palavra, você também. Desliga o microfone, na hora que for  
4080 para falar, vocês ligam.

4081

4082

4083 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Wanderley, CNI.  
4084 Sobe um pouquinho o texto. Eu queria até ouvir Alfredo, uma vez que você fez  
4085 uma nova proposta, a não ser que alguém queira, né, já poderia taxar a proposta  
4086 de cima, já que é uma proposta específica do Governo de São Paulo, para efeito  
4087 de limpeza do texto, e depois nós vamos deliberar mesmo. Então, se quiserem  
4088 voltar atrás ainda tem tempo para isso, né? Só taxa, eu acho que...

4089

4090

4091 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** *Pode*  
4092 *taxar?*

4093

4094

4095 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** A de cima pode,  
4096 porque a que ficou nossa é a de baixo agora.

4097

4098

4099 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Exato. É porque é  
4100 deles, não é do grupo.

4101

4102

4103 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4104 Celma, Anamma/Centro-Oeste.

4105

4106

4107 **A SR<sup>a</sup>. CELMA ALVES DOS ANJOS – SUPLENTE (Anamma Centro-Oeste) –**  
4108 Como a proposta de São Paulo agora ficou bem parecida com a nossa, vamos  
4109 mesclar e vamos ficar com a de cima, a de São Paulo.

4110

4111

4112 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4113 Estábom.

4114

4115

4116 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** E aí pode colocar  
4117 Abema/Anamma na proposta. André França, Abema. Aí já para ajudar na limpeza  
4118 do texto, já pode ficar a proposta Abema/Anamma. Os Estados concordam, né?

4119

4120

4121 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4122 Anamma/Abema. Pode ser, os demais colegas estão aqui. Então, tá. Obrigada.  
4123 Então, pronto, já deu uma limpada aí no texto. Vamos seguir. Obrigada. Vamos

4124 seguir lendo o texto para ver se a gente consegue limpar um pouco mais. Fica  
4125 essa daí de área de degradação? Eu acho que essa iria depois de padrão de  
4126 qualidade do ar final, né? Padrão de qualidade do ar. “Padrões de Qualidade do Ar  
4127 Finais são padrões determinados pelo conhecimento científico para que a saúde  
4128 da população seja preservada em relação aos danos causados pela poluição  
4129 atmosférica”.

4130

4131

4132 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Zilda, a gente, como  
4133 eu falei, abordou mais um pouquinho e sugeriu determinadas pelo melhor  
4134 conhecimento científico. Eu não sei se..., foi uma sugestão.

4135

4136

4137 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
4138 fico preocupada em como eu avalio o conhecimento científico para fins de  
4139 proposta, ou seja, significa que cada proposta que vir aqui vai ter que vir  
4140 respaldada do conhecimento científico. Eu sei que no conhecimento científico eu  
4141 tenho propostas a favor e contra, com argumentos de ambos lados. Então, assim,  
4142 eu acho que tem que ter cuidado na hora de citar o melhor, ou o melhor, ou o  
4143 conhecimento científico. Por que como eu avalio isso no CONAMA, ou na hora de  
4144 adotar o padrão? Como que eu faço isso? Isso é muito subjetivo, extremamente  
4145 subjetivo. Ou eu uso padrões internacionalmente aceitos, ou eu uso padrões...  
4146 Mas, o CONAMA é um Conselho onde qualquer Conselheiro pode fazer uma  
4147 proposta de Resolução, eu não exijo que ela seja feita com a rubrica do setor  
4148 acadêmico. Então, assim, eu acho que vocês todos deveriam rever um pouquinho,  
4149 porque a aplicabilidade desse conceito para uma Resolução do CONAMA.

4150

4151

4152 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4153 **(Apromac)** – Está correto, porque, por exemplo, a questão da onda magnética do  
4154 celular tem estudos mostrando que não acarreta nenhum problema e tem outros  
4155 que sim. Então, sempre tem os dois lados, né? Talvez aí quando se escreveu  
4156 melhor não se pensava no mais atual? Mesmo assim não...

4157

4158

4159 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4160 Também é subjetivo, também é subjetivo. Se nós estamos provocando lá no art.  
4161 1º: visando a melhoria da qualidade do ar. Então, assim, são padrões de  
4162 qualidade do ar, o que nós estamos dizendo aqui para fins dessa Resolução? Que  
4163 eu vou adotar como padrão final os valores da OMS de 2005. É isso que eu estou  
4164 dizendo nessa Resolução, quer dizer, ou eu reproduzo isso, ou eu não vou ficar  
4165 inventando o que é o melhor conhecimento científico, o que é o resto. Então,  
4166 assim, padrões de qualidade do ar são os padrões determinados pela  
4167 Organização Mundial da Saúde em 2005. Esses são os finais que eu quero  
4168 chegar, e eu esqueço o resto. Eu acho que é isso que nós estamos buscando  
4169 aqui. A gente está inventando uma outra forma de dizer isso. Bernardo da CNC

4170 pediu a palavra, eu vou passá-lo. Vou passar a palavra, não vou passar você.  
4171 Pode falar Bernardo.

4172

4173

4174 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Todo o estudo de avaliação de  
4175 qualidade, seja de água, ar, ou solo, que contempla o ser humano, ele está  
4176 baseado em estudos toxicológicos que no fundo, no fundo, a gente está avaliando  
4177 a exposição ao risco. A redação lá do inciso III, ela já coloca uma certeza de dano.  
4178 Então, para melhorar a redação, eu estou sugerindo colocar risco de dano, em vez  
4179 de colocar de dano à saúde humana.

4180

4181

4182 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu já  
4183 sou da opinião que isso daí tem que sair.

4184

4185

4186 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Tem que sair?

4187

4188 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
4189 sei, é a minha opinião, eu até posso colocar uma proposta específica.

4190

4191

4192 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Para deixar um pouco mais  
4193 segura dentro da técnica.

4194

4195

4196 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
4197 até concordo com o que você está falando, mas eu proporia: são os padrões  
4198 determinados pela Organização Mundial da Saúde em 2005. Porque aqui eu não  
4199 estou lidando com todos os padrões da OMS, e sim os padrões de 2005, é lá que  
4200 eu estou dizendo, no art. 4º, que são os padrões que eu quero OMS. Hã? Só um  
4201 minutinho, só um minutinho. Um de cada vez. Dra. Fátima. Liga o microfone, por  
4202 gentileza.

4203

4204

4205 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Fátima Borghi,  
4206 Ministério Público Federal. Amei, porque a ideia de risco é muito maior do que de  
4207 dano. Então, quando ele faz essa proposta de seja por preservar em relação aos  
4208 riscos de dano, é excelente ao meio ambiente, é excelente, porque a ideia de risco  
4209 em toda a teoria jurídica, ela é anterior ao próprio dano, o próprio risco já é  
4210 suficiente para medidas. Então, eu achei ideal, não sei se concordam.

4211

4212

4213 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
4214 eu acho que talvez essa definição Dra. Fátima, poderia ser melhor incluída no  
4215 padrão de qualidade do ar, aqui nós só estamos dizendo o que é o final. O final

4216 todos eles incluem um risco, mas aqui nós só estamos falando no final. Então,  
4217 assim, eu voltaria para essa sugestão de risco. Volta lá, eu acho que é o 1, ou 2,  
4218 não, 1 fala sobre poluente, é o 2. Eu voltaria lá no 2. Ao invés de colocar: “visando  
4219 a preservação da saúde humana e do meio ambiente”, colocaria no final dessa,  
4220 porque senão ele vai ser atendido só no final. Entendeu? Eu acho que daí ficaria  
4221 melhor no conceito do inciso II. Como é que está escrito lá? Eu dei um estalo aqui  
4222 no meu joelho. Não, eu acho que saiu fora do lugar. Aí colocaria no segundo...  
4223 Cola para deixar mais perto esse último que fala dos riscos. Isso. Eu colocaria  
4224 assim, na proposta Ibama, eu colocaria: depois de associado a um espaço ao  
4225 intervalo de tempo de exposição, colocaria para que a saúde da população seja  
4226 preservada em relação aos riscos e danos causados pela poluição atmosférica, e  
4227 tiraria visando a preservação do meio ambiente. Eu não sei se a senhora concorda  
4228 Dra. Fátima. Faz uma proposta nesse sentido e aí todo mundo ver, e a gente ver  
4229 se... Faz um outro texto. Isso, por favor. É uma proposta que a gente faz para a  
4230 melhoria do texto e colocar o risco aí. Mas, eu acho que lá no padrão final a  
4231 definição, a meu ver, a definição que eu estou propondo tem que ser mais enxuta  
4232 e falar só do padrão OMS, ponto.

4233

4234 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Zilda, uma coisa, falta  
4235 alguma coisa ainda, porque associado a um intervalo que tenha disposição  
4236 preservada, está vendo? Vírgula, preservada em relação aos riscos. Não falta  
4237 alguma coisa?

4238

4239

4240 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pera  
4241 aí. Falta. Não, eu acho que não tem o preservada, não? Ah tá. É porque estava  
4242 copiado ali de baixo. Pera só um pouquinho, então. “Associado a um intervalo de  
4243 tempo de exposição...”. Está faltando para que a saúde da população seja  
4244 preservada em relação aos riscos e danos causados pela poluição atmosférica.  
4245 Faltou só essa parte. Padrão de qualidade do ar. Ficaria desta forma. E aí a  
4246 definição propriamente dita de padrão final ficaria mais enxuta, e volta lá no  
4247 padrão final. Tira esse daí, que eu sei só botou para copiar. Aí vai lá no final, aí  
4248 para mim o final é lá, passou. Não é esse? Aí. Da CNC, né? A proposta é padrão  
4249 final. Ficaria desse jeito: são padrões determinados pela Organização Mundial da  
4250 Saúde, OMS, de 2005. Ficaria só isso.

4251

4252

4253 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Posso chamar  
4254 atenção em uma coisa? Porque o pessoal quis colocar ali o melhor conhecimento  
4255 científico, porque aí tem uma definição de padrão de qualidade do ar, é uma  
4256 definição. Mas, quando você chegar no art. 3º, você vai falar que ele é da OMS,  
4257 por isso que a gente falou melhor conhecimento, porque a gente considera os  
4258 valores da OMS melhor conhecimento. Agora, se for pôr da OMS aí vai ficar  
4259 redundante, porque lá na frente está OMS também já, você entendeu? Está na  
4260 definição.

4261

4262

4263 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
4264 entendi, mas para mim melhor conhecimento não diz nada em termos legais de  
4265 implantação. Entendeu? Como é que eu avalio o que é o melhor, o que é o pior  
4266 conhecimento?

4267

4268

4269 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Estado da arte do  
4270 conhecimento.

4271

4272

4273 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4274 Como que eu avalio? Você faz uma proposta, a Evangelina faz outra, qual que eu  
4275 avalio que é o melhor conhecimento? Eu não tenho condições de avaliar, ninguém  
4276 que tiver sentado nessa cadeira vai ter condições de avaliar.

4277

4278

4279 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Tá. Eu sei. Zilda, mas  
4280 eu só estou chamando atenção que...

4281

4282

4283 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas  
4284 depois, mais adiante, nós vamos mexer com isso de outra forma.

4285

4286

4287 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Se já puserem aí que  
4288 é o da OMS vai ficar redundância no art. 3º.

4289

4290

4291 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4292 Beleza. Lá no art. 3º a gente muda.

4293

4294

4295 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Não, eu só estou  
4296 chamando atenção nisso. Até podia ler os dois juntos.

4297

4298

4299 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A  
4300 minha implicância é aí eu adquiri isso ao longo de algum tempo aqui no CONAMA,  
4301 porque quando você qualifica alguma coisa, você cria um ato comparativo, eu não  
4302 sou advogada, mas nem estudei direito, mas quando você qualifica dizendo que é  
4303 o melhor, ou é o pior, você compara duas situações. Ao comparar duas situações,  
4304 eu tenho que ter um juiz, ou um aferidor para poder dizer qual é o melhor. Como  
4305 eu avalio o conhecimento? Aí eu não tenho como avaliar o conhecimento para  
4306 dizer que o seu é melhor que o seu, ou não. Por isso que eu acho que o melhor

4307 conhecimento ele é bonito até de se dizer, mas ele na prática é difícil de colocar  
4308 em prática. Na prática como é que eu coloco ele em prática?

4309

4310

4311 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Bom, Jesuíno, Cetesb. A OMS não  
4312 determina padrão, ela tem valores guias.

4313

4314

4315 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4316 Podemos colocar valores guias da OMS. Então, isso não subtraí, só soma. É, não  
4317 são padrões, são valores guias. Determinados, você deixa. Tira padrões. Isso  
4318 mesmo. Bem lembrado Jesuíno. Então, fica aí a proposta do Ministério, estão as  
4319 outras propostas aqui. Alguma possibilidade da gente cortar a de padrão final de  
4320 São Paulo ali dos Estados e alinhar com o MMA? Alguma outra proposta? Alguma  
4321 possibilidade aos demais proponentes CNC, São Paulo, de termos uma única  
4322 proposta de padrão final?

4323

4324

4325 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Zilda?

4326

4327

4328 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Oi?

4329

4330

4331 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – A gente está retirando a  
4332 proposta CNC e aderindo a do Ministério.

4333

4334

4335 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Está  
4336 bom. Pode colocar lá MMA. Ministério da Saúde concorda conosco? Ministério da  
4337 Saúde, Ibama? Ibama também? Abema também. Então, é da Câmara Técnica,  
4338 então. Ficaríamos todos como Câmara Técnica é isso? Eu não sei se Ministério  
4339 Público. Ministério Público, PROAM, Apromac podem concordar com essa  
4340 proposta de padrão de qualidade do ar final. Está no plural aqui, porque eu tenho  
4341 vários poluentes, é por isso que a gente cita no plural. Evangelina. Apromac.

4342

4343

4344 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4345 **(Apromac)** – Eu tenho uma questão. Por que colocar 2005?

4346

4347

4348 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4349 Porque esses valores atuais são os que foram propostos em 2005. Se tiver uma  
4350 nova atualização, ela vai receber o ano da atualização, é como Norma ABNT, eu  
4351 tenho Norma ABNT de 10.004, a NBR 10.004 mil, ela é hoje de..., perdão, 10.004



4352 ela é de 2004, ela era de 87 e assim por diante. Você coloca o número do ano da  
4353 revisão, perdão, o ano da revisão. É por isso.

4354

4355

4356 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4357 **(Apromac)** – Vamos supor que ela publique agora um valor guia maior.

4358

4359

4360 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aí vai  
4361 ser valor guia OMS 2017, ou 2018.

4362

4363

4364 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4365 **(Apromac)** – Mas aí você tem que mudar a Resolução?

4366

4367

4368 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4369 Como eu estou colocando o valor, porque isso é importante, isso foi discutido no  
4370 GT. Eu me lembro muito bem. A proposta não falava em OMS, não falava em  
4371 ODS e não falava em ano, quando a gente começou a colocar o OMS. Alguém  
4372 falou o seguinte: e se muda o padrão ele é atualizado, pode dar a entender que  
4373 automaticamente eu reviso a Resolução e ao invés de te cobrar o de 2005, passa  
4374 a te cobrar o de 2018, isso dá uma confusão jurídica, entendeu? Porque eu tenho  
4375 em outro lugar no texto a citação do poluente e o valor que tem que ser alcançado,  
4376 provavelmente se mudar o padrão OMS, nós vamos ter que mudar em algum  
4377 momento a Resolução também. Entendeu? Pois é, mas não pode ser tão  
4378 automático, nós estamos falando de um assunto tão delicado, que se eu colocar  
4379 uma atualização automática, isso vai causar um problema para todos. Entendeu?  
4380 Voltamos à estaca zero de negociação. Jesuíno. Microfona, Cetesb.

4381

4382

4383 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Jesuíno, Cetesb. A OMS definidas pela,  
4384 quer dizer, não...

4385

4386

4387 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ah  
4388 definidas pela OMS, ela não determina. Bem lembrado. Sociedade Civil e  
4389 Ministério Público podem concordar com a nossa proposta, ou não? Vocês ainda  
4390 ficam com uma proposta em separado, aliás, não tem uma proposta diferente para  
4391 vocês, eu acho que especificamente. Mas, eu pergunto só na coerência aqui do  
4392 nosso debate, se vocês permanecem com o texto anterior, que foi a proposta de  
4393 São Paulo, que dizia que os padrões são determinados pelo conhecimento  
4394 científico para que a saúde da população seja preservada em relação aos danos  
4395 causados pela poluição atmosférica, ou vocês podem se alinhar conosco nessa  
4396 proposta agora.

4397

4398

4399 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Eu acho que pode se  
4400 alinhar, porque a nossa ideia era justamente que o melhor conhecimento era o da  
4401 OMS. Então, você já falou que é OMS.

4402

4403

4404 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4405 Então, a gente pode colocar que é a proposta da 26<sup>a</sup>. Desculpa, mas eu não  
4406 gravo. Vamos seguir. Fica o lembrete da área degradado para depois entrar na  
4407 numeração quando a gente for limpar esse texto. Episódio crítico de poluição, que  
4408 ainda está como 5, mas... O que é que está voltando? Então, vamos lá no  
4409 episódio crítico aí de poluição do ar.

4410

4411

4412 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Dra.  
4413 Zilda, só um minuto. Foi colocado lá PROAM, Ministério Público.

4414

4415

4416 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
4417 colocamos da reunião do GT, 26<sup>a</sup> ali.

4418

4419

4420 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Não,  
4421 mas a gente aderiu aquela proposta. Nós aderimos a proposta.

4422

4423

4424 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Está  
4425 lá 26<sup>a</sup>. Eu coloquei como se fosse um consenso de todos. Entendeu? Para não  
4426 precisar citar todos os membros da Câmara Técnica. Então, vamos lá. Definição  
4427 de Episódio Crítico de Poluição do Ar. Definido pela presença de altas  
4428 concentrações de poluentes na atmosfera em curto período de tempo, resultante  
4429 da ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis à sua dispersão.  
4430 Sugestões? Críticas? Por enquanto temos está numa decisão temporária.  
4431 Podemos ter? Então, vamos ao art. 3<sup>o</sup>. Isso não quer dizer que não tenhamos que  
4432 definir alguma coisa, ou que voltar essas definições. Volto a dizer que nada foi  
4433 deliberado sobre esse assunto definitivamente. Evangelina.

4434

4435

4436 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4437 **(Apromac)** – Desculpa. Tem uma definição do Ministério Público, mas do episódio  
4438 crítico mais abaixo.

4439

4440

4441 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Você  
4442 está falando do art. 3<sup>o</sup>?

4443

4444

4445 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4446 **(Apromac)** – É que a nossa definição aparece lá embaixo só. Tem que jogar para  
4447 cá também e botar aqui para comparar o texto.

4448

4449

4450 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4451 **Coloca as duas lá. Espera aí, as duas na tela.**

4452

4453

4454 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4455 **(Apromac)** – Desce mais.

4456

4457

4458 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Qual**  
4459 **é a diferença que tem uma para a outra?**

4460

4461

4462 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4463 **(Apromac)** – Não, esse daí eu estou falando do episódio crítico que está mais  
4464 embaixo a definição do Ministério Público.

4465

4466

4467 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mas**  
4468 **aí não tem nas definições, a definição é só o art. 2º. Aí já é o art. 3º.**

4469

4470

4471 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4472 **(Apromac)** – Ué, mas é o conceito de episódio crítico, ficou lá embaixo.

4473

4474

4475 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não**  
4476 **é, isso não é definição. As definições estão... Não, você tinha falado mais abaixo,**  
4477 **as duas últimas que têm são essas. Eu pergunto...**

4478

4479

4480 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4481 **(Apromac)** – Mas abaixo ainda.

4482

4483

4484 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não**  
4485 **tem. Já é o art. 3º próximo.**

4486

4487

4488 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4489 **(Apromac)** – Pode descer só para eu mostrar.

4490

4491

4492 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,  
4493 não tenho mais definições. As definições estão no art. 2º, só tem essas duas aí no  
4494 final. Não tem, eu estou com o texto aqui igual o dele aqui na minha tela.

4495

4496

4497 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4498 **(Apromac) –** Mas os episódios críticos estão escritos mais embaixo.

4499

4500

4501 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4502 Definição não, eu só tenho essas duas. Não está fora de lugar. Não, você está  
4503 confundindo com o comando no texto que diz o que é para poder gerar o episódio  
4504 crítico de poluição, se é um plano, o que é, mas isso não é o conceito. Isso aí é o  
4505 comando do texto, que diz o que é que vai ser feito. Eu estou lendo só o conceito.  
4506 O art. 2º só fala em conceitos, não fala nos comandos. Exatamente.

4507

4508 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4509 **(Apromac) –** Olha lá, considera-se episódio crítico... Ali, aí é o conceito. Está aí.

4510

4511

4512 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas  
4513 aí você estar detalhando no período e tudo mais, não é a definição, a definição  
4514 está lá no art. 2º.

4515

4516

4517 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4518 **(Apromac) –** Não é definição isso? Eu entendia que era a definição isso, que é do  
4519 episódio crítico.

4520

4521

4522 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Você  
4523 quer jogar isso para a definição?

4524

4525

4526 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4527 **(Apromac) –** É o que está escrito lá em cima, não é?

4528

4529

4530 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4531 Então, tem que melhorar essa redação.

4532

4533

4534 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4535 **(Apromac)** – Tudo bem, dar para pôr lá e a gente já melhora já? Talvez até eu já  
4536 excludo, porque dependendo do que tiver lá.

4537

4538

4539 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4540 **Comparece nenhuma diferença grande substancial, a diferença é da maneira**  
4541 **como está redigindo. Então...**

4542

4543

4544 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4545 **(Apromac)** – É porque o conceito de episódio crítico é 24 horas para dispersão?  
4546 Não?

4547

4548

4549 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Pois**  
4550 **é, mas é que a gente coloca lá no artigo respectivo que para alguns poluentes é**  
4551 **24 horas, para os outros e 8 horas e para outros é 1 hora. Então, eu não posso**  
4552 **colocar na definição 24 horas.**

4553

4554 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4555 **(Apromac)** – Mas, pode tirar, então, 24 e pode tirar de poluentes determinados no  
4556 art. 11, aí já fica certo.

4557

4558

4559 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Aí vai**  
4560 **ficar igual o segundo.**

4561

4562

4563 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4564 **(Apromac)** – Pois é, mas é isso mesmo.

4565

4566

4567 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tá.**  
4568 **Então, eu tenho que tirar o considera-se, porque eu não começo um artigo, um**  
4569 **inciso dessa forma. E está igual a proposta de cima. Eu deixaria proposta São**  
4570 **Paulo, 4º GT, que ela já é uma proposta igual as outras duas que estão aí na tela.**  
4571 **Então, pronto. E aí tira o texto que está lá naquele art. 9º. Eu vou me alimentar**  
4572 **aqui, eu gasto muita energia nessa reunião, eu gasto muita energia nessa reunião.**  
4573 **Está bom. Então, vamos lá. Voltamos ao art. 3º. Eu vou começar a ler. Você vai ler**  
4574 **para mim? Liga o microfone. Alfredo Rocca.**

4575

4576

4577 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Alfredo, Estado de**  
4578 **São Paulo. Então, agora que eu queria fazer aquele que eu chamei atenção,**  
4579 **chegar lá a gente lembra. Olha no art. 3º fica..., que fala... Não, mas então só falar**

4580 o que eu vi aqui. Quando lá na definição falava que era conhecimento científico, a  
4581 gente sugeriu que era melhor considerando que o melhor é o da OMS, nós  
4582 pusemos já lá OMS. Então, na minha visão em vez de começar o art. 3º falando  
4583 que o padrão final é o da OMS, que nós já falamos lá, eu acho que aqui agora a  
4584 gente vai definir, lembra que nós tivemos PI-1, PI-2, PI-3 da Resolução. Então,  
4585 aqui que nós vamos definir que aquele final vai ser atingido sequencialmente  
4586 considerando-se padrões intermediários PI-1, PI-2 e PI-3. É isso que eu queria  
4587 chamar só para fechar. Você entendeu Zilda? O que nós tiramos lá daquele  
4588 intermediários do PI-1, PI-2, PI-3 para falar justamente aqui e lá nós já falamos da  
4589 OMS. Então, a gente pode rever o que a gente vai falar aqui. Essa é a linha que  
4590 eu queria sugerir.

4591

4592

4593 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4594 Alfredo, então, eu entendi que, volta lá no art. 3º. Não, teve uma antes. Três  
4595 etapas.

4596

4597

4598 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Bom, nesse caso a  
4599 da PROAM, eu acho que ela está na linha mais ou menos do que eu estou  
4600 falando.

4601

4602

4603 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Só  
4604 que o prazo dela é de 3 anos, a diferença é o prazo de 3 anos. Correto?

4605

4606

4607 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Você entendeu o que  
4608 eu falei é aqui que nós vamos falar do PI-1, PI-2, PI-3, porque tiramos isso da  
4609 definição dos intermediários e já que a gente falou na definição do final, que é o da  
4610 OMS, não precisa falar de novo aqui.

4611

4612

4613 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4614 André, por favor.

4615

4616

4617 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** André França, Abema.  
4618 Eu vou fazer uma proposta, eu entendi a preocupação do Alfredo, é o seguinte, no  
4619 texto que nós deixamos aí tem já o art. 3º com a proposta que nós já validamos na  
4620 ABEMA e a única alteração que a gente faria seria no *caput* do artigo. Então, para  
4621 simplicidade, embora a emenda seja pequena, eu acho que dá mais trabalho aqui  
4622 falar onde é que entra o texto, do que pegar o texto que já estar com o arquivo  
4623 com vocês, trazer para cá e a gente discute em cima da proposta só mudando a  
4624 redação do *caput*, porque aí vai absorver a preocupação do Alfredo e a gente tem  
4625 que olhar com base no que a Abema propôs, porque não dá para mudar a

4626 redação do nossa olhando da PROAM, porque está diferente na redação. Então, a  
4627 gente pode até pela ordem discutir, deixar a PROAM fazer a defesa e quando  
4628 chegar o nosso da Abema, a gente traz da redação que já está com vocês e  
4629 discute em cima desse texto. Eu acho que fica mais simples assim.

4630

4631

4632 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pode  
4633 ser, por mim. Aí nós temos essa proposta primeira, conforme eu apresentei hoje  
4634 de manhã, que são três etapas com gatilho a cada três anos de mudança do  
4635 padrão intermediário, meta, padrão, aí eu acho que vai ser meta, né, pelo que eu  
4636 vi da definição. Não, a da PROAM. A da PROAM, que eu estou falando.  
4637 Incoerência pelo que o PROAM falou nas definições. Deixa eu só fazer essa  
4638 leitura. Então, eu tenho esse aí é o coração da Resolução, esse e os poluentes  
4639 propriamente ditos, mas esse aqui é o coração da Resolução, e nós chegamos a  
4640 ficar exaustivamente dois dias inteiros só discutindo esse artigo. Então, eu tenho  
4641 aqui para lembrar os senhores PROAM, Ministério Público e Furpa saído do Grupo  
4642 de Trabalho um padrão inicial, dois padrões intermediários e o padrão final, com  
4643 gatilho de revisão a cada 3 anos. Estados, a revisão a cada 5 anos, a revisão a  
4644 cada 5 anos.

4645

4646

4647 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Estado, revisão 5 anos,  
4648 plano imediato e o Plano de Controle de Emissão, que é novidade, é 3 anos.

4649

4650

4651 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O  
4652 plano imediato e os outros os valores intermediários seriam geridos a partir da  
4653 avaliação dos planos apresentados.

4654

4655

4656 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Aí tem um novo artigo  
4657 falando do plano...

4658

4659

4660 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** E aí  
4661 eu tenho que ter uma nova Resolução do CONAMA que colocasse esses padrões  
4662 intermediários em vigor.

4663

4664

4665 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Estabelecendo o prazo  
4666 para esses padrões. Os padrões já vão ser estabelecidos aqui, o padrão vai estar  
4667 aqui, o prazo é que vai ser definido por Resolução, faz só uma Resolução simples  
4668 colocando o prazo.

4669

4670

4671 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Os**  
4672 **padrões estão aí?**

4673

4674

4675 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Os padrões estão aqui.**

4676

4677

4678 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**  
4679 **que não vai estar vai ser os prazos? Os prazos vão ser avaliados nesse período**  
4680 **de 5 anos.**

4681

4682

4683 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Com base em um plano,**  
4684 **todo o esforço que os Estados vão fazer e as ações que vão ser identificadas que**  
4685 **vão permitir o prosseguimento para a próxima fase.**

4686

4687

4688 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4689 **Ministério do Meio Ambiente, Ibama e Ministério da Saúde é um padrão inicial, um**  
4690 **padrão intermediário e o padrão final. Antecipando da proposta original, a gente**  
4691 **tira, tem um erro na nossa proposta, a gente tira o padrão intermediário 2, e já**  
4692 **assume como padrão intermediário 2 o antigo 3. CNI, é isso? Tira o 1 e antecipa**  
4693 **os outros... Isso, isso, desculpa. Isso mesmo. Tira o 1 da proposta original e o**  
4694 **antigo 2 passa a ser o imediatamente aplicado, nós temos que corrigir aquelas**  
4695 **tabelas depois. Tá? CNI. Só um minutinho. Deixa eu acabar o meu raciocínio. CNI,**  
4696 **coloca padrões intermediários 1, 1 é o imediatamente aplicável; o 2 e o 3 seriam**  
4697 **padrões intermediários, e o último, mas sem um prazo de gatilho de revisão.**  
4698 **Wanderley complementa, por favor, só para poder fechar o raciocínio.**

4699

4700

4701 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Wanderley, CNI.**  
4702 **Dra. Zilda, na verdade, a nossa proposta ela converge para que os Estados já**  
4703 **apresentaram. De uma outra forma, evidentemente foi escrita de outra forma, mas**  
4704 **em termos de conteúdo ela já aborda essas propostas que estão aí pelo menos**  
4705 **em parte, o artigo novo e o art. 1º. O art. 2º, eu entendo que aí eu quero ver a**  
4706 **proposta dos Estados, tá, que devia estar sendo atendido também, até porque tem**  
4707 **coisas ali que eu comentei depois, que não seriam competência do próprio**  
4708 **CONAMA dos órgãos ambientais fazerem. Então, em uma Lei geral faria sentido,**  
4709 **porque se estabelece todos aqueles estudos, aquelas condições para que você**  
4710 **possa analisar a mudança de fases, mas tratando da questão ambiental, eu acho**  
4711 **que não, esse comando não. Então, o que eu vou pedir aqui Zilda, não é para**  
4712 **taxar, tá? Eu vou conversar com os Estados para ver se a gente consegue retirar**  
4713 **isso.**

4714

4715



4716 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Você  
4717 está demonstrando que você tem condições talvez de afinar com a proposta dos  
4718 Estados.

4719

4720

4721 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Com os Estados.  
4722 Estábom?

4723

4724

4725 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4726 Estábom. Entendi. Eu tinha inscrito o Dr. Bocuhy e a Dra. Fátima.

4727

4728

4729 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** Bem rápido. Como  
4730 eu havia dito inicialmente que, particularmente, não obstante ter sido utilizado o  
4731 termo padrão, que a palavra meta me parecia mais adequada, e discutindo aqui  
4732 conseguimos chegar num consenso de que ficará padrão mesmo, porque a meta,  
4733 penso eu, ela pode não ser cumprida, pode (...) muito. Então, padrão me parece  
4734 mais ideal por uma questão de implementação.

4735

4736

4737 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4738 Perfeito. Obrigada Dra. Fátima. Bocuhy. É isso mesmo? Então, vocês promovem a  
4739 alteração do texto, do conceito, conforme havia sido proposto de retorna a ser  
4740 padrão, é isso?

4741

4742

4743 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –** Isso  
4744 mesmo. Perdão. A nossa dúvida ainda é com relação a comunicação, mas com  
4745 relação a implementação entendemos que padrão é mais adequado.

4746

4747

4748 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Esse  
4749 daí eu posso... Bocuhy, haviam dois, quer ver? Você quer que retorne, porque aí  
4750 vocês se alinham ao texto Anamma e Abema, ou não?

4751

4752

4753 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –** A  
4754 diferença é meta e padrão?

4755

4756

4757 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,  
4758 é o final do texto lembra? Retira aquela melhoria gradativa, o de vocês não  
4759 chegou a ser mexido. O de cima Anamma e Abema temporários a serem  
4760 cumpridos em etapas. Então, eu acho que nós também podemos concordar com  
4761 isso, não?

4762

4763

4764 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –**  
4765 Podemos alinhar, então. Carlos Bocuhy, PROAM. Dra. Zilda, podemos alinhar.

4766

4767

4768 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
4769 não sei a CNI. Cadê o Wanderley? Eu vou ver com o Wanderley depois.  
4770 Wanderley, vocês podem concordar com esse conceito de padrões de qualidade  
4771 do ar intermediários. Eu estou achando que (...) e Ministério pode... Eu consultei a  
4772 Saúde aqui.

4773

4774

4775 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Achamos que sim.

4776

4777

4778 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4779 Então, pode ser da 26ª. Então, pronto. Mais uma vassourinha aí que passou. Já  
4780 botei 26ª entra todo mundo, por isso que eu perguntei ao Wanderley. Vamos lá.  
4781 Então, voltamos no art. 3º. Então, vamos tirar a definição de áreas degradadas,  
4782 porque ela não é mais aplicável ali no conceito. Bom, se for o caso de incluir de  
4783 novo, depois a gente inclui Alfredo. Tá? Então, tá. Vamos limpando, naquilo que  
4784 dar vamos limpando. A gente podia ter feito isso no GT se não fosse a  
4785 intransigência dos setores ali da Sociedade Civil, né, a gente podia ter feito isso no  
4786 GT. Evangelina e Bocuhy. Nós não estamos nem votando ainda ein. Nós não  
4787 estamos nem votando ainda e já conseguimos limpar o texto uma parte. Bom,  
4788 vamos lá. Art. 3º. Então, aí eu tenho essas propostas correto? Que eu elenquei.  
4789 Eu já tenho um possível indicativo... O que é agora? A Abema tem alguma  
4790 mudança nesse artigo?

4791

4792

4793 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Como a Abema tem, a  
4794 Abema está na sequência da PROAM.

4795

4796

4797 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4798 Vamos ver se a gente não consegue juntar outros para a Abema e limpar o  
4799 número de propostas.

4800

4801

4802 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Tem a possibilidade de  
4803 juntar Abema, Anamma e CNI, e CNC, mas como a PROAM está na ordem, está  
4804 na frente, a gente escuta e na sequência a gente apresenta. Tem uma questão,  
4805 então, revendo o que eu acabei de falar, tem uma questão de ordem, que a colega  
4806 vai precisar se ausentar, eu pediria a PROAM se não se incomodar, se Apromac  
4807 também, aproveitar a presença da colega da Anamma, se a gente pode só colocar

4808 na tela a nossa proposta e na sequência a gente ouve a argumentação de vocês.  
4809 Pode ser? Então, o texto é o que está naquele doc. Está aí já na máquina? É só  
4810 copiar todo o art. 3º. Não, o texto do documento que eu deixei ele tem novo artigo,  
4811 ele está diferente. Isso. Como nós dissemos pela manhã, as mudanças elas são  
4812 pequenas em termos de alteração do conteúdo, mas entendemos que elas são  
4813 importantes na medida em que há mais compromissos assumidos pelos Estados,  
4814 que foi o dever de casa que os Estados tiveram no Grupo de Trabalho. Então, qual  
4815 é a lógica? Tem o Wanderley aqui explicando a nossa proposta para vocês, para a  
4816 Anamma também e para a Sociedade Civil. Os padrões finais de qualidade do ar  
4817 determinados na Resolução são os valores da OMS, isso é que o Alfredo falou  
4818 que a gente pode ajustar, porque na definição a gente já diz se isso, então, a  
4819 gente troca esse *caput*, eventualmente os parágrafos podem virar artigos, mas  
4820 vamos olhar o mérito primeiro. O § 1º diz: “Os padrões de Qualidade do Ar  
4821 definidos no Artigo 4º são adotados sequencialmente, sendo que os Padrões de  
4822 Qualidade do Ar Intermediários PI-1, entram em vigor a partir da publicação desta  
4823 Resolução”. Esse ponto me parece com um ponto de consenso com todos os  
4824 setores. O § 2º: Os padrões de Qualidade do Ar subsequentes (PI-2, PI-3, PF)  
4825 serão adotados a partir de uma avaliação efetuada a cada 5 anos pelo CONAMA,  
4826 com base em proposta conjunta do Ministério do Meio Ambiente e órgãos  
4827 estaduais de meio ambiente, levando em consideração, aí surgem os planos, né,  
4828 que vamos definir abaixo. Os Planos Estaduais de Controle de Emissões  
4829 Atmosféricas e os Relatórios de Avaliação da Qualidade do Ar apresentados pelos  
4830 órgãos estaduais de meio ambiente. Aí um novo artigo vem apresentar. “Relatório  
4831 de Avaliação da Qualidade do Ar deve conter os dados de monitoramento, a  
4832 evolução da qualidade do ar. Os relatórios deverão ser apresentados no ano  
4833 anterior à avaliação a ser encaminhada ao CONAMA. E os órgãos estaduais de  
4834 meio ambiente, que não dispõe de dados, qualidade do ar enviarão comunicação  
4835 ao Ministério sobre esses fatos. Isso já estava na proposta anterior. A novidade  
4836 vem aí. Os Estados e Distrito Federal deverão elaborar em 3 anos um Plano  
4837 Estadual de Controle de Emissões Atmosféricas, que deverá ser definido em  
4838 regulamentação própria, porque pode depender de aprovação do legislativo, pode  
4839 ser algo do próprio executivo. Então, deixamos dessa forma. E aí seria um  
4840 parágrafo único: o Plano Estadual de Controle de Emissões Atmosféricas deverá  
4841 ter como diretriz os padrões de qualidade definidas nesta Resolução e no  
4842 PRONAR. Então, qual é a mudança? Ele traz o plano com uma data fixada em 3  
4843 anos e esse plano vai ser um instrumento que vai prever quais as ações vão ser  
4844 feitas para subsidiar a evolução do Estado, eventualmente com padrão  
4845 subsequente. Então, é essa mudança. A redação a gente pode aprimorar aqui,  
4846 mas é essa mudança que a gente traz. Entendemos pela leitura que fizemos da  
4847 proposta conversando com a Anamma, que também atende o que a Anamma  
4848 colocou, e atende também a proposta da CNI, CNC, Wanderley. Então, com isso a  
4849 gente ver que há uma convergência entre Abema, Anamma, CNI e CNC, porque  
4850 todos os pontos que foram colocados nas outras propostas foram aqui  
4851 contemplados. Atende em parte o que a Sociedade Civil coloca do PI-1 imediato,  
4852 mas diverge em relação a essa frequência de 5 anos e uma novidade, que é o

4853 plano, está sendo apresentado aqui como emenda agora. Então, esse é o  
4854 esclarecimento da proposta da Abema.

4855

4856

4857 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
4858 quero um esclarecimento, tem uma coisa que para mim não está clara. Então,  
4859 você está dizendo ali no novo artigo que em três anos vai elaborar o Plano de  
4860 Controle das Emissões Atmosféricas. Não é o Plano Estadual da Qualidade do  
4861 Ar?

4862

4863

4864 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não, não. O Plano  
4865 Estadual de Controle das Emissões Atmosféricas. Porquê? Se eu estou dizendo  
4866 que eu tenho um objetivo e eu ainda não tenho plena certeza, falando como  
4867 conjunto de Estados de onde eu estou, em alguns casos eu vou precisar fazer  
4868 inventário de fontes, ver qual é a minha situação atual. E estabelecer um objetivo  
4869 e definir como eu vou alcançar aquele objetivo. Quais são os papéis de  
4870 responsabilidades? Quem vai fazer o que? Como? Quando? Onde? Quanto  
4871 custa? Em que orçamento está previsto? Então, o plano vai ser o instrumento que  
4872 vai dizer como se alcançará aquele objetivo subsequente.

4873

4874

4875 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,  
4876 é porque o tempo todo na Resolução a gente falou em Plano de Qualidade do Ar e  
4877 não em Plano de Controle das Emissões Atmosféricas. A gente não falou esse  
4878 nome. É um ponto.

4879

4880

4881 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – O nome a gente pode  
4882 conversar. Mas, o mecanismo.

4883

4884

4885 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O  
4886 segundo ponto, eu vi ali... Então, não está claro para mim. Eles deverão elaborar  
4887 em plano em três anos, e como é que ficam os subsequentes? Revisões,  
4888 atualizações, quando?

4889

4890

4891 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Cinco anos a contar da  
4892 publicação.

4893

4894

4895 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Esse  
4896 encadeamento não está muito claro nessa proposta de vocês.

4897

4898

4899 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Tá. Eu vou esclarecer o  
4900 que nós quisemos escrever e a redação pode ser aprimorada. P1 imediato, a partir  
4901 da publicação da Resolução, a cada cinco anos se avalia a possibilidade de se  
4902 atender aos padrões subsequentes. Mas, vai se avaliar como? Com base nos  
4903 planos. Então, esses planos têm que ser apresentados antes.

4904

4905

4906 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois  
4907 é, mas lá você está falando que a avaliação é a cada cinco anos pelo CONAMA.  
4908 Se é a cada cinco anos pelo CONAMA, ela não é a cada a cinco anos pelos  
4909 Estados. Entendeu?

4910

4911

4912 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Exato. Por isso é que o  
4913 plano tem que ser elaborado antes.

4914

4915

4916 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4917 Então assim, que eu tenho que ter um tempo para mandar para o Ministério, o  
4918 Ministério analisar, enviar ao CONAMA e o CONAMA deliberar.

4919

4920

4921 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Exato. Por isso que o  
4922 plano é em três anos, o relato é um ano antes desses cinco anos, e os cinco anos  
4923 ficam sendo o ciclo de revisão para avançar para os padrões subsequentes. Por  
4924 isso que esse tempo foi considerado, por isso que é três anos, não poderia ser  
4925 cinco anos, senão convergiria com o primeiro ciclo de revisão.

4926

4927

4928 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4929 Entendi.

4930

4931

4932 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Então, em três anos vai  
4933 chegar aqui o plano, todos os Estados vão apresentar. No quarto ano, o relatório  
4934 com a evolução dos resultados. No quinto ano, prestação de contas. E aí a gente  
4935 vai discutir com base naquilo que é possível, nas possibilidades existentes, se é  
4936 viável, e em que prazo estabelecer o padrão dois. Aí chegando aqui, o padrão dois  
4937 vai ser colocado em quatro anos, três anos, seis anos, cinco anos. Se a gente vai  
4938 discutir à luz dos dados que vão refletir a realidade. Eu gostaria, Zilda, se me  
4939 permitir passar para o Cláudio complementar.

4940

4941

4942 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Cláudio Alonso, CETESB. Eu  
4943 gostaria de atentar a um fato. Existem conceitos, às vezes, atrás do que se fala  
4944 que eles não ficam muito claro, mas a gente tem e é bom esclarecer. Assim como

4945 a gente tem uma fissura especial em preservação áreas não degradadas, a gente  
4946 também tem uma coisa que é pouco falada, mas num certo tempo atrás no  
4947 CONAMA se falava com bastante propriedade. Está certo? A gente está mudando  
4948 um pouco o critério botina de ferro do comando e controle para um critério que  
4949 sem dúvida tem um comando, que sem dúvida tem o controle, mas tem uma  
4950 ligação política entre o comando e o controle que é a forma moderna de gerenciar.  
4951 Atrás disso tudo que a gente está falando tem esse conceito. Sai da botina de  
4952 ferro o comando e controle que não funciona, veja todas as resoluções de  
4953 comando e controle do CONAMA que não funcionaram para uma gestão para que  
4954 o comando seja feito e o controle satisfaça o comando que foi dado. Existe esse  
4955 conceito atrás de tudo que falou, que a gente discutiu bastante, mas eu quis  
4956 esclarecer porque não fica claro na redação. Existe uma fuga do comando e  
4957 controle puro e simples para um gerenciamento considerando comando e o  
4958 controle. Por quê? porque nesse meio tempo toda uma negociação é feita.

4959  
4960

4961 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá.  
4962 Eu tenho no anexo do texto proposto relatório de monitoramento da qualidade do  
4963 ar. Eu tenho no art. 3º em uma proposta de São Paulo sobre relatório de avaliação  
4964 da qualidade do ar, eu tenho que ter um nome só para isso tudo. Vocês criaram  
4965 um nome diferente aqui ainda Plano de Controle das Emissões Atmosféricas.

4966  
4967

4968 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – O plano é um  
4969 instrumento.

4970  
4971

4972 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Nós  
4973 estamos tratando de qualidade do ar aqui, a gente tem que ter uma uniformização  
4974 dos temas. Entendeu?

4975  
4976

4977 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Sim, o plano é um  
4978 instrumento, o relatório é outro, os dois coexistem, um tem o objetivo de  
4979 especificar a forma como o objetivo vai ser alcançado. O relatório, ele apresenta  
4980 os resultados. Então, esses são os objetivos.

4981  
4982

4983 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Isso  
4984 tem que estar claramente descrito na Resolução, porque hoje não está. Espero  
4985 que vocês tenham detalhado isso para poder nos trazer. Bocuhy.

4986  
4987

4988 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Carlos  
4989 Bocuhy do PROAM. Eu gostaria de fazer uma pergunta para o André. Doutor  
4990 André, por gentileza, vocês estão abolindo com isso o PCPV?

4991

4992

4993 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – De forma alguma.

4994

4995

4996 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Como é  
4997 que isso se casa com o PCPV?

4998

4999

5000 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Exato, cada... Eu vou  
5001 pedir só uma questão de ordem, eu não sei se... A colega da ANAMMA precisa  
5002 sair? Mas, em havendo alinhamento da ANAMMA em relação à proposta que  
5003 estamos apresentando, se a gente eventualmente poderia já colocar, o  
5004 representante que ainda vai ficar concordando com uma proposta da ANAMMA e  
5005 da ABEMA? Então, só para registro, há convergência da ANAMMA e a ABEMA  
5006 nessa proposta, e a gente vai aprimorar a redação nesse tempo. De forma alguma  
5007 aboliria o PCPV. O que nós colocamos como plano é para que se tenha de forma  
5008 oficial o compromisso de como os Estados estão se preparando para atender a  
5009 aquele padrão subsequente. Isso envolve conversar com outros órgãos do  
5010 Executivo, Secretária de Transportes, certamente os municípios. Pode envolver a  
5011 necessidade de aprovação de uma lei na Assembleia Legislativa. Então, uma  
5012 coisa não se dá em detrimento da outra, a ideia é fortalecer os instrumentos e  
5013 garantir que o compromisso seja apresentado e oficializado. Mas, sem detrimento  
5014 de outros planos e programas bem-sucedidos. Eu espero ter esclarecido.

5015

5016

5017 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Doutor  
5018 André, poderia responder mais uma questão? Na avaliação de vocês quanto  
5019 tempo levaria para você atingir o padrão final em um sistema que você permite  
5020 uma reavaliação a cada cinco anos? Nós tivemos três etapas, nós vamos ter 15,  
5021 20 anos para isso? É isso?

5022

5023

5024 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não é esse o raciocínio.  
5025 Me permite explicar melhor. O que nós estamos propondo aqui é que a haja um  
5026 ciclo de reavaliação a cada cinco anos, a gente não está dizendo  
5027 automaticamente que o prazo é de cinco anos. Podemos chegar no quinto ano,  
5028 por exemplo, e identificar com base no plano e nos resultados que nós tivermos  
5029 que em um ano conseguimos passar para o P2 ou que em dois ou seis anos. A  
5030 gente não está estabelecendo o prazo. Hoje nós estamos não temos condições de  
5031 dizer justamente porque muitos Estados ainda não têm informações com a  
5032 precisão adequada para definir a situação atual. Então, ser de cinco em cinco  
5033 anos não quer dizer que sejam 20 anos, porque os prazos já de atendimento  
5034 podem ser menores. Mas, entendemos que tem que ter um prazo previsto para  
5035 que se retorne e se rediscuta, uma vez que os padrões já vão estar estabelecidos  
5036 aqui. A discussão que teremos no futuro seria apenas em relação aos prazos de

5037 implementação daquele padrão, e isso vai se dar com base nos resultados que  
5038 nós tivermos, e nossas possibilidades dentro da exequibilidade. Então, essa é a  
5039 ideia que nós estamos apresentando.

5040

5041

5042 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5043 **(Apromac)** – Posso fazer uma pergunta?

5044

5045

5046 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
5047 **Pode, se identifique.**

5048

5049

5050 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5051 **(Apromac)** – Na hipótese de não poder haver a determinação da próxima etapa,  
5052 de acordo com o relatório apresentado, o que vai acontecer? Nessa análise de  
5053 relatório já teria que se determinar o próximo passo, ou você teria mais cinco anos  
5054 para fazer a segunda análise? E se depois de novo, não tiver condições de se  
5055 atingir, como que fica isso?

5056

5057

5058 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Tudo depende da  
5059 condição que nós estaremos daqui a esse tempo. A diferença entre a proposta... A  
5060 diferença... A situação que nós nos encontraremos daqui a cinco anos vai ser o  
5061 que vai determinar se o próximo padrão vai poder ser alcançado em um ano, dois  
5062 anos, cinco anos, quatro anos. Nós não temos como saber isso a priori, porque  
5063 faltou o diálogo começar pelo início, que é qual é a situação atual, hoje? Para a  
5064 partir daí se estabelecer onde eu quero chegar. E realmente responder à pergunta  
5065 de como que eu vou chegar lá? Então, se eu não responder a essas três  
5066 perguntas que parece que foram perguntas existenciais, mas eu preciso  
5067 minimamente saber onde eu estou, para onde eu vou e como eu chego. A gente  
5068 está discutindo aqui assim, onde eu quero chegar. Mas, eu não preciso, e ainda  
5069 não temos isso uniformemente para todos os Estados a resposta à pergunta, onde  
5070 eu estou. Salvo melhor juízo nenhum Estado ainda tem o seu inventário de fontes  
5071 feito. Então, se eu não sei a condição atual fica difícil estabelecer um prazo para  
5072 chegar, o que nós estamos concordando aqui é de má estabelecer os padrões na  
5073 OMS, os valores guias recomendados pela OMS no intermediário e voltarmos a  
5074 discutir o prazo de implementação. Agora, vai tudo depender da situação que se  
5075 encontrar no momento futuro. A grande diferença é que aqui nós estamos criando  
5076 um dispositivo que é a apresentação desse compromisso pelos Estados que é o  
5077 Plano de Controle de Emissões ou o nome que nós entendemos melhor. Porque  
5078 ali nesse plano ele vai dizer, “olha, eu vou chegar nesse padrão estabelecendo  
5079 essas ações”. Eu vou... Aqui estou colocando exemplos aleatórios, “ah eu vou ter  
5080 que instalar rodízio”, “eu não vou permitir mais que nenhuma indústria se instale  
5081 em determinada região”. As ações o plano que vai indicar, mas o plano, ele tem  
5082 que começar pela situação atual, o cenário base. Então, é isso que a gente está



5083 colocando, porque, na verdade, faltou essa linha de base no início, e agora essa  
5084 informação está fazendo falta aqui na discussão.

5085

5086

5087 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5088 **(Apramac)** – Mas, por exemplo, São Paulo e Espírito Santo, eles tiveram Decreto,  
5089 eles fizeram isso, eles fizeram análise, eles já andaram, dos oito Estados  
5090 teoricamente cinco já tem uma condição de dizer, pode não ter o plano, mas tem  
5091 uma condição, já tem um relatório de monitoramento de qualidade de ar que vem  
5092 a um tempo. E isso já está para se prevê. E porque fazer o plano esperar essa  
5093 aprovação para depois determinar a mudança? Por quê? a minha pergunta é,  
5094 porque que já não se determina o padrão e já se faz o plano, se ajusta para  
5095 cumprir e chegar lá? E existem diferença entre os Estados. Tem Estado... Tem os  
5096 Estados, por exemplo, que não têm o monitoramento, eles não vão conseguir nem  
5097 implementar o monitoramento teoricamente nesses três anos. Obviamente que eu  
5098 acho que para aqueles que não têm... Aí teria que ver o PRONAR, teria que  
5099 aceitar outras formas de monitorar com recursos menores, e etc., metodologias.  
5100 Mas, qual é a razão? Primeiro, para ter três anos para fazer um plano para os  
5101 Estados três anos, porque três anos? Essa é uma pergunta de fazer o plano e  
5102 depois no quarto ano fazer o relatório, pelo que eu entendi, para depois no quinto  
5103 ano o MMA responder. Porque colocar todos os Estados nessa proposta no  
5104 mesmo nível quando eles não têm já o mesmo nível, o mesmo preparo? Outro  
5105 estão mais preparados, outros estão menos e outros nem têm condições de fazer  
5106 isso. E de novo, eu vou fazer a pergunta que você não me respondeu. A pergunta  
5107 que eu fiz anteriormente, eu entendi a logística da ideia de vocês, mas de novo, se  
5108 caso não puder se cumprir a mudança do padrão mesmo que seja igualmente  
5109 para todos os Estados, o que aconteceria, qual o próximo passo? Nós teríamos  
5110 mais cinco anos, dez anos para pensar em mudar para a outra meta? O que  
5111 aconteceria? É isso.

5112

5113

5114 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Então, é a primeira...

5115

5116

5117 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
5118 Deixa eu fazer um esclarecimento antes. Evangelina, eu não posso... Eu não sei  
5119 se eu entendi bem a sua colocação, mas eu não consigo fazer uma regra diferente  
5120 para quem já tem algum mecanismo de monitoramento da qualidade do ar ou para  
5121 alguém que não tenha. Normalmente com resoluções do CONAMA eu dou um  
5122 padrão, o mesmo para todo o País. Mesmo que eu veja, mesmo que eu saiba que  
5123 alguns Estados já têm planos implantados, já têm sistema de monitoramento.  
5124 Então, eu não tenho como fazer, é difícil o exercício, mas o CONAMA procura ter  
5125 a mesma regra para todos assim. Aí eu passo a palavra para o... Para poder  
5126 responder.

5127

5128

5129 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5130 **(Apromac)** – Só um comentário em relação ao que você disse, Zilda. No caso não  
5131 se pode então, como você está dizendo fazer a diferença. Certo? E aí nós temos  
5132 Estados que não têm nenhum monitoramento, nenhum equipamento e nem nada.  
5133 Então, se a gente fosse partir disso teoricamente nós não teríamos nem... Esses  
5134 Estados nem três anos teriam cumprimento.

5135

5136

5137 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
5138 Provavelmente vai ocorrer isso.

5139

5140

5141 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5142 **(Apromac)** – Pois é, então? E a gente já sabe disso, porque... E aí a pergunta que  
5143 eu faço, o PRONAR, ele foi determinado há 28 anos atrás em que determinava o  
5144 programa. E aí eu vou fazer a pergunta que a gente fez lá não Grupo de Trabalho  
5145 de 2014. Se não há uma fiscalização, não há uma ascensão, não há uma forma  
5146 de obrigar os Estados a terem o monitoramento, para quicá pensar num plano de  
5147 três anos de como administrar ou como fazer um plano de gestão. O que  
5148 aconteceria nesse tempo? O que muda do que já existe nas nossas mãos e hoje  
5149 em termos de mudança? O que traz isso? Para mim ouvindo isso é como se eu  
5150 voltasse à estaca zero e dissesse, “bom, se a gente tem um PRONAR que não é  
5151 cumprido, não é fiscalizado, não existe sanção, não vai obrigar, os Estados não  
5152 têm financeiramente condições”. Então, como que em três o Estado vai fazer um  
5153 plano que ele nem sabe qual é o diagnóstico que ele tem?

5154

5155

5156 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Olha,  
5157 lá quando o Ministério do Meio Ambiente fez a proposta e apresentou no final de  
5158 2013. O Ministério do Meio Ambiente apresentou junto uma avaliação do  
5159 PRONAR. O PRONAR quando foi criado teve recurso investido, teve capacitação,  
5160 criou rede monitoramento da qualidade do ar. Ele fez isso tudo direitinho com o  
5161 dinheiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Programa de  
5162 Meio Ambiente do Brasil, e o PRONAR teve toda essa execução. A gente já até  
5163 comentou isso nas reuniões do Grupo de Trabalho. E aí eu te pergunto, jogo a  
5164 pergunta, quem fiscaliza os Estados se eles não cumprirem? Legalmente, do  
5165 ponto de vista legal, quem fiscaliza? A sociedade, o Ministério Público. Mas, não  
5166 nem o Ministério e nem o IBAMA tem o poder de fiscalizar o Estado para  
5167 cumprimento da Resolução do CONAMA.

5168

5169

5170 *(Intervenção fora do microfone).*

5171

5172

5173 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5174 **(Apromac)** – Eu já te falei, é o nosso arcabouço constitucional que é desse jeito.

5175

5176

5177 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
5178 não posso fazer nada, quem pode nos ajudar é o Ministério Público.

5179

5180

5181 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** É rapidamente, por  
5182 favor. Foi lembrado várias vezes a competência do 140 da Lei Complementar.  
5183 Mas, quando a Constituição diz que é dever de todos não é somente o Ministério  
5184 Público, é dever realmente de toda a sociedade, de todos as autarquias, e,  
5185 inclusive o IBAMA penso eu. Eu teria que estudar profundamente, eu vou pedir,  
5186 vou resgatar as degravações, vou pedir e vou ver quanto à atribuição do IBAMA,  
5187 porque eu acho que é obrigação de todos, e está isso na Constituição. Então,  
5188 esses todos, pode ser assim utópico. Mas, pode-se efetivar através de medidas.

5189

5190

5191 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
5192 Quando eu ponho todos e não dou o endereço correto, eu não digo quem vai  
5193 fazer. Eu acho que assim, esse é o entendimento que eu tenho.

5194

5195

5196 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** A nossa Constituição  
5197 usa essa palavra todos, porque é responsabilidade de todos.

5198

5199

5200 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Sim,  
5201 mas ela cria por meio de outros instrumentos obrigações específicas no que diz  
5202 respeito...

5203

5204

5205 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** Mas, que ele pode  
5206 descumprir a dela.

5207

5208

5209 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
5210 sei, mas ninguém está descumprindo a dela. Eu estou dizendo o seguinte...

5211

5212

5213 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** Sob pena de  
5214 inconstitucionalidade.

5215

5216

5217 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,  
5218 eu estou dizendo o seguinte, eu tenho uma Resolução, ela cria obrigações para os  
5219 Estados. Os Estados não vão estabelecer mecanismos de controle da poluição,  
5220 eles têm que controlar atividades difusas, fixas e móveis que geram a poluição do

5221 ar. Correto? Genericamente como eu avalio? Quem foi que não cumpriu a sua  
5222 etapa? Foi a indústria que não efetuou os mecanismos de controle ou foi o Estado  
5223 que não fez o plano?

5224

5225

5226 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5227 **(Apromac)** – Aí são coisas diferentes, o plano inicial o que uns chamaria de plano,  
5228 então é um problema muito maior de nomenclatura. Mas, e depois o controle tem  
5229 que ser feito por todos, por Estado... O Estado através das suas autarquias, de  
5230 seus Ministérios, de suas Secretárias, do Ministério Público, da Defensoria  
5231 Pública, eu acho que em um primeiro momento é como se pusesse a carroça na  
5232 frente do boi. Nós temos que fazer normas para serem cumpridos. A discussão de  
5233 quem vai cumprir ou deixar de cumprir, isso é um segundo plano. Olha, está aqui  
5234 você faça isso, se você descumprir tem na lei também da política nacional a  
5235 penalidade. Agora, isso fica para um plano depois, porque se não vai ficar aqui  
5236 eternamente se discutindo. Mas, quem vai atrás? Quem vai fazer isso? Então, a  
5237 preocupação inicial é fixar normas para cumprimento, para um meio ambiente  
5238 saudável, equilibrado e daí o homem e a saúde do homem. Não preciso repetir o  
5239 que ela falou tão enfaticamente das mortes. Há necessidade disso sim. Agora,  
5240 quem vai fiscalizar cabe a nós.

5241

5242

5243 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É,  
5244 mas foi isso que a Evangelina falou. Quer dizer, quem fiscaliza os Estados, o  
5245 Ministério do Meio Ambiente não tem poder de fiscalização. O IBAMA tem um  
5246 poder limitado dentro das competências de ser um órgão federal, ele trata...

5247

5248

5249 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Não, ele tem as suas  
5250 Secretárias Estaduais.

5251

5252

5253 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
5254 o IBAMA não tem. O IBAMA tem superintendências para atuar na área de que ele  
5255 é de competência.

5256

5257

5258 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Por delegação?

5259

5260

5261 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
5262 é por delegação. Não. É o que ele tem atribuição legal. Não é o que é por  
5263 delegação. Por delegação, eu entendo que é diferente. A não ser que assim que,  
5264 por exemplo, o IBAMA durante anos fez todas as atividades de monitoramento de  
5265 queimadas, hoje existe uma delegação para os Estados fazerem isso, e o

5266 IBAMA... Não, mas... E isso foi feito. Mas, depois da LC 140 a figura do IBAMA  
5267 mudou para a área de queimados.

5268

5269

5270 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Mas, lá está  
5271 específico, para a área de queimados.

5272

5273

5274 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
5275 sei.

5276

5277

5278 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Zilda, é só questão de ordem, assim que se abriram  
5279 várias perguntas e a gente não está voltando e respondendo.

5280

5281

5282 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Isso  
5283 foi discutido com a Doutora Evangelina durante o GT, foi sugerida a colocação de  
5284 dois artigos que a gente não concorda, um era que o IBAMA fizesse os planos e a  
5285 tarefa de monitoramento da qualidade do ar, se os Estados não fizerem, o IBAMA  
5286 não tem essa competência. E outra seria colocar uma regra de autuação dos  
5287 Estados que não cumprirão o que estava nessa Resolução. Quem vai fazer isso?  
5288 A gente não tem esse poder. Eu coordeno no País a implementação da política de  
5289 resíduos sólidos, se o município não construir um aterro e não tiver tratamento  
5290 adequado para os resíduos, mesmo poluindo, eu não tenho como fechar o lixão.

5291

5292

5293 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – E é uma lei.

5294

5295

5296 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
5297 não tenho como fechar o lixão. Isso ocorre paulatinamente por meio de um TAC,  
5298 isso é muito bem-vindo, mas que tudo.

5299

5300

5301 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Mas, judicializando a  
5302 questão tem sim, por causa da questão do poluidor, pagador.

5303

5304

5305 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim,  
5306 mas aí ele fecha o lixão. Se eu não tiver o TAC, ele vai fechar o lixão e vai colocar  
5307 o lixo aonde, se não tiver um local próprio? Aí eu Estado que fechei a atividade, eu  
5308 vou ter que dar destino ao lixo para o lugar dele. É assim que funciona. Então,  
5309 bom, são várias questões. Agora passo para o André.

5310

5311

5312 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu só queria ter a  
5313 oportunidade de responder as perguntas que foram colocadas, se não... Os  
5314 assuntos são muitos e o tema é interessante, e tal. Mas, só para a gente não  
5315 perder um pouco o foco, né, porque a gente não quer aqui deixar de responder  
5316 nenhum questionamento. Então, Doutora Evangelina em relação a sua pergunta,  
5317 porque três anos? E aí eu vou me basear em uma pergunta que foi feita várias  
5318 vezes nos últimos três minutos, quem vai fazer? Então, porque três anos? Porque  
5319 eu preciso definir papéis de responsabilidade que hoje não estão definidos, e  
5320 definir papéis de responsabilidades, além de um longo processo de negociação  
5321 para fazer um estudo, qualquer coisa dentro do serviço público eu tenho que ter  
5322 reserva, eu tenho que licitar, eu tenho que contratar. E os nossos tempos são  
5323 diferentes. Querendo ou não tem que ter orçamento, a gente está em uma  
5324 situação de contingenciamento nos Estados.

5325

5326

5327 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

5328 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Ah, você está dizendo  
5329 que acha pouco? Mas, esse prazo que foi colocado, foi um prazo em resposta a  
5330 ousadia que os Estados estão querendo assumir. A gente sabe que é um prazo  
5331 apertado, a gente sabe que aprovada a resolução que a gente vai ter que começar  
5332 a trabalhar antes de ontem para entregar esse plano. Mas, é alguma coisa que  
5333 nós conseguimos, com consenso com todos os Estados de trazer aqui para  
5334 apresentar. Lembrando também, ano que vem é ano de eleição, que tudo bem  
5335 acaba interferindo, questões de mudança de Governo. Mas, assim mesmo que  
5336 não fosse ano de eleição o próprio rito financeiro e orçamentário que a gente está  
5337 submetida os órgãos de controle impede que a gente faça com uma celeridade  
5338 maior. O que a gente está colocando é pela primeira vez a gente vai ter no papel a  
5339 situação atual e no papel os compromissos assumidos. O determinado Estado não  
5340 quis assumir, aí dentro de cada Estado vão ter também a representação dos  
5341 setores. Tem os Conselhos Estaduais, se for definido no âmbito do Conselho  
5342 Estadual ou se for no âmbito do Legislativo também está lá representado e vai  
5343 exigir mais ou menos daquele Estado que vai ter que ser analisado caso a caso,  
5344 porque a situação vai depender da situação econômico/financeiro do Estado, das  
5345 prioridades. O que a gente está dizendo aqui e o seguinte, vamos apresentar um  
5346 documento onde o Estado vai se comprometer com quem ele vai fazer, com papel,  
5347 responsabilidade, quem, quanto, onde, como, o que vai ser feito. Com o objetivo  
5348 de, ali fala, com o objetivo guiados pelos valores guias da MS. Então, o objetivo do  
5349 plano, é alcançar, na medida do possível o que for possível dos valores guias. Isso  
5350 vai ser apresentado aqui. Agora, outra pergunta, o que acontece se não atender?  
5351 Eu vou chegar a um momento onde eu já tenho os padrões estabelecidos, os  
5352 valores guias, a discussão dessas resoluções, vão ser resoluções muito simples,  
5353 vão ser resoluções de prazo apenas, porque o mérito já vai estar aqui nessa  
5354 Resolução. Então, o que a gente daí discutir é, em quanto tempo considerando o  
5355 conjunto dos Estados e também a realidade dos municípios, é possível ou não  
5356 avançar para o próximo. Agora, isso nesse momento agora não temos como  
5357 responder. Esperamos ter daqui a cinco anos, mas aí a gente vai ter dados e fatos

5358 para discutir. A gente não vai assim, eu acho que dá para fazer, eu acho que não  
5359 dá, a gente pela primeira vai ter dados e fatos de todos os Estados. Eu peço só  
5360 para o Cláudio Alonso complementar.

5361

5362

5363 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Olha, a experiência nossa mostra  
5364 o seguinte, tem coisa que a gente não tem experiência, a gente nunca trabalhou  
5365 com metas, com prazos, com etapas, chame-se o nome que quiser. O que vai  
5366 acontecer daqui a cinco anos? Se você quiser saber a minha resposta  
5367 absolutamente honesta, é o seguinte, não sei. O que eu sei é o seguinte, nós  
5368 vamos ter um conjunto de instrumentos na mão para dar um encaminhamento  
5369 muito melhor do que a gente está dando hoje. Porque três anos ou porque cinco  
5370 anos? Veja, nós estamos há quatro anos para fazer um pequena Resolução que  
5371 mal vai ocupar três páginas. Imagina os Estados a fazerem tudo isso. Pela manhã  
5372 eu falei uma coisa e eu falei com muita ênfase, que um dos instrumentos, um dos  
5373 instrumentos, é um dos instrumentos do Estado de São Paulo não tem  
5374 monitoramento em todos as cidades. Mas, ele tem instrumentos para controlar a  
5375 poluição do ar aonde ele não monitora. Isso você faz parte de um plano. Por quê?  
5376 Porque você cria ao fazer o plano, e eu não vou discutir aqui, porque não é o  
5377 caso, senão vira uma bagunça maior. Você entendeu? É um dos instrumentos,  
5378 você tem licenciamento. O licenciamento está sendo feito? O licenciamento, ele é  
5379 obrigado? Ele é obrigado, porque tem uma Resolução do CONAMA que para a  
5380 fonte velha é de um jeito, para a fonte nova é outra, na renovação está sendo  
5381 cumprido? Na fonte nova a gente está exigindo o que o CONAMA estabelece?  
5382 São instrumentos, eu não preciso estar mediando a qualidade do ar para saber se  
5383 eu estou degradando ou se eu estou corrigindo, ou se eu estou não deixando  
5384 degradar. É claro que existem instrumentos outros que não são de qualidade. Por  
5385 isso que qualidade, o que a gente está fazendo aqui é um dos instrumentos, tem  
5386 vários outros, e ele não pode ser o único, ele é apenas um avaliador do que está  
5387 sendo feito. Ele vai ser feito onde? Aonde a qualidade do ar é notadamente  
5388 degradada. Eu não vou pegar o interior do Amazonas e botar uma rede de  
5389 monitoramento de qualidade do ar, isso é insanidade. Mas, eu vou ter um jeito de  
5390 se uma refinaria quiser se instalar lá, eu tenho um monte de instrumentos para  
5391 gerenciar que aquilo não se degrade. Então, o que vai acontecer daqui a cinco  
5392 anos? Não sei. Eu só sei que a gente vai ter um instrumental na mão, muito bom e  
5393 a gente vai ter avançado muito. A gente tem que ter essa humildade, a gente não  
5394 sabe, ninguém sabe. Se alguém falar que sabe, “ah eu vou reduzir o padrão”. E  
5395 daí que reduziu? Melhorou a qualidade? É isso que me interessa. Então, tem  
5396 que... A beleza dessa Resolução é o passo a passo concreto que a gente vai  
5397 conseguir dar. Se em que pese os primeiros cinco anos vão ser um pouco... Pois  
5398 é, mas já estamos a sete aqui sem fazer nada. Então, a gente tem instrumentos,  
5399 muitos, a qualidade do ar é um deles. O que vai acontecer daqui a cinco anos  
5400 depende do que a gente fizer até lá, e depende do que sair dessa Resolução.

5401

5402

5403 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
5404 Obrigada Cláudio. Eu passo a palavra para o Bocuhy. Tem mais algum inscrito?

5405

5406

5407 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –** Carlos  
5408 Bocuhy, PROAM. Eu gostaria, Doutor André, de dizer um pouquinho da minha  
5409 decepção com essa proposta de vocês. Pelo seguinte motivo, nós sabemos que  
5410 em processo de despoluição e nós estamos tratando aqui de casos praticamente...  
5411 O que nos preocupa são as desconformidades nos Estados, e esses casos em  
5412 situações bem-sucedidas de projetos de despoluição depende de uma grande  
5413 vontade política. Essa grande vontade política no caso da poluição atmosférica no  
5414 Brasil passaria em primeiro lugar por isso que nós estamos fazendo aqui, que é  
5415 você adotar um padrão e a adotar um prazo para o atingimento. Isso nos levaria a  
5416 uma situação de sair do imobilismo e ter um compromisso um deadline para que a  
5417 gente pudesse perseguir o objetivo. Um caso concreto com relação a despoluição,  
5418 se a gente puder comparar, o Ministro do Meio Ambiente da Inglaterra tomou mil  
5419 cafés da manhã para despoluir o Tâmsa. Porque ele priorizou a articulação  
5420 política com todos os setoriais, para conseguir despoluir o rio. Em São Paulo a  
5421 gente tem um projeto que não anda há muito tempo. Então, esse empenho político  
5422 é o que nós esperamos de vocês. Isso não demanda grandes discursos, na  
5423 verdade, demanda uma grande articulação política, eu vou lhe dar um exemplo,  
5424 nós temos aqui a questão do Euro 6. O Euro 6, a mudança dos motores diesel,  
5425 isso demandaria uma atitude quase que imediata da indústria, o Brasil fabrica  
5426 Euro 6 e vende para o Chile e nós não temos isso aqui no Brasil. Nós estamos  
5427 questionando o financiamento do Euro 6... Do Euro 5, aliás, porque como é que  
5428 ainda se financia no Brasil através do BNDES, veículos pesados com recurso  
5429 público, e a gente sabe que a desconformidade está matando gente. A questão  
5430 além da mudança para o Euro 6, a Alemanha implementou um programa grande  
5431 com relação a Retrofit e que o programa chamava-se nenhum diesel sem filtro.  
5432 Isso praticamente liquidou no prazo de dois anos o material, particularidade da  
5433 Alemanha. Foi um programa bem-sucedido e há fundos internacionais que podem  
5434 ser envolvidos para isso. Com relação ao RVR que seria combater os HCs na  
5435 formação de ozônio troposférico, os Estados Unidos são bom exemplo, eles estão  
5436 bem à frente com uma série de atualizações tecnológicas que a gente não tem no  
5437 Brasil, não só nos postos de gasolina, mas também nos veículos. E o Brasil  
5438 poderia dar esse salto e o custo disso para a indústria é pequeno. Me parece que  
5439 o custo de uma RVR para um veículo leve seria de 30 dólares por unidade. Então,  
5440 esse tipo de conjunto de ações que, na verdade, dizem respeito ao PRONAR ao  
5441 PROCONVE. Não é? Que a Doutora Jacimara está aqui. Esse tipo de perspectiva  
5442 é que a gente quer ver de vocês, porque isso é concreto, isso é você fazer  
5443 acontecer a política, por a limpo a partir desses gargalos que para nós da  
5444 sociedade civil estão absolutamente identificados. Nós estamos conversando com  
5445 esses setores, na verdade. Então, quando vocês propõem um tempo para estudar,  
5446 para monitorar, isso é uma parte do processo, mas a ação política real é outra.  
5447 Não é? Então, eu queria propor a vocês essa reflexão, de quais são as medidas  
5448 mais emergenciais que podem ser tomadas e que como isso pode ser conversado



5449 com ANFAVIA? Porque a indústria, na verdade, muitas vezes a ANFAVIA pelo  
5450 gigantismo acaba não conversando nem com o próprio setor ou setores da  
5451 indústria. Não é? E dizer que toda essa tecnologia está disponível, não é uma  
5452 coisa desconhecida, ninguém vai inventar a roda. Não é? Então, essa factibilidade  
5453 é que nos assusta. Nós vamos ficar esperando os Estados de acordo com a sua  
5454 possibilidade financeira, econômica, resolverem um problema que está matando  
5455 gente. Enquanto você pode resolver o problema por vontade política, como é que  
5456 a gente desenvolve essa tremenda campanha para mover vontade política para  
5457 resolver problema? Então, eu entendo o papel dos técnicos. Os técnicos ficam  
5458 entre a cruz e a caldeirinha, porque eles querem fazer acontecer, mas se você não  
5459 tiver uma injeção de vontade política, você não vai fazer acontecer. O seu plano,  
5460 ele, na verdade, ele não vem de encontro ao que nós entendemos como medidas  
5461 emergenciais. Nós estamos propondo isso para o Ministério, para o Governo de  
5462 São Paulo, para várias situações de ficticidade e nós entendemos que isso é  
5463 factível, por isso que nós estamos defendendo nove anos. Nós não estamos  
5464 defendendo nove anos por nada, nós estamos defendendo nove anos na  
5465 perspectiva dessas ações serem concretizadas no Brasil. Então, eu gostaria que  
5466 vocês da ABEMA refletissem sobre essa possibilidade de uma articulação política,  
5467 e, inclusive conversar com o Ministério, conversar com a Casa Civil, dá em  
5468 impulso nessa questão, porque o custo para a saúde pública vai chegar a um  
5469 ponto que vai inviabilizar. Nós estamos em uma crise econômica, nós temos uma  
5470 retração hoje de poluição nas metrópoles de 20% com relação... Aliás, o fluxo  
5471 tráfego de 20% com o que estava. O dia que voltar em 2020, eu espero, 2019,  
5472 uma certa pujança econômica, nós vamos ter um problema sério de acréscimo de  
5473 poluição, principalmente os grandes centros. Então, a perspectiva que se desenha  
5474 para nós é o agravamento da situação no futuro, e se os Estados, as agências de  
5475 controle que são as responsáveis pela execução do controle, da política, elas  
5476 deveriam apresentar um plano de controle corajoso alinhado com uma visão  
5477 política corajosa também. De saneamento. Não é? Eu gostaria que o engenheiro  
5478 Olímpio complementasse, por favor, se o senhor me permite. Que é uma questão  
5479 mais técnica.

5480

5481

5482 **O SR. OLÍMPIO DE MELO ÁLVARES JR (PROAM)** – Eu queria agregar em  
5483 aspecto dentro de toda essa discussão que eu acabei de cochichar ali no ouvido  
5484 do João Câmara, que é o seguinte, nós estamos fazendo toda essa discussão  
5485 aqui sob a sombra da possibilidade de uma ação judicial, de uma penalização dos  
5486 responsáveis pelo não atendimento do cumprimento das metas intermediárias, e  
5487 dos padrões finais de qualidade do ar. A qualidade do ar, ela depende de dezenas  
5488 de setores, com dezenas de responsáveis. O que se vai fazer, você vai prender  
5489 um Secretário de Transporte? Vai dar uma multa milionária para uma prefeitura,  
5490 para um Governo? Vai tocar um Governador na cadeia? Não é? Quer dizer, isso  
5491 não faz sentido, uma penalização nem monetária, nem administrativa para  
5492 ninguém. O pior é você identificar quem foi o responsável pelo não atendimento da  
5493 meta, ou do não atendimento do padrão final. Então, eu acho que a gente teria  
5494 que aqui a nossa responsabilidade de abolir a questão da penalização. Ah não

5495 deu para chegar na meta? Não. Então, vamos fazer um termo de ajuste de  
5496 conduta onde o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos Estaduais  
5497 teriam um papel fundamental de acompanhar aquele termo de ajuste de conduta.  
5498 Porque nós não vamos conseguir penalizar ninguém. E aí acaba esse temor,  
5499 assim horroroso de não cumprir a meta e de estabelecer uma meta mais ousado,  
5500 mais adequada para acelerar a implantação das medidas. Sem essa sombra aí da  
5501 possibilidade de uma punição dos governos. Eu acho que isso que os governos  
5502 temem é essa punição. E se a gente tirar essa punição do horizonte, eu acho que  
5503 discussão dessa resolução fica muito mais fácil.

5504

5505

5506 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
5507 Bernardo, Evangelina, João Roque e agora...

5508

5509

5510 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** É só uma questão de  
5511 ordem, é porque senão eu perco o fio da meada, que eles levantam questões e se  
5512 a gente responder daqui a cinco inscrições não tem nem mais sentido.

5513

5514

5515 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas,  
5516 eu não queria polarizar.

5517

5518

5519 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Não é polarização, mas  
5520 é só alguns esclarecimentos. É bem rapidamente só não perder o enfoque. Doutor  
5521 Bocuhy, a questão que a gente coloca de não estabelecer de antemão um prazo,  
5522 é justamente por não saber se esse padrão pode ser alcançado. Só concluindo.  
5523 Então, é não saber de antemão se eu consigo ou não alcançar um padrão é o  
5524 principal motivo pelo qual nós não sentimos nenhuma segurança para estabelecer  
5525 isso. Não é apenas com colocou o seu técnico a questão da punição, não é essa a  
5526 preocupação, na medida em que estabelecemos padrões e não cumprimentos,  
5527 nós desmoralizamos o instrumento padrão de qualidade do ar, nós judicializamos  
5528 ainda mais o processo de licenciamento ambiental. Então, assim, não é só o medo  
5529 de punição do servidor, é toda a repercussão que causa no atendimento de um  
5530 compromisso. O compromisso existe para ser cumprido, e o que a gente está  
5531 trazendo aqui é uma forma de cumprir compromissos de uma maneira diferente do  
5532 que se tentou fazer até agora. Então, assim nós temos refletido isso na ABEMA,  
5533 nós somos sensíveis a todos os pontos que o senhor colocou, mas apenas para  
5534 ilustrar, a gente teria hoje alguma grande metrópole no mundo, a semelhança das  
5535 grandes metrópoles brasileiras que hoje atendem aos padrões da OMS? Porque  
5536 assim, isso traz para a gente, se é exequível nós temos hoje maturidade para  
5537 dizer que conseguimos chegar nesse mesmo lugar? Porque esse é o motivo  
5538 principal de a gente poder não colocar um prazo para o padrão final, a nossa  
5539 proposta é incremental, é uma melhoria contínua. Na administração chama-se  
5540 PDCA. Não é? Rodar o PDCA é isso, a partir de planejamento, execução,

5541 comparação, é aprimoramento contínuo se tem ganhos sucessivos e consistentes.  
5542 Então, esse é o ponto principal da questão. Porque não o prazo? Porque a gente  
5543 não sabe se a gente consegue chegar lá, mas talvez não chegar no PF, não quer  
5544 dizer que a gente não consiga chegar no P2 e eventualmente no futuro no P3 com  
5545 ganhos ambientais relevantes. Então, esse é um ponto importante que eu queria  
5546 aproveitar a sequência, se não os assuntos se perdem, lógico fica difícil de  
5547 acompanhar.

5548

5549

5550 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
5551 Posso responder a pergunta dele? Bom, eu tenho a mesma medida já que eu dei  
5552 a réplica para o André, eu vou dar a réplica para o Roca, meu amigo de longa data  
5553 aí senão eu fico... Mas, depois eu passo para os demais, eu não esqueci os outros  
5554 inscritos.

5555

5556 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** É justamente por  
5557 isso, porque de repente alguém colocar uma outra coisa e tira esse foco. O que eu  
5558 queria falar é o seguinte, o que se pega aqui a gente precisa fazer um prazo... Eu  
5559 pergunto, no passado se estabeleceram coisas que não foram cumpridas. Por  
5560 acaso se conseguiu cobrar de quem não cumpriu? Não se conseguiu cobrar, mas  
5561 também não faz diferença se agora nós vamos estabelecer um prazo, porque se  
5562 os Estados não conseguiram cumprir, coisa que é muito provável. Porque quem  
5563 evoluiu mais não consegue cumprir, quem não evoluiu vai conseguir? Nós temos  
5564 que fazer. Então, que diferença faz estabelecer um prazo se daqui um tempo não  
5565 vai ser cumprido e não vai ter como cobrar o comprimento, como o Cláudio Alonso  
5566 falou, a menos que mande todo mundo parar de fazer o que está fazendo e a  
5567 gente para de crescer. Então, eu acho que essa coisa de fixar o prazo não é  
5568 propriamente a melhor saída. A gente tem que fixar um caminho a seguir. Que é o  
5569 que a gente está tentando fazer. Daí eu ia passar a palavra para a representante  
5570 do Espírito Santo, mas talvez o que ela vai falar é que ela também tenta responder  
5571 e acrescenta o que ele perguntou, é uma resposta ao que ele perguntou. Eu não  
5572 sei Zilda se eu posso passar para ela.

5573

5574

5575 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ela  
5576 quem?

5577

5578

5579 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Do Espírito Santo.

5580

5581

5582 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
5583 Gente, ela está me pedindo um aparte, ele está pedindo um aparte, eu dou o  
5584 aparte...

5585

5586

5587 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – É que ela responder  
5588 uma coisa que ele perguntou.

5589

5590

5591 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
5592 tenho inscritos. Eu passo para ela depois, por favor. Eu te passo depois. Tá?  
5593 Bernardo, Evangelina, João. Eu vou cortar depois eu volto no João.

5594

5595

5596 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Bernardo, CNC. Eu acho que a  
5597 gente não pode ter uma postura... Eu vou usar uma palavra, não é a melhor, é  
5598 imatura. A gente está querendo dar um remédio para o doente sem fazer um  
5599 diagnóstico, sem medir a temperatura dele. A legislação de qualidade de ar dos  
5600 Estados Unidos é da década de 70, ela foi revista a primeira vez na década de 90  
5601 e agora a última revisão está programada para 2020. Demorou 50 anos lá, para  
5602 eles amadurecerem, a gente quer em nove?

5603

5604

5605 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
5606 Evangelina.

5607

5608

5609 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**  
5610 **(Apromac)** – É o seguinte, se a gente for igualar todos os Estados não vai haver o  
5611 cumprimento disso nos cinco anos. Se todos estiverem que está igual não vai  
5612 haver. Existe alguma chance daqueles Estados que já têm o diagnóstico poderem  
5613 ter um plano diferente em relação a isso? Que, por exemplo...

5614

5615

5616 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Um  
5617 plano ou prazos diferentes? Como eu materializo isso em uma Resolução do  
5618 CONAMA?

5619

5620

5621 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**  
5622 **(Apromac)** – Por exemplo, você materializa mostrando os Estados que já têm  
5623 monitoramento, que já tem relatório de qualidade do ar, que sabem o que  
5624 acontece. Diferente dos outros que nem tem a implementação. Porque, por  
5625 exemplo, eu vejo a CETESB e o Rio preparados, eles já acompanham... Eu sei se  
5626 há mais de duas décadas, o monitoramento, tem o melhor o monitoramento os  
5627 dois da América do Sul, tem uma série de coisas. Então assim, óbvio que se você  
5628 não implementar nos outros... Se tiver que igualar pelos que não têm nada. Além  
5629 do que, essas regiões metropolitanas nesses Estados teoricamente teriam mais  
5630 problemas, vamos dizer assim, porque tem as indústrias, e tudo mais. Porque se  
5631 for dessa forma, não sou nem eu que estou dizendo, várias pessoas já disseram,

5632 a gente vai cair no vazio, não vai conseguir determinar, não vai conseguir  
5633 determinar e depois vai ter que ter mais prazo. Entendeu? Eu não consigo...

5634

5635

5636 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
5637 Evangelina, o CONAMA, ele regulamenta por meio de resoluções regras de  
5638 padrões de procedimentos para o SISNAMA. Eu te confesso que eu tenho 30  
5639 anos de CONAMA. Eu não nunca vi uma regra que desse tratamento diferenciado  
5640 para quem já tem alguma coisa e para quem não tem. Eu não estou dizendo que  
5641 não é permitido, não sei, mas eu desconheço. Eu não posso dizer que tal padrão é  
5642 para ser seguido por São Paulo dois e o resto do Brasil é acima de 10. Eu não vou  
5643 ter... Eu posso incontáveis dados...

5644

5645

5646 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5647 **(Apromac)** – Não tem nem padrão, você não tem nem como determinar padrão  
5648 para os Estados que não têm monitoramento. Entende? eles não têm  
5649 conhecimento.

5650

5651

5652 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
5653 estou querendo que todos cheguem ao mesmo estágio, mas eu te confesso que  
5654 eu desconheço a possibilidade de regras diferenciadas...

5655

5656

5657 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5658 **(Apromac)** – Eu entendo, eu entendo isso. Mas, nessa questão...

5659

5660

5661 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
5662 não consigo trabalhar com isso.

5663

5664

5665 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5666 **(Apromac)** – Então, sendo assim, existe essa diferença que é os dois extremos,  
5667 vamos dizer assim, sendo assim já com a experiência e com exemplos que nós  
5668 temos de tantas outras questões de Resoluções e etc., que não foram cumpridas,  
5669 que não são fiscalizadas, que não tem sanção, que não sei o que. Então, é como  
5670 se você...

5671

5672

5673 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
5674 vou te falar uma coisa que uma vez me falou um colega do IBAMA, da jurídica, eu  
5675 não faço normas em cima do descumprimento. Eu faço normas para serem  
5676 cumpridas. Então, eu não posso legislar em cima de quem não faz, “ah eu não vou

5677 fazer assim, porque os outros não vão fazer”. Não posso fazer isso no CONAMA  
5678 também.

5679

5680

5681 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5682 **(Apromac)** – Essa é a realidade. Então, a chance de mais uma questão de uma  
5683 discussão cair no vazio é enorme, porque você não consegue vislumbrar esse  
5684 avanço a partir do momento em que não existe o monitoramento. Aí quem que  
5685 perguntou da OMS, do... Foi você? Que fez a pergunta se existe algum local...  
5686 Você.

5687

5688

5689 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu perguntei se tem  
5690 grandes metrópoles semelhantes ao Rio de Janeiro, São Paulo, onde já se atende  
5691 padrão OMS? Porque se tiver eu vou observar.

5692

5693 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
5694 **(Apromac)** – Existem cidades que têm um padrão, ou algumas podem ser  
5695 cumpridas, mas são países muitos desenvolvidos. Porém, você tem que se basear  
5696 pelo que é o atual, porque o padrão você vai atingir não sei em quantos anos aqui.  
5697 Quer dizer, em mais tantos anos, imagina se esses países, por exemplo, não  
5698 poderiam chegar. Então, a gente tem que ver a realidade no momento qual é,  
5699 independente se hoje os Estados Unidos o padrão é 15 e não é 10, obviamente  
5700 que ele está muito mais avançado. Há locais que ele não vai cumprir e aí eles vão  
5701 ter que tomar uma série de providências para a redução da emissão de poluentes,  
5702 como fazem hoje Londres e Paris. Londres e Paris chegam a 100. No entanto,  
5703 eles têm uma série de atuações para que isso diminua. Embora eles tenham um  
5704 padrão de qualidades menor, então você tem verificar na situação atual e não da  
5705 futura nossa daqui a tantos anos. Entendeu? Aqui nem se tomam as providências  
5706 necessárias, por exemplo, veja a situação de Cubatão. Agora, essa situação é  
5707 realista, mas enquanto isso as pessoas estão adoecendo, eu não sei, é uma coisa  
5708 que dificilmente... É difícil você encontrar um balizador nessa história.

5709

5710

5711 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom,  
5712 a gente está tentando aqui construir a revisão a 03 para tentar mudar um pouco da  
5713 realidade atual. Eu acho que a gente não pode ser pessimista com aquilo que a  
5714 gente acha que não vai cumprir. E realmente em muitas Resoluções muitas vezes  
5715 nos deparamos por medidas e situações que levam ao não cumprimento. A gente  
5716 tem que procurar aperfeiçoar os instrumentos de maneira a chegar com o intuito  
5717 que é melhorar a qualidade do ar no País. Isso todos nós estamos tentando. Eu  
5718 tenho o João do IBAMA, eu passo a palavra a ele.

5719

5720

5721 **O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama)** – João Câmara do  
5722 IBAMA. Eu acho que boa parte do que tem sido discutido nos últimos minutos aqui

5723 na Câmara reflete a polaridade desde 2014 nos Grupos de Trabalho com relação  
5724 ao entendimento se essa Resolução deveria ter padrões estabelecidos em etapas  
5725 ou não? Ou inicial com avaliações futuras? Eu acho que pelo que está sendo  
5726 discutido essa situação não foi resolvida ainda. Eu lembro que a Doutora Zilda em  
5727 algum momento da discussão do Grupo de Trabalho colocou que não é  
5728 recomendável uma Resolução do CONAMA de padrões de qualidade seja do ar,  
5729 da água ou o que for, não defina padrões. E o que está sendo proposto pelos  
5730 Estados, que a gente não tem nenhuma proposta de São Paulo, da ABEMA, do  
5731 CNI também, é de se ter um padrão inicial e não ter mais padrões, a não ser uma  
5732 sinalização de um padrão futuro, alcançável ou não em função da evolução das  
5733 políticas públicas. Isso, quer dizer, o seguinte, que a nossa revisão de padrão está  
5734 simplesmente atualizando o que era padrão em 1990 de X para X + 1. Ou seja,  
5735 nós estamos aumentando um pouco os padrões em termo de restrição. Mas com  
5736 uma sinalização muito difícil pífia de efetividade e de um processo onde se  
5737 pretende alcançar, vamos dizer, tempo mais curto possível que é a proposta do  
5738 Grupo de Trabalho no momento foi 2030, para fazer um fechamento com o  
5739 compromisso do desenvolvimento sustentável. Mas, de qualquer forma a gente  
5740 tem um interesse, eu acho que todos de que o padrão seja o mais restritivo  
5741 possível em um prazo que não seja ad eterno. E o que está sendo discutido é  
5742 atribuir aos Estados uma avaliação que na minha opinião, e aí eu falo porque eu  
5743 coordenei a elaboração do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente do Brasil,  
5744 pelo IBAMA em 2013, vi a dificuldade de que nós tivemos do IBAMA de conseguir  
5745 dados e informações sobre qualidade do ar nas Secretárias Estaduais de Meio  
5746 Ambiente, e outras instituições porque é complicado mesmo, esse dado às vezes  
5747 não está disponível, não está tratado. Então, há uma complexidade de gestão de  
5748 dados em formação que é muito grande nesse piso. O IBAMA está dentro desse  
5749 processo também, nós estamos trabalhando com isso, mas cada vez percebendo  
5750 mais, que isso precisa de ser aperfeiçoado. Então, me preocupa na leitura de um  
5751 processo onde atribuí relatórios nacionais a cada 4, 5 ou 6 anos, de um processo  
5752 que a elaboração do próprio relatório, metodologicamente falando de  
5753 disponibilidade de informação, já é por si só muito complexo, e que pode colocar a  
5754 perder todo o processo de continuidade ou de melhoria contínua dos padrões  
5755 estão sendo propostos nas versões diversas que nós temos na mesa. Então, na  
5756 minha opinião, eu acho que apesar entender a preocupação de Estados  
5757 principalmente, e de municípios de definir um padrão que não seja alcançável  
5758 gerencialmente e abrir a sua sensibilidade para ações de judicialização, por  
5759 exemplo, eu acho que isso é uma preocupação. Mas, toda a política, toda a  
5760 restrição, toda política gera um padrão, ela leva a essa necessidade de gestão  
5761 institucional para alcançar essas ações. E eu dou o exemplo da Resolução 357 de  
5762 2005 de qualidade da água. Se vocês olharem com cuidado essa Resolução, ela  
5763 define padrões, mas fala de situações intermediaras e atribui a gestão pública, é  
5764 citado literalmente, o licenciamento, o controle, as ações administrativas, todas  
5765 elas no mesmo corpo da Resolução atribuindo ao poder público de trabalhar no  
5766 sentido de alcançar os padrões que foram definidos pela Resolução. Então, eu  
5767 não vejo, já que nós já temos uma Resolução que tem esse formato de qualidade  
5768 da água, o ar da mesma forma em que a água recebe multifatores de poluição, é

5769 uma diversidade enorme de fonte de poluição fixa de móveis. Então, eu acho que  
5770 por similaridade a gente poderia se pegar nesse Resolução que está dando certo,  
5771 que ela está sendo executada, e trazia a mesma discussão, a mesma  
5772 preocupação que nós estamos colocando hoje. Mas, foi superado em 2005 no  
5773 sentido de que nós devemos sim ter padrão e com um processo de gestão para  
5774 alcançar esse padrão. Então, eu acho que a proposta que nós fizemos aqui saindo  
5775 da mesa de ter realmente um padrão inicial mais restritivo do que o padrão  
5776 proposto inicialmente P2, no lugar de P1 e em 2023 um único esforço para fazer  
5777 todo o... Elaborar esse relatório nacional coordenado pelo Ministério ouvindo os  
5778 Estados que já seria um esforço enorme, e isso balizar para 2030 a adoção ou  
5779 não dos padrões da OMS, eu acho que faz muito sentido, porque diminui o esforço  
5780 institucional de a cada 3, 4 anos de fazer um processo nacional de consulta de  
5781 coordenação para gerar relatórios cuja metodologia não foi definida ainda, cujos  
5782 dados não estão disponíveis. Ou seja, é um processo que por experiência  
5783 institucional do IBAMA de fazer relatórios nacionais nós entendemos que essa  
5784 diversidade de capacidade institucional para gerenciar temas ambientais, no caso  
5785 da água, de solo, de fauna, isso gera essa preocupação. Então eu estou  
5786 colocando como uma preocupação de deixar a atribuição de um parâmetro inicial  
5787 e não termos uma sinalização de uma mudança nesse padrão, porque isso gera  
5788 insegurança jurídica, inclusive dos próprios Estados licenciadores. Porque pode  
5789 ser que a gente fique com um padrão inicial até 2030 ou eternamente, em função  
5790 da não realização desses estudos técnicos, que eu reconheço que são muito  
5791 difíceis. A própria casa IBAMA reconhece como um esforço enorme de fazer um  
5792 relatório desses. Nós estamos trabalhando muito o sistema 10, estamos obrigando  
5793 a melhorar o nosso modelo de gestão da informação para disponibilizar o Governo  
5794 Federal, a Casa Civil, a situação do atendimento das ações ODS pelo IBAMA para  
5795 alcance das metas ODS. Só para dar um exemplo. Então, isso é um esforço  
5796 institucional que eu reconheço que todos os Estados e Municípios têm também.  
5797 Mas, atribuir essa avaliação em horizonte de tempo de 3, 4 anos, eu acho que é  
5798 próximo do impossível. Eu acho que talvez seja mais difícil do que alcançar a meta  
5799 em 2023.

5800

5801

5802 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Roca**  
5803 **vai passar para a Vanessa?**

5804

5805

5806 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – É, eu vou passar que**  
5807 **ela ia esclarecer alguma coisa.**

5808

5809

5810 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – E**  
5811 **depois a Doutora Fátima.**

5812

5813



5814 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Alguma coisa com  
5815 relação a questionamentos que foram feitos.

5816

5817

5818 **A SRª. VANESSA (IEMA)** – Vanessa do IEMA, Espírito Santo. Somente que a  
5819 gente sempre está voltando a falar que para a gente chegar em um padrão final é  
5820 somente vontade política. A gente está sempre batendo nessa tecla. Então,  
5821 parece que se a gente quisesse realmente já teria chegado lá. E não é bem isso, a  
5822 gente tem a alimentação tecnológica, econômica e vou até ser audaciosa e dizer  
5823 cultural. A gente diz assim, as cidades europeias, Paris, por exemplo, então é  
5824 PARIFE, que eles têm o sistema de previsão da qualidade do ar, eles emitem  
5825 alerta na rádio, eles mudam o trânsito, eles liberam o metrô, quando têm  
5826 simulação de episódio crítico que vai ter condições favoráveis de meteorologia. E  
5827 eles têm muita vontade, e mesmo assim eles não conseguem chegar na OMS.  
5828 Então, não é só vontade política, e saiu um artigo 2014 da União Europeia falando  
5829 sobre a emissão de particulados de veicular. Então, o que esse artigo fala? Que a  
5830 emissão de PM 10, relacionada a emissão de não exaustão e exaustão é tão  
5831 grande quanto... Elas são tão grandes quanto exaustão e não exaustão. Não  
5832 exaustão é desgaste de freio, desgaste de pneu e suspensão, então mesmo que  
5833 hoje ele está pregando muito na União Europeia a implementação de carro  
5834 elétrico, mesmo que a gente tivesse 100% da frota elétrica, a gente não está  
5835 falando isso de matriz energética, se eu tiver termoelétrica também vou ter a  
5836 mesma coisa de emissão. Eu ainda vou ter 50% de material particular do PM10.  
5837 Então, eu tenho ainda limitação tecnológica, econômica e cultural. Cultural quando  
5838 eu falo o que? Em São Paulo, você ter um... Não querendo falar mal dos  
5839 paulistanos, mas uma pessoa de classe média alta, mesmo se eu liberasse todo o  
5840 transporte público, se eu tivesse esse transporte público acessível e excelente,  
5841 muitos ainda não iriam pegar. Então, eu aí ainda utilizar, por questão cultural.  
5842 Então, a gente tem não só limitação de não é a vontade política. Isso que eu  
5843 acredito que assim que a gente está tentando trazer, se a gente quisesse a gente  
5844 teria... Já estaria lá, não é só isso, gente tem muita etapa ainda para chegar lá.

5845

5846

5847 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
5848 Obrigada Vanessa. Doutora Fátima, por gentileza.

5849

5850

5851 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Rapidamente.

5852

5853

5854 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
5855 Esperou pacientemente.

5856

5857

5858 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Eu sou Procuradora  
5859 da República, adoro o transporte público, uso demais, os meus colegas também

5860 em São Paulo. Porque São Paulo não anda, São Paulo é poluído com as pessoas  
5861 morrendo de câncer e de insuficiência cardíaca. Não sei porque, não sei nem  
5862 porque a gente está discutindo aqui, mas morrem sim. Então, mas a gente usa  
5863 porque uma faixa única que vai mais rapidinho. E o metrô que é muito bom. O  
5864 metrô daqui de Brasília é rapidamente, ele é um trem, ele demora quase meia  
5865 hora para chegar, um dia eu fui usar, e falei assim, “mas o que é isso? Isso é  
5866 trem”. Mas, vamos lá, voltando, Roca Alfredo, meu querido, quando você fala que  
5867 nós teríamos que parar de crescer eu vou também na linha do que o Doutor André  
5868 falou... O André, eu não sei como deve ser falado, que ele fala que precisa  
5869 detectar o momento, precisa saber quando é que vai... O que está acontecendo  
5870 para poder começar a se pensar em alguma coisa? O que está acontecendo está  
5871 evidente, está evidente. Então, eu vou na linha do que ele falou, o que está se  
5872 propondo aí é protelatório. Lamentavelmente a palavra e essa. É feia, é ruim?  
5873 Mas, é meramente protelatório, e são vidas. Então, eu acho que se conseguisse  
5874 chegar a um bom termo de algum propósito, ninguém está se negando a fazer  
5875 termos que se possam... E estamos aí lidando com vidas, porque pelo Ministério  
5876 Público é não, não, não, tem que ser a partir de ontem, em defesa de vidas. Mas,  
5877 que o fato de que precisa já existe. Precisa talvez um levantamento mais  
5878 profundo, mais dados aí da saúde mostram que já é necessário. Indo para a linha  
5879 que merece todos os parabéns e definiu de uma forma precisa, cristalina, é  
5880 meramente protelatório. Então, a necessidade de se fixar prazos mesmo, e sem  
5881 essa preocupação de relatórios atrás de relatórios, de relatórios para depois ver,  
5882 para depois mais cinco anos, eu acho que é impensável.

5883

5884

5885 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
5886 **Doutor Bocuhy.**

5887

5888

5889 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –** Carlos  
5890 Bocuhy, PROAM. É só para esclarecer. Em nenhum momento eu disse aqui que  
5891 só a vontade política resolve. É atribuição do órgão ambiental com fiscalização,  
5892 inspeção veicular, é todo o conjunto de ações que se pretende para o órgão  
5893 ambiental e mais a articulação de todos os setores. Isso é fazer política  
5894 multisetorial, é a forma de você resolver o problema. Então, não me referi só a  
5895 vontade política, me referi ao conjunto. Só que não me pareceu aqui oportuno no  
5896 momento dizer da atribuição do órgão ambiental em si, mas da capacidade de  
5897 articulação que o setor político tem que ter para solucionar o problema. Só para  
5898 ficar claro que esse foi o objetivo.

5899

5900

5901 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A  
5902 gente consegue ir até as 6 horas, eu acho que o debate ainda está muito bom.  
5903 Podemos ainda tentar ir até as 6 horas? É existe um desconforto em relação a  
5904 todas as falas que nós tivemos, é um instrumento novo, você propor um plano ou  
5905 um relatório e um plano de um assunto que já vem sendo monitorado ou

5906 controlado aí há mais de 20 anos. Mas, você propor um plano sem dar prazos, é  
5907 uma aposta no futuro. Assim, não era isso pelo qual nós vínhamos nos debatendo  
5908 na Câmara Técnica. Eu vinha... No Grupo de Trabalho. Perdão. Eu vinha  
5909 insistindo na questão dos prazos, de termos esse prazo na Resolução, ou os  
5910 prazos e os padrões. Seria desejável e colocaríamos um gatilho de revisão, como  
5911 temos em outras Resoluções do CONAMA um gatilho de revisão. Quer dizer,  
5912 existem também essas duas possibilidades. Eu acho que foi feita essa provocação  
5913 de parte do Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA no  
5914 instituto de que os Estados pudessem se alinhar com uma proposta um pouco  
5915 mais clara e objetiva. Quer dizer, a gente pode construir esse escalonamento em  
5916 cima dos relatórios, em cima... Como um mecanismo de revisão possível. Mas,  
5917 tendo para isso já alguns padrões intermediários lançados. Quer dizer, foi isso que  
5918 a gente insistiu nas últimas reuniões, essas 4 últimas reuniões desse ano, que a  
5919 gente achava interessante que os Estados ponderassem. Eu não quero com isso  
5920 encurralar os Estados, não é isso, mas dizendo da dificuldade que nós temos de  
5921 lidar com a revisão sem saber muito bem o futuro para onde caminha. Entendeu?  
5922 Assim, não é ainda a... Nós estamos tentando aqui construir algumas... Um texto  
5923 que possa... A gente sabe que num processo de negociação, você não vai  
5924 conseguir 100% a tua proposta, certamente eu não vou conseguir 100% a minha,  
5925 PROAM e Ministério Público talvez não consiga a dele, CNI a deles. Mas, é tentar  
5926 colocar nessa mesa alguma coisa que atenda a todos de alguma forma, com os  
5927 principais anseios. Aí eu faço de novo essa provocação, se não seria possível  
5928 mantermos todos esses mecanismos de revisão, mas tendo uma meta  
5929 intermediária com os mecanismos de revisão. Eu tenho a meta e eu coloco ela  
5930 como... Eu não vou tanto além, eu estendo as dificuldades, eu acho que a  
5931 proposta do Ministério Público e sociedade civil é bastante provocativa, mas eu  
5932 acho ela muito rápida e rigorosa, eu acho que é difícil colocar a cada três anos. Eu  
5933 acho que a gente não consegue operacionalizar isso. Mas, antes de voltar ao texto  
5934 propriamente dito, eu faria a provocação de que se não conseguiríamos dentro de  
5935 metas e prazos colocarmos padrões intermediários com o gatilho de revisão, com  
5936 o respaldo dos planos e dos relatórios, que funcionariam como algo para  
5937 referendar o padrão previamente estabelecido ou não. E esse gatilho é possível,  
5938 uma Resolução desde que publicada, ela pode ser revista por qualquer  
5939 Conselheiro, mediante o indicativo, e não precisa ser o colegiado todo da ABEMA,  
5940 ou da ANAMMA, pode ser só pelo Governo do Rio de Janeiro, pelo Governo da  
5941 Bahia, pelo Governo de São Paulo, pelo Governo do Espírito Santo. Entendeu?  
5942 Então, eu faria essa provocação. Eu continuo me sentindo... Eu acho que a  
5943 proposta evoluiu bastante, ela hoje tem um mecanismo de revisão mais robusto,  
5944 mas eu ainda sinto falta de termos os padrões intermediários. Eu acho que  
5945 podemos aí enfrentar no futuro uma situação de revisão do Regimento, de  
5946 impasse na coordenação dessa Câmara Técnica, de adiamento. Ou então, nós  
5947 vamos ter que outros mecanismos para dizer o seguinte, se eu não conseguir  
5948 revisar em cinco anos o que fica valendo? É o mesmo padrão? Quer dizer, isso  
5949 também não está claro no texto. Sabe? Assim, outra coisa que tem que ter no  
5950 texto, que eu acho que tem no texto atual, se não me falha a memória. Se o  
5951 Ministério do Meio Ambiente receber um relatório, dois relatórios ou 27 relatórios,

5952 ele faz a apreciação com os relatórios que lhes chegarem as mãos. Isso eu acho  
5953 que têm no texto, eu não me recordo se já foi retirado, se voltou do texto. Então,  
5954 assim são gatilhos que a gente tem que ter claramente ordenados, mas eu ainda  
5955 continuo sentindo falta de termos um padrão na Resolução. O Alfredo pediu  
5956 palavra. Ele pediu antes de ti André.

5957

5958

5959 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu tinha pedido primeiro.  
5960 Só lembrando, na outra Câmara o código era levantar a placa, eu acho que aqui é  
5961 diferente.

5962

5963

5964 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ah  
5965 não, é, eu como participo de reuniões fora o hábito é esse, mas aqui raramente a  
5966 gente faz isso.

5967

5968

5969 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Está bom, eu falo na  
5970 sequência do Alfredo.

5971

5972

5973 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
5974 Desculpa eu cometi uma falha.

5975

5976

5977 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Zilda, o que eu queria  
5978 aqui ponderar é o seguinte, o que está acontecendo aqui? Tem uma revisão... Eu  
5979 acho que seria importante se eles ouvissem. Vocês aí, era importante que vocês  
5980 ouvissem o que eu estou falando, é que eu estou fazendo uma réplica falando de  
5981 vocês. O acontece? Nós que somos Estado, para quem vai sobrar o encargo de  
5982 tentar fazer cumprir esses padrões? Nós temos uma questão. Um País em crise,  
5983 um desemprego... Dá licença de eu falar, por gentileza, eu acho que eu tenho o  
5984 direito de falar. Olha, nós temos um País em crise, um desemprego grande, uma  
5985 dificuldade encontrada mesmo... Eu estou falando no Estado de São Paulo, de  
5986 conseguir lidar com isso, olha nós temos lá o problema do PREV, estamos  
5987 trabalhando melhores tecnologias e práticas disponíveis de controle, estamos  
5988 implantando isso no nosso sistema de licenciamento, das renovações de licenças.  
5989 Né? É aquela coisa de tudo que a gente poderia falar aqui que é o que nós  
5990 Estados para quem vai sobrar um encargo de efetivamente fazer isso acontecer,  
5991 as dificuldades, porque é muito cômodo chegar, fazer com base em dados  
5992 teóricos e estabelecer um determinado prazo. Eu acho que isso é muito cômodo.  
5993 Agora, eu pergunto, se daqui a nove anos ninguém cumpriu o padrão, porque isso  
5994 aí é inexequível, como que nós ficamos não? Nós ficamos do mesmo jeito ou pior.  
5995 Então, o porquê que está havendo essa grande coisa? Porque tem alguém  
5996 baseado em questões que como já foi dito nem na Europa, nem nos Estados  
5997 Unidos, sei lá onde se pega como um exemplo, se é feito do jeito que se quer que

5998 faça agora. Foi feito de um jeito extremamente aberto, agora nós vamos fazer de  
5999 um jeito extremamente fechado, e achando que alguma coisa vai acontecer de  
6000 milagre. Né? Nós somos o país do milagre, só que nós estamos esperando o  
6001 milagre brasileiro há quanto tempo? Ele não acontece e nem vai acontecer.  
6002 Porque eu estou só resumindo Zilda? O impasse é o seguinte, quem não tem a  
6003 obrigação de estar lá no dia a dia tentando fazer a coisa acontecer, que é um  
6004 prazo rigoroso. Quem tem a obrigação de fazer acontecer está enxergando que  
6005 isso é difícil. Então, eu concludaria que a gente fizesse o seguinte, terminada  
6006 essa Resolução hoje todo mundo vai sair com os pares para refletir, sem consumo  
6007 de bebida alcoólica, não sei se isso é bom se isso é ruim, mas de qualquer  
6008 maneira eu acho que precisa... Eu acho que precisa ter uma convergência aí.  
6009 Você não acha Zilda? O que pegando é isso, no exercício de convergência.

6010  
6011

6012 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
6013 Alfredo, antes de eu passar a palavra para o André, deixa eu só fazer aqui um  
6014 contraponto a fala do Alfredo. Por outro lado, o mecanismo de enviar um relatório  
6015 ao Ministério, ele avaliar e mandar para o CONAMA com uma proposta também é  
6016 frágil. Eu gostaria que isso fosse avaliado. Eu não me recordo, volto a dizer,  
6017 mesmo o PROCONVE que tem regras incrementais de restrição das emissões,  
6018 ele tem uma direção, e ele trabalha com padrões para um determinado período. E  
6019 aí você avalia o período seguinte. Entendeu? E já houve fatos de dificuldades de  
6020 cumprimento, que sofreram um TAC do Ministério Público, e tudo mais. Mas, eu  
6021 acho que o mecanismo para não... Concordando com o que a Doutora Evangelina  
6022 até falou, algumas resoluções, alguns Estados simplesmente ignoram e não  
6023 mandam relatório. E eu faço o que no Ministério para devolver ao CONAMA? Eu  
6024 faço em relato dizendo eu não recebi nada de ninguém? E eu não tenho que  
6025 apresentar de avaliação, o que me garante? O que me garante que os Estados  
6026 vão deixar de apresentar o relatório? Então, assim, eu acho que se tiver um  
6027 padrão, esse padrão entra em vigor automaticamente em cinco anos. A menos  
6028 que o relatório... Se eu tiver, continuo pedindo o relatório. Esse relatório vai servir  
6029 de avaliação para saber se é possível ir para o próximo período e ele cobra de  
6030 quem não está cumprindo que apresente o relatório com ônus da prova. Eu não  
6031 consigo comprovar, por causa disso. Agora, se eu seque, eu não tenho padrão  
6032 nenhum, deixo para resolvê-lo em cinco anos, ninguém apresenta o relatório, o  
6033 Ministério do Meio Ambiente e o CONAMA farão o que? O que trarão para essa  
6034 Câmara Técnica ou para a Câmara Técnica do futuro? Entendeu? Eu acho que  
6035 isso tem que ser ponderado. Eu não tenho... Confesso eu vou fazer a mesma  
6036 observação que eu fiz em relação a Doutora Evangelina, é o seguinte, eu não  
6037 conheço nas resoluções hoje em vigor alguma que dê um mecanismo desses. Tá?  
6038 Nós tivemos a de dragagem nos portos que pressupunha dados de... Eu não me  
6039 lembro mais qual era o número dela, mas não importante. Que pressupunha o  
6040 envio de dados sobre o licenciamento de atividades dragagem em portos. E aí se  
6041 não me falha a memória era o IBAMA que consolidaria isso. O IBAMA não  
6042 recebeu dado de ninguém. O IBAMA teve que correr atrás de um estudo para  
6043 poder fazer uma avaliação da dragagem e não recebeu dado de ninguém, quer

6044 seja de empreendimentos ou de Estados quer licenciassem portos ou mesmo de  
6045 portos licenciados por ele mesmo, ele não teve essas informações. Então, assim  
6046 eu faço o contraponto que eu acho que também esse instrumento que está sendo  
6047 proposto pelos senhores é um pouco frágil, do ponto de vista de uma... Eu não  
6048 estou entrando, eu não estou discutindo as razões, eu concordo com as razões,  
6049 eu entendo as dificuldades, eu não estou conseguindo concordar com o  
6050 mecanismo que foi criado para poder viabilizar a proposta de vocês. Eu estou  
6051 achando o mecanismo de apresentar os planos frágeis. Passo para o André e  
6052 depois a Adriana.

6053

6054

6055 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Bem, nós entendemos  
6056 que nós não podemos agredir os fatos, a realidade existe e está posta, querendo a  
6057 gente acreditar ou não. Com base nisso a realidade de hoje é, eu não tenho os  
6058 papéis de responsabilidade dos responsáveis pelas ações que vão permitir eu  
6059 avançar para um padrão A ou para um padrão B. Hoje não tem isso estabelecido.  
6060 O que nós estamos dizendo é o seguinte, se isso não estiver estabelecido, se  
6061 minimamente eu não tiver o papel de responsabilidade, que não é só órgão  
6062 estadual de meio ambiente e nem órgão municipal, outros setores Executivo,  
6063 Legislativo e outros setores da sociedade. O que nós estamos dizendo, reforçando  
6064 é, esse é um ponto de partida de qualquer discussão. Porque senão não tem  
6065 papel de responsabilidade e eu não tenho nada. Ocorre que nesse assunto nunca  
6066 foi definido um papel de responsabilidade claro. Não tem, olha o setor tal, vai  
6067 responder por isso, vai ficar responsável por trazer uma nova tecnologia e tal, em  
6068 tanto tempo, a indústria está apresentando isso de forma organizada, consolidada  
6069 e integrada. Isso não foi feito. Tiveram sim se várias iniciativas exitosas muitas  
6070 delas, mas não houve de fato um planejamento que permitisse aos Estados  
6071 alcançar um estado melhor do que o estado presente. Então, isso nos leva a  
6072 acreditar o seguinte, o plano, ele não é só para trazer as informações do  
6073 diagnóstico Doutora Fátima. Não é só para dizer “ah, os Estados já conhecem o  
6074 que tem”. Muitos não conhecem, mas mesmo aqueles que conhecem não  
6075 conhecem toda a sua extensão. Eu dei aqui o exemplo do inventário de fontes, se  
6076 eu não tenho um inventário de fontes, como que eu vou dizer quanto que eu tenho  
6077 que reduzir de fonte móvel e fonte fixa? Eu não tenho como. Então, quando a  
6078 gente diz que a gente não conhece a realidade, a gente está dizendo o seguinte, a  
6079 gente não tem ainda uma plena dimensão da melhor forma de executar as ações  
6080 que vão levar a um padrão mais restritivo. E se alguém tiver a receita do que deve  
6081 ser feito em cada Estado, por favor, nos apresente, “olha no Estado tal, se devo  
6082 fazer isso, tem que reduzir tanto em fonte móvel, vai ter que ter uma política de  
6083 mobilidade urbana, está aqui a minuta, em relação a indústria você vai ter que  
6084 fechar a indústria A, B, C e D com isso você atende ao padrão dois”. É uma  
6085 proposta. Se vai ser feito ou não vai ser debatido, tem o Legislativo que vai se  
6086 debruçar sobre a matéria. Mas, o ponto que nós colocamos de não ter um prazo  
6087 para o padrão final, é que nesse momento que estamos aqui, no dia 25 de outubro  
6088 de 2017 ninguém aqui tem certeza se esse padrão é alcançável. Eu pedi aqui um  
6089 exemplo, se alguém tiver nessa sala... Eu vou repetir a pergunta, se alguém aqui

6090 nessa sala tiver o exemplo de uma grande metrópole que hoje, estejam atendendo  
6091 os padrões da OMS, por favor, me apresente, porque eu vou entrar em contato  
6092 pessoalmente com o órgão ambiental desse lugar e saber o que eles estão  
6093 fazendo, que pode que nós apreendamos com esse lugar. Agora, se lugar existe  
6094 só no plano da utopia, fica mais complicado assumir um compromisso que eu não  
6095 vou ser capaz de cumprir. Então, o que nós estamos trazendo aqui e apelando é  
6096 para a razoabilidade, porque ninguém aqui quer fazer uma resolução para não  
6097 cumprir. Porque se não, não precisa de Resolução. Agora, se a gente não tiver um  
6098 pouco de otimismo e acreditar nas instituições, a gente não avança nunca. Porque  
6099 vai ser melhor a inércia em relação ao avanço. Então, são esses pontos que a  
6100 gente queria colocar, o prazo ele tem que ser compatível. Na nossa apresentação  
6101 a gente colocou os elementos que integram o objetivo, e isso está na literatura de  
6102 praticamente todas as áreas. Se não for alcançável ou atingível, mensurável,  
6103 orientada no tempo, e se faltar qualquer um desses elementos você  
6104 provavelmente vai ter dificuldade de atender esse objetivo. Então, permita-me ver  
6105 de uma forma diferente, como é colocado aqui que nenhum avanço está sendo  
6106 colocado. Como nenhum avanço está sendo colocado, se estamos saindo dessa  
6107 mesa, se a proposta for aprovada com um P1 imediato, para SO2 uma redução de  
6108 mais de 80% e na X mais 40%. Como nenhum ganho está sendo colocado?  
6109 Quando a gente fala de um plano que vai ter no papel responsabilidade pela  
6110 primeira vez, isso definido e compromissado como nenhum compromisso está  
6111 sendo assumido? O que nós não podemos fazer é a agredir os fatos. E os fatos  
6112 são esses, nós não conhecemos a realidade plena desse assunto no cenário  
6113 nacional, e lembrando aqui um ponto que foi levantado, os padrões não são  
6114 apenas para aqueles Estados que monitoram a qualidade do ar, os padrões são  
6115 nacionais, independente do Estado ou da região monitorar ou não. Então, temos  
6116 que ser acima responsáveis, porque todos que estão aqui, estão afiançando o seu  
6117 comprometimento enquanto representante dos Estados, e vão levar isso e fazer  
6118 todos os esforços para que se faça cumprir. Então, se a gente já parte do princípio  
6119 que não vai cumprir, talvez toda a discussão seja inócua, mas se a gente acreditar  
6120 e construir junto uma proposta enxergando que, às vezes, a gente não consegue o  
6121 avanço que a gente deseja, mas sim um avanço mediano é melhor do que a  
6122 inercia sem nenhuma crítica a condução dos trabalhos, mas mais uma vez  
6123 apelando para os fatos, esse assunto está em discussão há 7 anos, se lá no início  
6124 a gente tivesse tido assim uma orientação, hoje teríamos os planos dos Estados.  
6125 Ah, talvez não tivesse todos? Talvez não, mas talvez tivéssemos alguns.

6126

6127

6128 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
6129 Desculpa de dar um aparte, lá no início os Estados concordaram com padrões  
6130 intermediários.

6131

6132

6133 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Mas, nós estamos  
6134 concordando com os padrões na Resolução, o que nós não estamos colocando

6135 como proposta aceitável e definir um prazo de antemão para uma situação que eu  
6136 não conheço ainda.

6137

6138

6139 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pois  
6140 é, mas lá no início quando o Ministério apresentou a proposta, essa proposta era  
6141 alinhada com os Estados, essa mudança de rumo houve ao longo das  
6142 negociações no Grupo de Trabalho.

6143

6144

6145 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** O que é natural, fruto da  
6146 reflexão.

6147

6148

6149 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas  
6150 gera uma expectativa negativa.

6151

6152

6153 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Eu não posso dizer  
6154 porque quem estava aqui representando. Mas, o fato é que hoje estamos aqui,  
6155 hoje somos os representantes indicados para debater essa questão. A questão é,  
6156 como eu vou definir um prazo para o que eu não sei se é possível atingir? Como  
6157 pegar uma criança e falar, “você vai ser médico”. Ah, não, mas esse é o seu  
6158 objetivo final. Eu não sei qual vai ser a formação, qual vai ser rosto, o ambiente  
6159 que ela vai criada.

6160

6161

6162 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
6163 Desculpa André, mas se eu for seguir o teu argumento eu não teria nem legislação  
6164 ambiental implementada no país. Desculpa.

6165

6166

6167 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Me permita ver de forma  
6168 diferente Zilda. O que nós estamos colocando aqui é um avanço consistente,  
6169 responsável. O que a gente não pode assumir é um compromisso pelo quando  
6170 qual a gente não consegue oferecer nenhuma garantia de atendimento. Porque  
6171 isso seria irresponsabilidade. Então, na medida em que a gente sai com um P1  
6172 imediato, apresenta um plano em três anos, o relatório aqui no quarto ano, se  
6173 compromete a voltar a essa casa a cada cinco anos e discutir como avançar, na  
6174 medida do for possível avançar. Esse é o máximo que os Estados conseguem  
6175 oferecer nesse momento. mais do que isso é negar a realidade dos fatos e, por  
6176 favor, não agridamos os fatos.

6177

6178



6179 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
6180 Obrigada. Eu tenho inscritos aqui a Adriana e depois o Bocuhy e depois  
6181 Evangelina.

6182

6183

6184 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Eu vou fazer  
6185 uma pequena fala. Nós estamos caminhando por propostas para dar efetividade  
6186 para essa nova Resolução. E aí eu preciso corroborar o que a Zilda falou, que  
6187 prevê o encaminhamento de relatório dos Estados ao Ministério para que depois o  
6188 CONAMA volte a se reunir, não uma coisa efetiva. A prática mostrou isso e o  
6189 SISNAMA da maneira como está estruturado a partir da Constituição Federal e da  
6190 LC 140 nos mostrou isso. O papel do Ministério é o de coordenação da Política  
6191 Nacional do Meio Ambiente, se o Estado não manda para ele o relatório, o  
6192 Ministério não pode fazer nada. E nós como departamento de apoio ao CONAMA  
6193 já cansamos de cobrar ao Ministério... Me lembrei de cabeça de duas Resoluções,  
6194 Bocuhy que está ali, antigo vai lembrar. Aquela de APP em área urbana que era a  
6195 369, que deixou de ter importância, porque o Código Florestal veio de maneira  
6196 diferente. Mas, ela atribuía ao CONAMA, ao Ministério, o papel de reunir as  
6197 informações que os Estados mandariam, e aí o CONAMA voltaria a se reunir  
6198 sobre isso. Não dava em nada. E a outra é matéria dessa Câmara que é a de área  
6199 degradada... Áreas contaminadas. Também é uma previsão da 420 de que os  
6200 Estados mandariam para o Ministério que por sua vez relataria ao CONAMA e  
6201 teria uma revisão da Resolução. Isso não acontece, não adianta, a gente cobra,  
6202 mas o Estado tem a autonomia para mandar ou não mandar. E a não ser que se  
6203 judicialize a questão, a gente fica sem solução. E eu volto a falar, o André falou  
6204 dos fatos, eu vou simplesmente relatar uma questão aqui rápida de quando o  
6205 CONAMA não faz o seu papel a gente cai em uma situação muito complicada que  
6206 é de qualquer juiz, sem uma compreensão, às vezes, clara da situação, mas  
6207 precisando resolver um problema que ele está vivenciando decide. Nós estamos  
6208 com uma decisão judicial que era cumprimento imediato, semana passada teve  
6209 uma reunião de conciliação e ganhou mais um tempo, que era um juiz de  
6210 Paranaguá dizendo, por causa de poluição do ar proveniente da queima da palha  
6211 da cana de açúcar no Paraná em alguns municípios, ele pedia que e o  
6212 licenciamento deixasse de ser estadual e passasse a ser feito pelo IBAMA de  
6213 cada usina de cana de açúcar. Então, ele pediu o licenciamento individualizado da  
6214 atividade de cana de açúcar. E que o CONAMA fizesse via Resolução modificando  
6215 o que o licenciamento teria que ser via IBAMA. Então, ele fazia uma mudança em  
6216 uma Resolução CONAMA e determinava isso. E se tiver cumprimento imediato a  
6217 gente vai ter que fazer até que se recorra. Mas, no momento tinha que ter o  
6218 cumprimento disso. Agora isso é completamente contrário a toda a legislação.  
6219 Mas, não importa, ele está decidindo o que ele está vendo. A poluição no Estado,  
6220 a poluição na cidade, os níveis de comprometimento para a população e o nível de  
6221 comprometimento ao meio ambiente, e ele tem um problema a resolver e  
6222 resolveu. Então, assim a minha fala é só no sentido de que, criar mecanismos  
6223 como relatório e volta ao CONAMA não resolve. Como é que a Câmara vai

6224 resolver isso? Eu não estou entrando nesse mérito da questão. Mas eu estou  
6225 pontuando que pela experiência esses dois mecanismos não são efetivos.

6226

6227

6228 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
6229 Obrigada Adriana. Bocuhy.

6230

6231

6232 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) –** Carlos  
6233 Bocuhy do PROAM. Bom, eu queria seguir na mesma linha da Adriana dizendo o  
6234 seguinte, quando existe qualquer proposta Doutor André, com relação a gestão  
6235 ambiental, nós sempre avaliamos se as salvaguardas para a sociedade, que  
6236 vocês nos trazem são suficientes como garantia. A Doutora Adriana que é diretora  
6237 do CONAMA, ela está dizendo nesse momento que a salvaguarda que o senhor  
6238 propõe, que seria de retorno pelos Estados ao CONAMA da proposta, ela não é  
6239 uma garantia que seria absolutamente confiável. E aí tem toda a questão da  
6240 fragmentação, e da independência dos Estados e dos diferentes níveis dos  
6241 Estados. Isso para nós é um problema muito sério, nós não podemos aceitar aqui  
6242 essa proposta de vocês, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, é que nós não  
6243 estamos discutindo aqui a cor da nossa gravata para sair em um dia desses, nós  
6244 estamos discutindo uma situação emergencial que mata nas grandes metrópoles  
6245 brasileiras, mata e mata muita gente. São Paulo 4 mil pessoas, dados da  
6246 Faculdade de Saúde Pública. Rio de Janeiro tem alguns dados que nós  
6247 levantamos, não temos precisão no seu Estado, Minas Gerais também e Curitiba  
6248 também. Então, o que nos restaria diante de uma situação dessas é aquilo  
6249 justamente que vocês mais temem, caso não haja salvaguarda para a sociedade  
6250 que a gente possa confiar, vai nos restar a judicialização. Então aquilo que seria  
6251 para vocês evitável, ou seria, digamos o desejável, criar um mecanismo que não  
6252 permitisse a responsabilização, vai ser um tiro no pé. Porque a partir da exigência  
6253 da salvaguarda da população. Eu posso encaminhar uma representação ao  
6254 Ministério Público, eu posso entrar com uma ação pedindo que a agência de  
6255 controle ambiental diante da morbidade apresente um plano de controle imediato,  
6256 por conta da situação emergencial. Então, eu não entendo a... Eu entendo que  
6257 essa discussão está se encaminhando cada vez mais para um impasse que vai  
6258 acabar gerando um processo litigioso, que não é bom para vocês, é desgaste para  
6259 nós. Mas, não nos resta outra saída diante da morbidade que existe. Então, eu  
6260 queria deixar isso bem claro, porque eu acho nós temos que ser muito franco aqui,  
6261 porque eu não estou aqui fazendo uma ameaça. Eu estou dizendo como a  
6262 sociedade pode se defender diante de um processo de poluição, onde há uma  
6263 procrastinação por parte do setor público, seja Federal ou Estadual que não nos  
6264 dê salvaguarda. Então, eu sinto dizer isso, porque não é nem de bom tom  
6265 colocarmos dessa forma. Mas, me parece inevitável, cada vez mais essa ideia  
6266 para mim fica mais palpável que essa questão vai ser resolvida nas grandes por  
6267 meios judiciais. Então, eu queria pedir que vocês da ABEMA reconhecessem essa  
6268 dificuldade que nós temos no nosso setor de criar mecanismos para proteger a  
6269 saúde pública, para proteger o meio ambiente. Que a minha organização, ela tem

6270 lá no seu Estatuto, a defesa prioritária do meio ambiente, ela foi criada para isso,  
6271 ela atende a esse dispositivo da nossa formação. Desse forma, eu queria que nós  
6272 caminhássemos aqui para uma discussão mais proativa, no sentido de dar  
6273 resolução a esse problema. Eu já pontuei para vocês as medidas possíveis, é  
6274 possível fazer isso, nós estamos dispostos para fazer isso ao lado de vocês.  
6275 Através dos meios que a sociedade civil tem de pressionar alguns, digamos, a  
6276 indústria ou outros setores que, às vezes, os próprios Estados têm dificuldade em  
6277 função do comprometimento que vocês têm de gerar a riqueza estadual, essa  
6278 questão toda de manter o vigor econômico. Mas, nós como sociedade civil, não  
6279 temos nenhum problema com relação a isso, a gente pode pressionar o setor  
6280 econômico, pressionar agentes financiadores, quer dizer, é possível construir uma  
6281 política por ar limpo no Brasil, como fez o México. Puxa vida! Mário Molina. Mário  
6282 Molina prêmio Nobel de química, ele teve a capacidade e a vontade política de  
6283 articular a cidade do México. Ele foi a pessoa que fez isso lá. Nós não estamos  
6284 vendo no Brasil uma pessoa, um político.

6285

6286

6287 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ele  
6288 não teria a vontade política, eu acho que o apoio político talvez. Porque vontade  
6289 política todos nós temos, mas nós não temos o apoio muitas vezes de quem está  
6290 acima de nós.

6291

6292 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM)** – Só  
6293 complementar, por favor, é que falta essa articulação no sentido de trazer as  
6294 forças vivas da sociedade que possam promover essa mudança, e a gente não  
6295 está sentindo isso aqui. É isso.

6296

6297

6298 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
6299 agora eu não vou dar mais apartes. Nós já estamos próximos das 6 horas que a  
6300 gente tinha ficado de parar. Doutor Bocuhy, o senhor sempre vem com essa  
6301 ameaça de entrar com uma ação. Então, assim deixa-me fazer um comentário que  
6302 isso é sempre recorrente, mas eu acho que o gatilho até agora eu não vi nenhum  
6303 efeito nele. Mas, tudo bem, o senhor pode entrar no momento que o senhor  
6304 quiser, o senhor tem toda a prerrogativa como sociedade civil, como cidadão de  
6305 entrar com uma ação. Mas, eu lhe diria que o senhor teria dificuldade de imputar  
6306 uma responsabilidade objetiva ao órgão ambiental. Porque, nesse caso, e a gente  
6307 deve fazer justiça, mesmo que o Estado tenha um plano, monitore, fontes fixas,  
6308 fontes móveis, ele está refém no âmbito daquele Estado de uma política de  
6309 transporte da região metropolitana, de uma política industrial, de uma política de  
6310 uso e ocupação do solo. Então, assim são vários, eu entendo que é essa a  
6311 dificuldade que o Estado tem e é por isso que ele diz que ele não pode garantir o  
6312 resultado efetivo em um prazo X. Eu entendo, isso eu entendo perfeitamente bem.  
6313 Então, assim, lhe coloco, o senhor vai entrar, mas o senhor vai ter dificuldade, que  
6314 a responsabilidade não é só da CETESB, não é só do INEA, não é só da FEAM.  
6315 Então, não só desses entes, ela é uma responsabilidade de todo um Governo

6316 estadual. Só que o CONAMA só regulamenta matérias de qualidade do ar, que o  
6317 braço operativo do SISNAMA é o órgão estadual ou municipal. Então, assim,  
6318 vamos ter dificuldades, mas vamos lá. Eu tenho inscritos ainda Evangelina, João,  
6319 Renato, André, Doutora Fátima e Alfredo. Gente já são 6 horas, eu vou pedir para  
6320 que todos sejam breves e a gente retome amanhã de manhã.

6321

6322

6323 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
6324 **(Apramac)** – Eu gostaria de dizer que aquilo que eu falei, por exemplo, da 436 a  
6325 Adriana acabou falando sobre isso, quer dizer, a gente sabe que essa é uma  
6326 proposta que dificilmente poderá ser cumprida, e etc. E eu queria falar uma coisa  
6327 para você André, que é o seguinte, eu sei o que os Estados tem essa incumbência  
6328 e a população, um órgão ambiental tem a incumbência e a responsabilidade de  
6329 salvaguardar o meio ambiente em prol da saúde das pessoas. Então, eu acho que  
6330 essa é a responsabilidade que os Estados têm, não é só a responsabilidade da  
6331 gestão, não é dessa norma que tem que ser pensado. Responsabilidade é você  
6332 evitar que... Responsabilidade é evitar que as pessoas adoeçam e morram do jeito  
6333 que têm acontecido no Brasil. E os níveis que você se refere hoje, mesmo no  
6334 Estado de São Paulo nós temos níveis altíssimos, quando eu dei os dados de 256  
6335 mil mortes em um milhão de internações em 15 anos mais se a poluição se  
6336 mantiver como hoje, eu estou falando de um nível de poluição de material que foi  
6337 articulado 10 muito baixo, mas se eu for estudar cada cidade que chega a esses  
6338 níveis que estão altos e que nada acontece em termos de intervenção, é muito  
6339 mais do que isso. Então, eu acho que a responsabilidade e eu como cidadão  
6340 esperaria que o Governo pudesse me dar essa proteção, aos meus filhos, as  
6341 pessoas queridas, a toda a população do Brasil. Essa sim é a responsabilidade  
6342 que eu gostaria de ver, e que não fosse só dos médicos, que guardam a saúde e  
6343 não querem ver as pessoas morrerem.

6344

6345

6346 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – João**  
6347 **Câmara, IBAMA.**

6348

6349

6350 **O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama)** – Já que foram  
6351 sugeridas reflexões noturnas em ambiente não etílicos. É só dar uma ideia que  
6352 talvez possa trazer alguma discussão para o dia de amanhã. Em termo de efeito  
6353 prático, saímos com a Resolução com um padrão um pouco mais restritivo do que  
6354 os de 1990, e atribuir a um esforço institucional de Estados, Municípios e o  
6355 Governo Federal para fazer uma avaliação técnica. E aí sim avaliar se vai ter um  
6356 novo padrão ou não daqui a 4, 5 anos, dá mais incerteza jurídica, ou a  
6357 insegurança jurídica do que se nós definirmos uma Resolução com vigência de 4  
6358 anos, com um padrão definido, e definido no texto, de que no quarto ano de  
6359 vigência dessa Resolução os padrões deverão ser revistos visando os padrões da  
6360 OMS. Porque a gente teria uma Resolução com um padrão definido como foi em  
6361 1990. Só que com um universo de tempo definido de 4 anos que é mais ou menos

6362 a convergência da proposta de avaliação dos Estados, inclusive a proposta da  
6363 ABEMA, e fazer esse esforço nacional de fazer relatórios. Se vamos dizer isso  
6364 podemos fazer isso em uma nova discussão de Grupo de Trabalho com a Câmara  
6365 Técnica e daqui a 4 anos estaremos fazendo um nova Resolução com os padrões  
6366 talvez de P3 ou de P2. Mas, eu acho que seria simplificar. O que nós estamos  
6367 propondo, ou seja, o que vocês estão discutindo em termos de proposta de P1  
6368 padrão inicial e não ter padrões definidos futuramente acaba resultando em uma  
6369 oscilação que a gente talvez tenha que pesar se não valeria a pena a gente fazer  
6370 uma Resolução com um prazo menor de vigência.

6371

6372

6373 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
6374 Renato, MME.

6375

6376

6377 **O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO – SUPLENTE (MME) –** Renato,  
6378 Ministério de Minas e Energias. Eu só queria levar em consideração uma situação,  
6379 assim a gente está partindo do princípio de que realmente não tem avanço, eu  
6380 acho a ABEMA pontuou que realmente é avanço, a gente estava discutindo aqui a  
6381 Resolução de queima controlada lá não havia abordagem, por exemplo, no  
6382 material de particularidade dois e meio, aqui está sendo considerado. Alguns  
6383 avanços foram colocados. Eu não sei, parte de nós como formuladores de  
6384 políticas públicas se a gente não teria a obrigação... Porque uma das questões  
6385 que eu estava conversando com o colega de Minas e tudo. É que infelizmente a  
6386 gente não tem uma ferramenta, um instrumento para apoiar os Estados hoje em  
6387 nível federal, em relação a uma rede de monitoramento para realmente a gente  
6388 poder buscar esses avanços que demandamos. Então, assim de forma  
6389 conciliatória, eu não sei, porque o meu receio muito é um pouco assim, a gente  
6390 querer resolver o problema na base da caneta, sem saber a exequibilidade  
6391 daquele ponto. Então, a gente pensar em uma ferramenta, em um instrumento de  
6392 política pública nesse período para poder apoiar realmente as instituições que  
6393 realmente licenciam no âmbito estadual, no âmbito municipal. Porque isso falta, é  
6394 que nem o senhor colocou em relação ao BNDES, ferramentas de financiamento.  
6395 Eu que a gente tem essa incumbência de trabalhar isso, e nesse período, eu não  
6396 estou defendendo aqui nem A e nem B, mas nesse período aqui a gente vai ter  
6397 senhores um diagnóstico mais aperfeiçoado da situação. Só essa consideração  
6398 que eu queria fazer.

6399

6400

6401 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
6402 Obrigado Renato. André, depois a Doutora Fátima e o Alfredo.

6403

6404

6405 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** André França, ABEMA.  
6406 Bem, entendemos que a divergência maior nesse ponto agora é a divergência do  
6407 como fazer. A Adriana explicou em relação ao relatório, Adriano. Só que o ponto

6408 principal da nossa proposta não é o relatório, é o plano. Porque o plano é que  
6409 estabelece os compromissos que vão permitir alcançar ou não um novo padrão.  
6410 Então, o mecanismo do relatório pode ser aperfeiçoado, enfim pode ser  
6411 repensado. Mas, eu só queria deixar claro que ele não é o ponto principal da  
6412 nossa proposta, ele é importante porque é por meio do relatório que os Estados  
6413 vão reportar os seus resultados, mas se há uma inviabilidade do Ministério em  
6414 consolidar essas informações, o importante é que os resultados sejam reportados.  
6415 E eu volto a fazer o apelo de que a gente olhe para frente, porque se a gente olhar  
6416 tudo que deu errado, a gente não avança um passo. Se a gente dirigir qualquer  
6417 coisa olhando no retrovisor é inevitável uma colisão mais adiante. Então, a gente  
6418 tem que... Aí isso é pessoal, eu sou uma pessoa otimista. Eu procuro acreditar nas  
6419 propostas até que se prove o contrário. Antes de condená-la sem ter um pleno  
6420 conhecimento. Então, me parece que o seguinte, o ponto principal da proposta da  
6421 ABEMA, além do compromisso super imediato é o plano, porque se eu não tiver  
6422 no papel a responsabilidade definida eu volto a bater, eu peço desculpa por  
6423 insistir, as coisas não acontecem sem esforço. Ainda que eu queira, eu não  
6424 consigo mover meu celular daqui até o outro lado sem gastar energia. E isso é o  
6425 que a gente fala da realidade dos fatos, um esforço vai precisar se  
6426 empreendimento, seja definindo o prazo padrão ou seja não definindo o que a  
6427 gente está dizendo é o seguinte, nós acreditamos que sem amarrar papel a  
6428 responsabilidade vai ser muito mais difícil alcançar padrão em qualquer tempo que  
6429 seja, do que se você teve um planejamento. Porque se você começar, aí tem a  
6430 questão cultural do “fazejamento”, que é a cultura que às vezes predomina, aí  
6431 mesmo é que não tem chance de avançar. Então, o plano é para que se tenha as  
6432 coisas pensadas, organizadas e chamando os setores que tem que assumir os  
6433 seus compromissos, lembrando que isso não é só compromisso do órgão  
6434 ambiental. Em relação a proatividade colocada aqui nessa mesa, eu faço agora o  
6435 convite reverso. O convite que eu faço é, apresentem uma proposta exequível e  
6436 se ela for melhor, nós vamos escutar. Porque, dizer, ah não coloca 2030 OMS. Eu  
6437 perguntei aqui duas vezes, vou perguntar a terceira e última vez, se tiver algum  
6438 exemplo de uma metrópole similar a Rio de Janeiro, São Paulo ou uma grande  
6439 metrópole que hoje, nessa presente data atenda os padrões da OMS, o padrão  
6440 final, por favor, torne isso, compartilhe essa informação.

6441

6442

6443 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas,  
6444 André ninguém aqui está dizendo que é para adotar os padrões OMS hoje.  
6445 Nenhuma proposta está dizendo isso. É a segunda vez que você afirmar isso.  
6446 Mas, aqui...

6447

6448

6449 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Perdão Zilda. Eu peço  
6450 para eu terminar de falar porque eu respeitei a fala de todos. Se é hoje ou em  
6451 2030, o ponto que eu estou colocando é a exequibilidade. Se é exequível, tem  
6452 alguém que cumpre hoje? Porque se não tem, a dúvida é se realmente é  
6453 exequível. Aí isso sim, não tem nenhuma salvaguarda. Porque querer que se

6454 coloque o prazo num padrão onde não se tem sequer um exemplo, eu pedi um  
6455 exemplo, não foi dado um exemplo. Se não tem um exemplo não existe  
6456 salvaguarda para a gente definir agora. Então, não tem como dizer 2030 eu estou  
6457 atendendo o padrão final. O que nós estamos dizendo é o seguinte, tem uma  
6458 forma de avançar de uma maneira responsável. A senhora mesma presidente  
6459 colocou que o Estado sozinho, sem que tenha uma política industrial, de  
6460 transporte, de zoneamento não consegue resolver essa questão. Então, a  
6461 pergunta que eu faço é, como que sem planejamento essa questão vai se  
6462 resolver? Se for para tirar a plano gente tira, mas aí eu mesmo, aí eu passo a  
6463 acreditar que vai ter muito mais dificuldade. O que a gente não pode concordar é  
6464 que se coloque algo que em um momento ninguém apresentou nenhuma garantia  
6465 de que é possível alcançar. É isso que a gente está colocando, para não  
6466 desmoralizar o próprio instrumento, e o órgão ambiental, ele tem esse papel. Né?  
6467 Equilibrar o desenvolvimento social e econômico com a preservação da qualidade  
6468 ambiental. É o equilíbrio. Temos que ver todos os assuntos de forma importante. E  
6469 com isso a gente finaliza respondendo à questão do IBAMA, porque não coloca  
6470 um padrão, um prazo para rever 4 anos? Infelizmente, porque nesse momento  
6471 não temos nenhuma garantia de que ele é alcançável, se a gente tivesse, se fosse  
6472 só uma questão de executar ações para alcançar, mas que a gente tivesse plena  
6473 garantia de que ele é possível ser alcançado, a conversa seria completamente  
6474 diferente. Mas, se eu nem sei se eu consigo alcançar, como é que eu vou assumir  
6475 um compromisso? Então, o convite que eu faço agora é o contrário, quem tiver  
6476 uma proposta exequível que apresente, porque nós apresentamos, nós ouvimos,  
6477 estão entendendo aqui que as opiniões já estão formadas, dos setores, eu acho  
6478 que a ANAMMA tem já posição, a ABEMA tem posição, o setor tem posição, e  
6479 infelizmente nós temos que avançar na discussão. Então, se tem uma proposta  
6480 melhor, eu convido que seja colocada a meses para que nós conheçamos.  
6481 Obrigado.

6482

6483

6484 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não  
6485 é questão... Eu vou passar a palavra para a Doutora Fátima. Não é questão de  
6486 proposta melhor, existem outras três propostas na mesa também, não é só a de  
6487 vocês. Existem outras três propostas que vão ser votadas, se a gente não  
6488 conseguir chegar em um consenso, esse assunto não pode ficar parado na  
6489 Câmara Técnica, isso vai ser votado. Doutora Fátima.

6490

6491

6492 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** Senhora presidente,  
6493 senhores. A mim incomoda um pouco, se eu ficasse em uma posição de Ministério  
6494 Público falando o seguinte, numa obrigação que é minha ficar imputando aos  
6495 demais: quem vai fazer? Que é que vai fazer? Eu acho que o Estado tem  
6496 condições de articular, de se programar, de trabalhar para isso. Eu sei, eu  
6497 conheço a dificuldade do Estado. Mas, se ponderasse um pouco mais que o  
6498 Estado, União, tem um déficit enorme na previdência. Exatamente. Até vocês com  
6499 a previdência estadual. Então, em termos de saúde, talvez pudesse se pensar em

6500 uma outra solução. Agora, então, é incômodo isso daí, porque cada um tem a sua  
6501 responsabilidade e tem que arcar com ela e assumirmos. Quando eu assumi,  
6502 quando cada um de nós assumimos a trabalhar onde estamos é para resolver as  
6503 coisas e tentar resolver. Agora, um outro assunto, fugindo um pouco, quando foi  
6504 dito há um bom tempo de que os Estados não apresentavam os dados e me  
6505 parece que a Adriana, me perdoe chamar assim, Doutora Adriana, falou que não  
6506 tem como pedir, como solicitar. Eu lembro, eu havia dito do ato de improbidade  
6507 administrativa o art. 11 prevê expressamente. Constitui ato de improbidade  
6508 administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, qualquer  
6509 ação, omissão que viole os deveres de honestidade e imparcialidade, legalidade e  
6510 lealdade as instituições, e notadamente retardar ou deixar de praticar  
6511 indevidamente atos de ofício. Isso daí vai levar a uma discussão enorme, por  
6512 causa do indevido. Né? A palavra, indevido, ela é forte aí. Mas, existe essa  
6513 possibilidade. Então, existe a possibilidade de requisitar isso exatamente para que  
6514 a responsabilidade não fique com o CONAMA. Então, espera aí que eu vou  
6515 mandar ofícios pedindo para os Estados, e eles é que vão ter que se justificar.  
6516 Isso só para aquela resposta, naquela outra questão.

6517

6518

6519 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
6520 Obrigada Doutora Fátima. Alfredo e Bocuhy.

6521

6522 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Bom, eu quero ser  
6523 bem rápido Zilda, eu vou falar três coisas. Olha, eu acho que nós vamos ter que  
6524 encarar, como eu estava falando cada parte repensar um pressuposto, se a gente  
6525 quiser chegar em uma posição comum aqui. Eu acredito que a gente teria  
6526 condições de fazer isso. Então, sem considerar que é importante essa coisa  
6527 realmente, não ainda simplesmente fazer um padrão rigoroso, com um  
6528 determinado prazo sem ter um conhecimento ou algum plano, alguma coisa de  
6529 como chegar lá. Porque é como eu falei, no Estado de São Paulo a gente trabalha  
6530 e trabalha, tem várias linhas para tentar chegar em alguma coisa, mas também  
6531 não é fácil, não se chega de um dia para o outro. Então, esse é o apelo que eu  
6532 faço, tentar rever os pressupostos para a gente tentar chegar aqui num ponto  
6533 comum. Agora, eu queria fazer duas observações, a primeira Bocuhy que é o  
6534 seguinte, nós estamos todos aqui dispostos a sentar nessa mesa e discutir  
6535 democraticamente as coisas. Me causa estranheza que justamente vocês  
6536 entidades que mais cobram posturas democráticas são as que mais ameaçam  
6537 com ferramentas antidemocráticas. Isso me incomoda um pouquinho. Agora, eu  
6538 só queria finalizar a minha fala dizendo o seguinte, se você tem uma pessoa  
6539 pobre, sem recurso que deve muito, uma sentença de mandar prender ela vai  
6540 garantir o pagamento da dívida? É isso que eu encerro para ver mais ou menos  
6541 como é a situação que a gente enfrenta. O Estado tem dificuldade de fazer tudo.  
6542 Então, nós vamos prender o Estado, isso vai garantir que a coisa seja feita?  
6543 Então, pontos para reflexão.

6544

6545



6546 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**  
6547 último inscrito é o Bocuhy.

6548

6549

6550 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (PROAM) – Bom,**  
6551 Roca, eu fico muito feliz de você ter feito essa citação dos menos favorecidos,  
6552 porque por causa da poluição atmosférica as pessoas que mais sofrem são  
6553 aqueles que não têm recursos, são os pobres realmente. Se a gente não levantar  
6554 a voz por eles, principalmente São Paulo, que você percebe que nos episódios  
6555 críticos de poluição nos postos de atendimento as pessoas que tem menos  
6556 possibilidade de sobreviver a aqueles episódios duros e de material particulados  
6557 são as pessoas mais humildes. Então, é essa a lógico. É essa mesmo. E é nesse  
6558 sentido que a democracia, ela se constrói na medida em que você cria mecanismos  
6559 para a sociedade, para que as pessoas estejam seguras, elas tenham qualidade  
6560 de vida. E o que se percebe hoje dessa discussão toda é que essa qualidade de  
6561 vida, ela está sendo sacrificada em prol de um benefício para a indústria, para a  
6562 dilatação de aplicação de nova tecnologia, com ausência do rodízio em São Paulo  
6563 de veículo, com a ausência de programas, por exemplo, de inspeção veicular de  
6564 diesel. Questões que são básicas, nós já discutimos com o secretário, eles falam,  
6565 “não vamos fazer”. Mas, entre dizer que vai fazer e tomar essa medida, é um  
6566 passo longo, e aí o que você entende como ameaça também, e porque eu  
6567 coloquei aqui, a Doutora Zilda entendeu também, é a salvaguarda quando a  
6568 sociedade não dá conta do problema, o que resta é a conquista social que está  
6569 consolidada na lei. É isso, nada mais democrático do que você aplicar a lei, para  
6570 você fazer uma proteção ambiental. Nós fazemos isso sempre, isso não é  
6571 antidemocrático. Pelo contrário, é bem público nós estamos protegendo o ar, que  
6572 é bem público, então eu gostaria de fazer essa colocação para dizer para você  
6573 que eu não consigo ver dessa forma. E o fato de que eu diga aqui nesse grupo  
6574 que a judicialização, muitas vezes é o que nos socorre é uma realidade, e não é  
6575 uma ameaça, é uma consequência. E nós estamos dispostos a fazer isso se for  
6576 necessário. Então, essa disposição de fazer a defesa intransigente da questão  
6577 ambiental até o fim, não é por ninguém na cadeia, mas é você obrigar que os  
6578 Estados apresentem planos de controle, motivar o setor econômico que não  
6579 financie mais tecnologia poluidora a Euro 5, por exemplo. É que a gente possa  
6580 obrigar o setor, digamos, que temos de você criar algumas restrições, inclusive  
6581 econômicas, obrigar que as montadoras coloquem o Euro 6 no Brasil rapidamente,  
6582 quer dizer, é a possibilidade através da aplicação da lei de você conseguir que  
6583 esses benefícios que a sociedade merece e que estão aí atrasados, elas venham  
6584 a acontecer. Eu lastimo que a gente tenha que dizer quando o diálogo, a  
6585 possibilidade de diálogo termina a gente parte para conquistas consolidadas na  
6586 lei. Mas, é isso, é simples assim.

6587

6588

6589 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
6590 Obrigada Bocuhy. Bom, ficamos com as nossas reflexões para amanhã de manhã.

- 6591 9h00 pode ser um bom horário para todos? Então, encontro vocês aqui as 9h00.  
6592 Todos assinam a lista de presença?